



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 22

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 14 de maio de 2013

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.*

Após a chamada, passou-se diretamente para a Agenda da Reunião, que teve como primeiro ponto o [Debate de Urgência sobre transportes aéreos na Região](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, participaram no debate os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Jorge Macedo (*PSD*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Pedroso (*PSD*), João Bruto da Costa (*PSD*), Bruno Belo

(*PSD*), Luís Garcia (*PSD*), José Ávila (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

No decorrer do debate pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado Francisco César (*PS*), tendo usado da palavra para um contraprotesto o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

Ainda sobre o mesmo tema e em relação a uma das intervenções do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*), usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*).

Concluído o debate referente ao primeiro ponto da Agenda, passou-se para a votação do [Projeto de Resolução n.º 33/X – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”, apresentado pela Presidente da Assembleia, pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS/PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM](#), o qual foi aprovado por unanimidade.

De seguida passou-se para a apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 12/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que suspenda definitivamente todos os apoios a projetos para estabulação total ou permanente de gado bovino, incluindo os que estejam em análise e ainda não tenham recebido despacho”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Artur Lima, usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), António Parreira (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Renato Cordeiro (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*).

Submetido à votação, o diploma supracitado foi rejeitado por maioria. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), António Parreira (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*).

De seguida usou da palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*) para apresentar a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/X – “Regime Jurídico aplicável às novas substâncias psicoativas”](#).

Participaram no debate os Srs. Deputados Luís Maurício (*PSD*), Renata Correia Botelho (*PS*), Francisco Silva (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD o [Projeto de Resolução n.º 22/X – “Defesa dos Direitos do Mar e dos Fundos Marinhos dos Açores”](#).

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Luís Garcia, tendo usado da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

O referido diploma foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi apresentado o relatório pela Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), sobre a [Petição n.º 23/2012 – “Contra a retirada da funcionária dos Serviços da Segurança Social da Freguesia da Achada”](#), apresentada por João Fernando Rebelo de Sousa, na qualidade de 1.º subscritor.

Usaram da palavra para intervir os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Carlos Mendonça (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aida Amaral (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

No seguimento da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), tendo usado da palavra para um contraprotesto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos.*

**Presidente:** Bom dia a todos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

*Eram 10 horas e 10 minutos.*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Arlinda Maria Focha Nunes**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Berto José Branco Messias**

**Carlos Alberto Medeiros Mendonça**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Iasalde Fraga Nunes**

**Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**Lizuarde Manuel Machado**  
**Lúcio Manuel da Silva Rodrigues**  
**Luís Carlos Martins Maciel**  
**Manuel Alberto da Silva Pereira**  
Maria da **Graça Oliveira Silva**  
**Marta Cristina Moniz do Couto**  
**Miguel António Moniz Costa**  
**Paulo Alexandre Vieira Borges**  
**Pedro Miguel Medeiros de Moura**  
**Renata Correia Botelho**  
**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Aida Maria Melo Amaral Reis**  
**António Augusto Batista Soares Marinho**  
**António Lima Cardoso Ventura**  
**António Oldemiro das Neves Pedroso**  
**Bruno Filipe de Freitas Belo**  
**Cláudio Borges Almeida**  
**Cláudio José Gomes Lopes**  
**Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas**  
**Humberto Trindade Borges de Melo**  
**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**  
**Jorge Alberto da Costa Pereira**  
**José Joaquim Ferreira Machado**  
**Jorge Manuel de Almada Macedo**  
**José Maria de Medeiros de Andrade**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Maurício Mendonça Santos**

**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**

**Maria Judite Gomes Parreira**

**Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro**

**Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos**

*Partido Popular (CDS/PP)*

**Artur Manuel Leal de Lima**

**Francisco José Ferreira Silva**

**Luís Virgílio de Sousa da Silveira**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**Zuraida Maria de Almeida Soares**

*Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)*

**Aníbal da Conceição Pires**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário. Estão presentes 53 Sras. e Srs.

Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Antes de entrarmos na agenda do dia quero dar as boas vindas ao Sr.

Deputado Joaquim Machado...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado!

**Presidente:** ... e desejar-lhe um bom trabalho.

Sras. e Srs. Deputados conforme deliberou a Conferência de Líderes o período da manhã dos nossos trabalhos está reservada ao ponto 1 da nossa agenda, o **Debate de Urgência sobre transportes aéreos na Região**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Regem nesta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e em Conferência de Líderes foram também fixados os seguintes tempos: a Representação Parlamentar do PCP, que teve a iniciativa, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o PSD, 20 minutos; o CDS, 13 minutos e o Bloco de Esquerda e o PPM, 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agendámos este debate porque é da máxima urgência uma clarificação política do Governo Regional para o setor do transporte aéreo. Perante os nossos olhos – e de forma cada vez mais evidente – o Governo está a introduzir grandes alterações e a preparar transformações profundas no setor, nomeadamente na Sata Internacional, sem que se conheçam as suas verdadeiras intenções e objetivos e sem que este Parlamento se pronuncie, como é da sua competência, sobre a estratégia para os transportes aéreos nos Açores. Esta é a oportunidade para que o Governo faça essa clarificação e para que a Assembleia Legislativa inicie um debate sério e profundo sobre esta matéria.

**Deputado Berto Messias (PS):** O pequeno-almoço caiu-lhe mal!

**O Orador:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é de agora que o Governo Regional tem deliberadamente procurado reduzir, cercear e, mesmo, dismantelar a capacidade operacional, solidez, dimensão e perspectivas de desenvolvimento da SATA.

São velhos e bem conhecidos os milhões de Euros que o Governo Regional deve e não paga à transportadora aérea pública.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Por exemplo os 21,5 milhões de euros, que resultaram da alienação de parte do capital social da EDA e que deveriam ter sido reinvestidos na SATA mas, também, os 25 milhões devidos pela prestação de serviço público no ano de 2011.

A transformação da nossa companhia aérea numa agência de emprego político também não começou hoje. As sucessivas nomeações partidárias de administradores sem qualquer ligação ao setor aeronáutico, das quais o exemplo mais recente é a nomeação de Luís Parreirão,...

**Deputado Francisco César (PS):** Anda para aí tanta gente na aeronáutica que é uma coisa séria!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...ex-Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas do Governo de António Guterres, levado depois para o Conselho de Administração da Mota-Engil pela mão de Jorge Coelho, para vir, agora, aterrar no Conselho de Administração da SATA.

A gestão suicidária, essa, também é já antiga. Por exemplo: os desconhecidos milhões que foram gastos na substituição da imagem



da companhia, em pinturas de aviões, nos fardamentos e toda a presença da marca foram um investimento de que ficámos sem perceber objetivamente os benefícios, bem como tantas e tantas ações de marketing paga a peso de ouro que,...

**Deputado Berto Messias (PS):** A sua intervenção é que é boa!

**O Orador:** ...apesar disso, nunca conseguiram trazer para os Açores os tão desejados mananciais de turistas para validar um modelo de turismo que, como se verifica está em falência.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas, como disse no início desta intervenção, este processo, relativamente lento e paulatino, precipitou-se nos últimos tempos.

Desde logo, todos os acontecimentos que rodearam as recentes greves dos trabalhadores do Grupo SATA.

Importa dizer que foi uma recusa obstinada e verdadeiramente irracional do Governo que empurrou os trabalhadores para a greve. Toda a postura dos membros do Governo e da própria administração, recusando sempre e de todas as formas alterar fosse o que fosse em relação aos cortes salariais, o calendário da abertura e fecho de negociações e a postura da administração, fazem supor que essa intenção, empurrar os trabalhadores para a greve, foi deliberada.

Essa vontade deliberada de que a greve acontecesse, comprovou-se ao longo dos dias da paralisação. A verdade é que a SATA e o Governo tudo fizeram para lhe agravar os efeitos.

Porque é que a SATA não realizou os voos a que estava obrigada pelo Tribunal Arbitral?

É que não foram os trabalhadores que decidiram não cumprir os serviços mínimos durante a greve. Foi a Administração do Grupo SATA! Foi o Governo que decidiu que o Corvo, Flores, Graciosa e Santa Maria ficassem sem qualquer voo no dia 23 de abril! Foi o Governo que deixou, no dia 2 de maio, Corvo, Flores, S. Jorge, Pico e Santa Maria sem voos, por exemplo, porque o mesmo se foi verificando ao longo dos dois períodos de greve.

Porque é que o Governo resolveu ampliar os prejuízos, diretos e indiretos, da greve da SATA? Porque é que não cumpriu os serviços mínimos?

Esta questão exige uma resposta clara, concreta e imediata do Governo Regional.

Depois, em torno da greve e dos seus reais efeitos e causas, o Governo Regional, com a triste colaboração de alguns órgãos de comunicação social, montou uma escandalosa e brutal campanha de manipulação da opinião pública que, recorrendo a todos os expedientes e – quero dizê-lo – a todas as infâmias, tudo fez para denegrir a imagem da SATA e dos seus trabalhadores.

E, lamentavelmente, nunca, por uma vez que fosse, ouvimos qualquer membro do Governo Regional defender a transportadora aérea pública. Pelo contrário, o Secretário Regional da tutela preferiu o tom da ameaça, já pouco velada, falando em “consequências”, “reestruturações” e a “alterações de posicionamento”, que não se sabe muito bem o que significam, mas que implicarão, necessariamente, profundas mudanças na empresa e nos serviços que presta.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas, passada a greve, o descalabro diário continua na nossa companhia aérea. Pagamos caro a extinção do "*Type Rating Training Organization* - TRTO" que,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem! Até que enfim! Bem-vindo!

**O Orador:** ...internamente e sem mais custos para a empresa, certificava os seus pilotos, para além de assegurar a formação final, “voos base”,...

**Deputado Francisco César (PS):** Quem será que fez esse discurso? Deve ter sido escrito pelo sindicato!

**O Orador:** ...dos *type rating* do A320, do Centro de Formação em Santa Maria.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** Atualmente a formação para a revalidação de certificações obrigatórias, a cada período de 365 dias, dos pilotos da SATA Internacional está contratualizada à Lufthansa. Quais os custos deste desmazelo!? Ou será que não foi incúria e terá sido estratégia!?

Seja lá o que for, senhoras e senhores deputados, exige-se uma explicação ao Povo Açoriano.

É que os efeitos deste desmazelo ou desta espúria estratégia estão agora a fazer-se sentir.

Sentem-se agora os efeitos da falta de tripulações certificadas, que estão a obrigar a que se excedam limites legais de tempo de trabalho, pondo em risco a segurança e, também, ao cancelamento de voos regulares ou, com elevados custos para a empresa, com a contratação de voos ACMI (sigla em inglês para: aeronave, tripulação, manutenção e seguro).

A centenas de passageiros que têm ficado em terra têm razão em queixar-se, não dos tempos de descanso a que, por lei, os tripulantes são obrigados mas do facto da Administração e a tutela terem deixado caducar as certificações dos seus pilotos, sem as quais a autoridade aérea nacional, o INAC, não permite voar.

Senhoras e senhores deputados, recentemente, a SATA Internacional abandonou a ligação entre Lisboa e Cabo Verde, prevendo-se que lá para o fim do presente ano a TAP assegure essa mesma ligação. Porquê!?

E o abandono de outras rotas está ou não está na calha, que é como quem diz faz, ou não parte da estratégia do Governo Regional para a SATA Internacional!?

Mas, afinal, a Administração e a tutela estão deliberadamente a reduzir a operação? Para quê? Com que objetivo?

Certo é que, perante o caos lançado na nossa transportadora, os abutres *low-cost* rapidamente surgem a circundar, marcando o seu terreno e a sua ânsia de privatizar o serviço público. O Governo, esclarecendo sem esclarecer, embora ainda esteja a aguardar pelas alterações às obrigações de serviço público que propôs à República, já vai dizendo que é muito positivo o interesse das empresas “*low-cost*” e que pretende permitir a entrada de novos operadores neste mercado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As situações graves que aqui expus obrigam a que o Governo Regional clarifique a sua posição e dê respostas claras, concretas e

imediatas sobre os seus objetivos para a SATA, em particular para a SATA internacional, e para o transporte aéreo na nossa Região.

Tratam-se aqui de questões estratégicas para o nosso desenvolvimento e para a proteção do interesse público regional que têm de ser discutidas e decididas por esta Assembleia. O Governo não pode levar por diante uma agenda oculta sem a necessária decisão e supervisão do Parlamento Regional.

Disse, por agora.

**Deputado Berto Messias (PS):** Disse mal!

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Pergunto ao Governo se quer intervir agora.

Sendo assim estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Peço às Sras. e Srs. Deputados que se inscrevam nesta fase do debate, sob pena de termos de concluir o ponto.

Sr. Deputado Aníbal Pires quer encerrar o debate?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não há inscrições?

**Presidente:** Não há inscrições.

Sra. Deputada Zuraída Soares.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Mas o Sr. Deputado pode usar da palavra.

**Presidente:** O Sr. Deputado ia a encerrar o debate, porque não havia inscrições, por isso a Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sobre a questão dos transportes aéreos, a SATA, e em particular os sucessivos governos do Partido Socialista, têm mostrado bem a sua incapacidade e incompetência para lidarem e liderarem um setor consensualmente considerado como um eixo fundamental da economia dos Açores.

Se é bem verdade que as tarifas para os Açores são uma barreira ao desenvolvimento da sua economia, sobretudo do turismo, simultaneamente o preço exorbitante das tarifas inter-ilhas é um entrave ao desenvolvimento do mercado interno e se a estas tarifas acrescentarmos o custo do transporte de mercadorias, mais o custo indireto associado aos horários e disponibilidade de voos que não se coadunam com a natureza do que é transportado e as necessidades do cliente final, temos bem consciência de que os entraves à economia regional tornam-se quase insuperáveis.

Mas a este tipo de constrangimentos inegáveis o Governo Regional não dá uma resposta clara nem apresenta um fio condutor inteligível. Pelo contrário, o Governo dedica-se a uma encenação bem evidente quando inventa uma promoção hoje para a substituir amanhã ou alterar depois de amanhã, numa tentativa de branqueamento do problema de raiz, a saber: a falta de uma estratégia clara, sustentável e consolidada para a SATA.

**Deputado Francisco César (PS):** A sua visão sobre sustentabilidade tem que ser substituída!

**A Oradora:** Este branqueamento continua quando o que está em causa é a questão das *low cost*.

Desde 2004 que o espaço aéreo europeu está liberalizado. Mesmo assim, e por variadíssimas vezes a entrevistas públicas, os presidentes das duas principais *low cost* que operam em Portugal (a EasyJet e a Ryanair) afirmaram que voar para os Açores não era interessante do ponto de vista económico e só se estivessem tolos – a expressão não é minha, Sras. e Srs. Deputados –...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Só se lhes pagarem bem!

**A Oradora:** ...é que o fariam.

Ora, o Governo Regional mascara esta realidade com um discurso confuso e que ninguém entende sobre obrigações de serviço público, ao mesmo tempo que há uns meses atrás o Presidente da EasyJet vem afirmar que afinal tinha interesse em voar para os Açores.

O Bloco de Esquerda pergunta: o que é que está por detrás desta alteração de posições? Que negócio se esconde por detrás desta súbita disponibilidade? Que embrulhada é esta, Sras. e Srs. Deputados, num setor vital para os Açores?

É preciso que os açorianos e açorianas compreendam que os voos *low cost* não resolvem de maneira nenhuma os problemas dos voos inter-ilhas e é necessário que o Governo explique como é que ao fim de 5 anos de estudos ainda não é capaz de dizer com clareza de quantos voos é que estamos a falar, para que ilhas, com que periodicidade e com que custos. São muitas perguntas sem resposta ao fim de tanto tempo, uma legislatura mais quase 1 ano, Sr. Deputado. São 5 pelas minhas contas.

**Deputado Francisco César (PS):** Cinco? Não é verdade!

**A Oradora:** A patente incapacidade do Governo Regional em definir uma estratégia para a SATA é mais uma vez evidente quando há

cerca de 1 ano arranjou um outro bode expiatório à volta da alteração do serviço público. Desta feita é a desculpa com a culpa do Governo da República...

**Deputado Francisco César (PS):** E é nossa!

**A Oradora:** ...e o resultado é o mesmo: mais tempo para esconder a sua incompetência.

No concreto a alteração do regime de serviço público não passa de mais uma forma de tirar dinheiro aos açorianos e açorianas, colocando-os assim como financiadores líquidos da SATA.

O que vai acontecer na prática é que os açorianos vão pagar o bilhete integralmente e depois vão receber aos Correios 1 mês, 2 ou 3 depois como acontece com demasiada frequência na Região Autónoma da Madeira.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem! Bem-vinda!

**Deputado Francisco César (PS):** Não é verdade!

**A Oradora:** E a saga continua com o fim de prazo das continuadas desculpas pela incapacidade de sucessivos governos regionais em resolver este problema central para a nossa economia e vida coletiva. Aí está o último bode expiatório: a culpa é dos trabalhadores e das trabalhadoras da SATA que ganham fortunas, trabalham pouco e ainda por cima fazem greve.

O Governo Regional quer agora oferecer aos açorianos e açorianas os trabalhadores da SATA como os responsáveis pelos problemas que a empresa tem em prestar o melhor serviço público às populações, nem que para isso tivesse precisado dar uma orientação à empresa...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não pode!



**A Oradora:** ...no sentido de não serem cumpridos os serviços mínimos aquando dos 2 últimos períodos de greve.

Nesta contínua manobra para escamotear as suas responsabilidades pelas promessas não cumpridas e pela ausência de um caminho claro para a SATA explicável aos açorianos, o Governo ensaia já uma nova fase de desculpas: a culpa é a culpa da SATA ser uma empresa pública. É isto que a impede de prestar um bom serviço às populações. Logo, a privatização é bem capaz de ser o melhor caminho.

**Deputado Francisco César (PS):** Oh, Sra. Deputada! O caminho que a Sra. Deputada fez para conseguir chegar aí!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Fez muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este jogo de sombras chinesas, esta decoração de biombos não serve os interesses das nossas populações, por isso, o Bloco de Esquerda pergunta nesta primeira intervenção: então, serve os interesses de quem?

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa continua sem inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para ver se o Sr. Deputado Jorge Macedo se inspira!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voltamos hoje aqui a discutir a SATA.

**Deputado Francisco César (PS):** Não estamos a discutir a SATA, Sr. Deputado! Não é só a SATA! Os transportes!

**O Orador:** O que infelizmente se torna já recorrente neste Parlamento, porque todos os anos o Governo Regional dos Açores e a administração da SATA nos dão motivos para mostrarmos e trazermos aqui a voz dos açorianos e o descontentamento dos açorianos relativamente à nossa companhia. E a nossa companhia está hoje representada no Governo pelo seu ex-administrador, responsável por muitas das medidas que se tomaram no passado.

A verdade é que se a SATA está como está é da única responsabilidade do seu acionista, o Governo dos Açores.

A SATA está como está, porque tem uma administração sem competência, nomeada por camaradagem...

**Deputado José San-Bento (PS):** Sim, sim!

**O Orador:** ...e afinidades políticas sem demonstração e competências profissionais para os cargos que exercem.

A SATA está como está, porque tem uma frota internacional em fim de vida e uma frota regional desadequada à realidade insular.

A SATA está como está, porque à conta de preferir voar para o exterior da Região...

**Deputado José San-Bento (PS):** Isto é que é um especialista em transportes!

**O Orador:** ...abdicou de fundos comunitários para a renovação da frota da SATA inter-ilhas.

A SATA está como está, porque resolveu voar para rotas isotéricas que se têm comprovado altamente prejudiciais.

**Deputado Francisco César (PS):** Rotas isotéricas!

**O Orador:** E o exemplo bem recente disso é o caso da Madeira, onde perdeu apenas 6 milhões de euros.

**Deputado José San-Bento (PS):** E isso resolve muito!

**O Orador:** 6 milhões de euros!

A SATA está como está, porque abdicou de servir os açorianos ao fazer um contrato de *code-share* com a TAP altamente prejudicial para os açorianos.

A SATA está como está, porque esbanja milhões, esbanjou milhões num centro de formação que ainda está por provar a sua racionalidade, a sua operacionalidade, a sua funcionalidade e a sua utilidade para o serviço da SATA.

**Deputado Francisco César (PS):** Se fosse na Terceira não dizia isso!

**O Orador:** A SATA está como está, porque o Governo Regional não reembolsa a SATA das indemnizações compensatórias pelo serviço público.

A SATA está como está, porque o Governo Regional, ao fim e ao cabo, até patrocina greves, como a que aconteceu, ao ter assinado um memorando com a República, obrigando-se a cumprir todas as normas do Orçamento de Estado, ou seja, ...

**Deputado Francisco César (PS):** A lei cumpre-se!

**O Orador:** ... a SATA está como está, porque o seu acionista não se preocupa com a SATA, o seu acionista não se preocupa com os açorianos, o seu acionista não se preocupa em servir os açorianos e a diáspora, o seu acionista preocupa-se em fazer *show off* juntamente com a sua administração, bem demonstrado na última nomeação de *jobs for the boys* (aquilo não são *jobs*, aquilo já é um *gold job for the*

*boys*) vindos de fora, porque nos Açores já não temos quem seja capaz,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não acredito! O que não falta é gente capaz!

**O Orador:** ...já estão todos no Governo ou estão na assessoria da Presidência do Governo.

Portanto, é um servir a uma administração que não se percebe quem vai para lá, o que vai para lá fazer, devido às provas que até tinha dado em outras empresas públicas, nalgum caso até regional.

A SATA está como está, porque faz política enganosa aos açorianos, nomeadamente (isto é um exemplo escandaloso) quando a SATA diz que poupa 40% com Dash 400 em relação ao A320, na rota Ponta Delgada/Funchal, que passou a ser operada pelo Dash 400, em que as passagens deveriam ser 40% mais baratas e são exatamente o mesmo preço como fossem operadas pelo A320.

O Sr. Secretário ri-se, acha piada, mas isso é meter a mão no bolso descaradamente, desavergonhadamente aos açorianos e isso é que é condenatório na SATA, Sr. Secretário Regional.

**Deputado Francisco César (PS):** Ninguém gere uma companhia aérea assim!

**O Orador:** Quando lhes dá jeito o Governo injeta dinheiro para descer passagens, quando não lhes dá jeito não injeta dinheiro.

A SATA está como está, porque os senhores cobram uma tarifa de combustível insuportável num serviço público, numa tarifa de serviço público, numa tarifa social que os senhores cobram uma taxa de combustível igual a qualquer outra.

A SATA está como está, porque os senhores não querem servir os nossos emigrantes, impondo-lhes que paguem excesso de bagagem de Ponta Delgada para as outras ilhas, mais 20 kg de excesso de bagagem. É por isso que a SATA está como está, porque a SATA não existe para servir os açorianos, mas sim os caprichos da administração e do Governo Regional.

Muito obrigado.

**Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os gladiadores esperam que se inscrevam: ora César, ora Macedo!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A SATA vive hoje, agora, o período mais negro da sua história de incapacidade, mas se é a história da SATA é também a história dos açorianos.

O PSD/Açores quer, deseja, faz votos sinceros e fortes de que hoje à tarde na reunião entre a administração da SATA e sindicatos seja possível encontrar uma base de entendimento para um consenso duradouro.

O que aconteceu nos últimos dias foi mau demais e digo isso porque hoje perguntam os açorianos: como é que nós ficamos? Como é que nós estamos?

E certamente a primeira resposta que vem à cabeça de cada um de nós é que certamente estamos mais pobres, ficámos mais pobres,...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...mas também ficámos mais vulneráveis, porque os açorianos todos perceberam que o transporte aéreo é imprescindível não só à sua mobilidade, mas igualmente ao desenvolvimento e à economia dos Açores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não está em causa o direito à greve (naturalmente é um direito consagrado na Constituição), mas registo – o PSD regista – que regimes de exceção não são entendidos pela população.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Nem todos!

**Deputado Francisco César (PS):** À grande Passos Coelho!

**O Orador:** Vivemos num período da nossa história que exige sacrifícios a todos e os regimes de exceção não são entendidos e, portanto, são necessárias bases de entendimento e consensos.

É evidente, todos nós percebemos, que as datas escolhidas foram datas que dificultaram o consenso e o entendimento. As datas escolhidas representaram, na opinião do PSD, uma desproporção muito grande entre aquilo que eram as reivindicações dos trabalhadores e o impacto que tiveram na nossa economia e na mobilidade dos açorianos. Já o repetimos por diversas vezes.

Assistimos também a uma incapacidade negocial por parte do Governo e da administração da SATA que nos deixa completamente embasbacados.

O Governo falhou na negociação que tentou (pelo menos disse que tentou) fazer com os sindicatos. O Governo apostou na velha máxima de que era importante que os açorianos entendessem que não queria ceder nem um milímetro, mas como todos nós sabemos quem tudo quer ganhar, arrisca-se a tudo perder e infelizmente para os Açores e

para os açorianos foram os açorianos que perderam, foi a SATA que perdeu.

Um bom negociador não deita gasolina para cima da fogueira...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** *Jet fuel!*

**O Orador:** ...e ao que nós assistimos no processo negocial e que nos faz suspeitar da falta de vontade de encontrar uma base de entendimento...

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor sabe que há fogos que se apagam com mais fogo!

**O Orador:** ...foram a declarações incendiárias,...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...foram a declarações que nem o negociador amador...

**Deputado Francisco César (PS):** Esse jornal já está amarelo de tanto usar!

**O Orador:** ...faz, ou repete, ou diz.

Relembro declarações do presidente da SATA, durante o período de greve, quando dizia por um lado que o Governo estava aberto às negociações, por outro lado tinha o administrador da empresa a dizer isto: “A greve é abominável”.

Isto nunca foi desmentido. Estas foram afirmações de uma das partes que apenas e só queriam deitar gasolina para cima da fogueira.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** É uma vergonha!

**O Orador:** Mas também o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes disse que essa greve teria consequências. Depois lá veio dizer que as consequências eram nos resultados da empresa e na sustentabilidade da empresa, mas toda a gente percebeu, todos os

açorianos perceberam, que era uma forma de pressão, era uma ameaça sobre a outra parte.

Um bom negociador, um negociador profissional,...

**Deputado Francisco César (PS):** Negociador profissional!

**O Orador:** ...não executa, não diz essas barbaridades. São erros primários de um negociador amador.

Mas em função de toda a trapalhada que aconteceu durante o processo negocial o PSD fez uma proposta. O PSD propôs que as partes encontrassem um mediador credível que ajudasse a encontrar consensos, ajudasse a encontrar entendimentos, mas o Governo Regional não quis.

É do conhecimento público que João Proença, ex-presidente da UGT, se disponibilizou para mediar as negociações, mas o Governo Regional não quis.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Os sindicatos disponibilizaram-se publicamente a encontrar um mediador para ajudar a ultrapassar e a encontrar esse entendimento, mas o Governo Regional não quis.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Fica-nos uma sensação de que o Governo Regional queria “quanto pior, melhor” para eventualmente legitimar alterações estruturais na empresa, responsabilizando os trabalhadores por essas alterações estruturais e foi mais além.

Já aqui foi referido, mas nunca é demais repetir, que durante o período de greve incumpriu os serviços mínimos aos quais estava obrigado.



Resta-nos dizer – e nesta primeira intervenção – que o que se passou foi mau demais, o que se passou representa o período negro da história da SATA e dos açorianos, resta-nos esperar que logo à tarde as partes consigam um entendimento,...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...para bem da SATA e para bem dos açorianos.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ou é contra o Governo, ou é contra a SATA, ou é as duas coisas!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ia começar a minha intervenção por referir e falar sobre política de transportes, mas permitam-me que comece a minha intervenção por me dirigir ao Deputado Jorge Macedo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Pensava que a intervenção do Deputado Jorge Macedo era para acrescentar alguma coisa a este debate.

O Deputado Jorge Macedo fez aqui uma intervenção que é uma mistura de La Palisse com oportunismo. Por um lado, diz aquilo tudo que é óbvio, ou seja, temos que chegar a um acordo,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem! La Palisse não faria melhor!

**O Orador:** ...temos que chegar a consenso; por outro lado, veio dizer que o Governo tem que ceder à vontade dos sindicatos.

Bem sei que o Sr. Deputado não o disse bem assim, mas é isso que dá a entender.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Ah, eu sei que não disse bem isso! Isso faz-me lembrar há bocadinho o que disse à Deputada Zuraida Soares: “o caminho que a Sra. Deputada fez para conseguir chegar aí!”

**O Orador:** O Sr. Deputado não refere o conteúdo, não refere as pretensões, a única coisa que aparece aqui a dizer, com uma capa de jornal, é que a greve é abominável, ou seja, que existiram declarações irresponsáveis durante a negociação.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não diria melhor!

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Deputado permita-me que lhe diga que quando há um processo negocial é normal que ambas as partes utilizem os seus argumentos, porque quando se marca uma greve para a altura do rally ou para a altura do Sr. Santo Cristo os sindicatos estão a querer afirmar uma posição, estão a querer afirmar que na sua opinião a reivindicação que têm é tão legítima, tão legítima que para a terem necessitam de fazer a greve numa altura muito complicada para a Região.

É também legítimo - e isso ninguém pode deixar de ter - que o Governo ou a SATA...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O Governo ou os trabalhadores?

**O Orador:** ...tenham a sua opinião sobre a greve e esta expressão que o Sr. Deputado refere de “abominável”...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Infeliz!

**O Orador:** ...nem é uma expressão dita pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA,...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** É sim senhor. Vou ler o texto!

**Deputado Joao Bruto da Costa (PSD):** Ele não desmentiu!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Precisa é de confirmar!

**O Orador:** ...porque ele não a confirmou na reunião da comissão.

Mas a verdade é que todos os açorianos de bom senso acham que fazer greve nesta altura é algo que prejudica os Açores e prejudica a companhia aérea.

Esquecer o conteúdo da negociação, a meu ver, é um ato de irresponsabilidade. Isto sim prejudica as negociações, prejudica os Açores.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Voltando e indo concretamente à parte que interessa e não aos *fair divers*.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ao cerne!

**O Orador:** Em primeiro lugar, Sr. Deputado Aníbal Pires, pensei que o Sr. Deputado vinha aqui discutir transportes. O Sr. Deputado a única coisa que veio cá fazer, com umas pequenas derivações para disfarçar, foi a defesa descarada dos sindicatos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** De quem?

**O Orador:** Foi isso que o Sr. Deputado veio aqui fazer. Foi fazer a defesa descarada da posição dos sindicatos.

O Sr. Deputado esqueceu-se do que está em causa. O Sr. Deputado não quis discutir, porque o que está em causa é saber se os cortes que estão previstos na lei do Orçamento de Estado aplicam-se ou não aos trabalhadores da SATA e é isto que está em causa.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E o memorando?

**O Orador:** Oh Sr. Deputado, o memorando não interessa para nada nesta matéria.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Interessa!

**O Orador:** O senhor quer fazer a sua política, deixo-o fazer a sua política.

A verdade é esta, é isto que está em causa e o Sr. Deputado sabe tão bem como nós, porque nós já discutimo-lo aqui neste hemiciclo, que o acordo que foi feito entre o Governo da República e a TAP, entre a administração da TAP e os sindicatos, não é aplicável à SATA e a sua aplicação na SATA seria ilegal.

**Deputado Berto Messias (PS):** Como os senhores bem sabem!

**O Orador:** O Sr. Deputado sabe perfeitamente disto.

Agora o Governo comprometeu-se a negociar (o Governo e a administração), o Governo deu instruções à administração para que a administração negocie com os sindicatos formas de chegarem a um acordo que não violem a lei e a única forma possível e que a lei de Orçamento de Estado prevê é que se possa trocar mais trabalho por mais rendimento. É isto que está na negociação e o senhor descaradamente esquece isso e prefere falar de uma estratégia escondida.

Aliás, as intervenções que nós tivemos aqui dos partidos da oposição foram todas a tratar do seu quintalinho.

O Sr. Deputado veio defender a posição dos sindicatos.

A Sra. Deputada Zuraída Soares já nos habituou, continuando...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Diga-me qual é o seu quintal? Toda a gente tem o seu quintal aqui! O senhor também tem!

**O Orador:** É verdade! Já lá vou.

Sra. Deputada, o discurso é sempre o mesmo: estratégia escondida, ataque aos trabalhadores, privatização. Acaba sempre aí.

A Sra. Deputada acaba sempre por referir que nós temos sempre uma intenção escondida de privatizar a SATA. Esteja descansada Sra. Deputada sobre esta matéria.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** O problema é que não estou!

**O Orador:** Sistemáticamente tem vindo a ser esquecido algo nestes últimos anos e a Sra. Deputada falou em 5 anos. Há algo que nós temos de ter em atenção quando discutimos transportes aéreos nos Açores.

Nos últimos 17 anos qualquer açoriano de bom senso admite que os serviços aéreos e o transporte aéreo tem vindo a melhorar nos Açores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Até os telemóveis apareceram!

**O Orador:** Nós hoje temos tarifas mais baixas do que tínhamos há 17 anos. É verdade!

Podemos dizer que estamos satisfeitos com a redução que temos vindo a fazer ao nível das tarifas? Não! O Partido Socialista considera que ainda não atingimos o grau de satisfação que necessitaríamos nos transportes aéreos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Por isso é que os aviões estão mais levezinhas!

**O Orador:** Mas um facto que ninguém pode negar é que sucessivamente o serviço de transporte aéreo tem vindo a melhorar e o seu custo tem vindo a decrescer.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não é verdade!

**O Orador:** Esta é uma verdade que nenhum dos Srs. Deputados pode negar aqui, neste Parlamento.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É já a seguir!

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Facto é que na última legislatura foram apresentadas obrigações de serviço público, prontamente aceites pelo Governo da República, que permitiram que as tarifas baixassem.

O Governo na altura, aliás, com o atual Presidente do Governo, referiu nesta câmara que a experiência das obrigações de serviço público permitiriam analisar e preparar umas novas obrigações de serviço público que permitissem melhorar as acessibilidades e baixar o custo do transporte aéreo.

A Sra. Deputada sabe tão bem como nós, que nós chegamos e apresentamos ao Governo da República uma nova proposta de obrigações de serviço público. Essa proposta entregue ao Governo da República está até hoje a aguardar uma resposta positiva da parte da Secretaria de Estado. Ainda há pouco tempo contactámos com o INAC e com a Secretaria de Estado e a resposta que tivemos é que o processo ainda está em análise.

Portanto, nós temos feito o nosso papel. Nós temos utilizado a SATA como um instrumento, em primeiro lugar, de serviço público, de manutenção de acessibilidades;...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não se atrapalhe, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...em segundo lugar, para trazer fluxos turísticos para a Região Autónoma dos Açores.

Na matéria que se refere às obrigações de serviço público temos feito o nosso papel. Nós temos feito o nosso trabalho de casa.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Um sucesso!

**O Orador:** Obviamente que aguardamos ainda a resposta do Governo da República para que possamos ver melhoradas as acessibilidades aos Açores.

Este é um facto indesmentível que nenhum dos Srs. Deputados pode aqui afirmar o contrário.

É certo que poderíamos e queríamos ter melhores acessibilidades e tarifas mais baixas, mas esta bancada deve estar de consciência tranquila e o Governo também deve estar de consciência tranquila de que tudo temos feito para melhorar as acessibilidades aos Açores e para melhorar o custo do transporte aéreo.

Muito obrigado.

**Deputados José San-Bento e Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O Governo está cá!

**O Orador:** Esta segunda intervenção é para por um lado reiterar o pedido ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo que responda a um conjunto de questões...

Transportes e Turismo.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Turismo e Transportes!

**O Orador:** Turismo e Transportes, segundo correção feita pelo Sr. Presidente do Governo Regional, que está certamente habilitadíssimo para fazer esta correção e que agradeço.

Mas ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes coloquei-lhe um conjunto de questões bastante alargado e esperamos (eu espero pelo menos) que venha a debate desfazer algumas dúvidas, se é que há dúvidas, sobre algumas questões que foram colocadas por mim na primeira intervenção.

Depois, para lamentar que o maior partido da oposição tenha fugido completamente ao objeto do debate e tenha centrado a intervenção numa questão,...

**Deputado Francisco César (PS):** *À la Palisse!*

**O Orador:** ...que sendo importante, digamos, fuge muito ao objeto da questão.

Aliás, V. Exa., Sr. Deputado Jorge Macedo, como grande especialista em transportes aéreos e marítimos da bancada do PSD hoje deu uma fraca imagem de si próprio nesta primeira intervenção e limitou-se a utilizar argumentação sobre a greve dos trabalhadores da SATA. Se pretende ajudar alguma coisa, não me parece que o tenha feito, antes pelo contrário,...

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!



**O Orador:** ...só o prejudicou.

Quanto ao Deputado Francisco César.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Já vais apanhar! Se tivesses ficado calado tinhas ganho mais!

*(Risos do Deputado Jorge Macedo)*

**O Orador:** Oh Sr. Deputado! O Sr. Deputado não ouviu aquilo que eu disse, porque se o Sr. Deputado tivesse ouvido não tinha feito a afirmação que fez relativamente à minha intervenção.

Da minha intervenção decorrem muitas coisas.

É efetivamente abordada a questão da greve, mas é muito mais vasta do que essa. É muito mais vasta do que essa!

Há questões que coloquei relativamente àquilo que se está a passar na SATA Internacional e aquilo que se está a passar na SATA Internacional é muito grave, desde logo os acontecimentos dos últimos dias que têm deixado centenas de passageiros em terra e que não tem nada a ver com os tripulantes, tem a ver com a má gestão que foi feita na SATA Internacional e com o facto de terem deixado caducar as licenças dos pilotos.

**Deputado Francisco César (PS):** Dos?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Que vergonha!

**O Orador:** Os *Line Trainings* dos pilotos estão caducados e isso é preciso que se explique aqui, por que é que o Grupo SATA deixou caducar as licenças dos pilotos,...

**Deputado Francisco César (PS):** O que é que deixou?

**O Orador:** ...tem agora os aviões em terra e tem de recorrer à contratação de voos ACMI, seja à White, seja à Euro Atlantic, com os prejuízos que isso traz para a companhia.

Mas Sr. Deputado não é só isso.

A preocupação do PCP relativamente ao modelo de transporte aéreo que foi aqui apresentado pelo XI Governo Regional em novembro passado foi logo motivo da minha preocupação. Se é verdade que está há demasiado tempo na República o pedido de revisão das obrigações de serviço público, não é menos verdade que em novembro já aqui questioneei o Secretário Regional do Turismo e Transportes sobre esse modelo, porque esse modelo aquilo que vai trazer é a diminuição das obrigações de serviço público e isso obrigatoriamente trará menos qualidade ao transporte aéreo da Região, designadamente àquilo que será feito pela SATA. Mas não é só isso!

Pretende abrir o mercado e pretende abrir o mercado às chamadas companhias *low cost*. Foi dito aqui pelo Secretário Regional do Turismo e Transportes em novembro do ano passado e naquele esclarecimento que foi feito agora há poucos dias e veiculado pela agência de propaganda do Governo Regional, que dá pelo nome de GaCS, também isso é referido.

Ora muito bem! A questão é esta: servem as *low cost* um tipo de transporte que é necessário desde logo e em primeiro lugar para os ilhéus, para os açorianos, para os residentes? Serve? Não serve.

Serve para trazer turistas?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Serve!

**O Orador:** Eventualmente pode servir se o destino pagar à *low cost* para transportar para aqui passageiros, porque o negócio da *low cost* não é vender lugares a passageiros, é vender passageiros a destinos e, portanto, só se Vs. Exas. estiverem na disponibilidade de pagar à EasyJet ou à Ryanair para que elas tragam passageiros para este destino. Mas isso leva-nos para uma outra discussão e que tem a ver com o modelo de turismo em que Vs. Exas. continuam a insistir ...

**Deputado Francisco César (PS):** Transportes!

**O Orador:** ...e que está perfeitamente falido e que ficará para uma outra discussão.

Mas a questão é esta: é preciso clarificar aqui o que é que nós queremos para o modelo de transporte aéreo nos Açores. Queremos tarifas mais baratas ou pelo menos o custo final da passagem que seja mais barata? Certamente que queremos e queremos desde logo e em primeiro que esse abaixamento do custo das passagens seja para o transporte interno, queremos desde logo que esse abaixamento das tarifas seja para as ligações com o exterior, mas isso não pode ser à custa do erário público regional, com o pagamento a companhias *low cost* que ganham dinheiro com aquilo que lhes paga o destino, porque o seu modelo de negócio é esse.

Portanto, isto é que é importante aqui discutir. O problema do tarifário põe-se e tem de se colocar, desde logo e em primeiro lugar, para nós que aqui vivemos, para nós que precisamos de ter mobilidade, quer internamente, quer externamente, e isso Vs. Exas., Sr. Presidente do Governo Regional e Srs. Membros do Governo Regional, não se coaduna com o modelo de negócio das *low cost*, porque sabemos perfeitamente que o perfil de passageiro que vem e

que sai dos Açores não se coaduna com o modelo de transporte da *low cost*.

Temos de encontrar soluções (temos, sim senhor!) com a República e com a União Europeia para que o tarifário para os Açores seja pelo menos idêntico ao tarifário que é praticado dentro das ilhas Canárias e para as ilhas Canárias.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Olha! O Governo está cá!

**(\*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao tema hoje aqui em debate, os transportes aéreos na Região, o Governo dos Açores teve ainda recentemente a oportunidade de apresentar a esta câmara o seu Programa do Governo e no Programa do Governo a visão que o Governo tem para o transporte aéreo está lá claramente apresentada.

A importância do transporte aéreo para a Região é reconhecida por todos, não há aqui nenhuma novidade, quer em termos do tráfego interno, quer em termos da acessibilidade ao continente. Esta acessibilidade é regulada por obrigações de serviço público, tanto no caso das ligações inter-ilhas, quer no caso da acessibilidade ao continente e aí nós temos a clara noção de que há um caminho a percorrer e há um caminho que visa, por um lado melhorar a capacidade de mobilidade dos açorianos, e por outro lado, termos

mecanismos concretos que nos permitam canalizar mais fluxos de turistas para a Região a preços mais competitivos.

Foi apresentada há 1 ano (faz amanhã 1 ano, dia 15 de maio) ao Governo da República, que é quem tem a competência sobre as alterações das obrigações de serviço público, uma proposta para que estas sejam alteradas e esta proposta é muito concreta e vou voltar a repetir o que está incluído na mesma.

Em primeiro lugar assegura que todo e qualquer açoriano tenha acesso às suas deslocações para o continente e para a Madeira ao mesmo preço.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Falso!

**O Orador:** Em segundo lugar assegura a manutenção das atuais *gateways*.

Em terceiro lugar propõe um reforço das ligações, nomeadamente no que concerne a Santa Maria e ao Pico.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já foi aprovado aqui!

**Deputado Francisco César (PS):** Já estavam apresentadas no âmbito das obrigações de serviço público!

**O Orador:** E em quarto lugar mantém o sistema de apoio aos reencaminhamentos atualmente existentes na Região.

Percebo que alguns dos senhores tenham dificuldade em dizer que esta é uma boa proposta que foi apresentada, mas também gostaria de saber quem é que não defende, ou quem é que defende que deve haver preços diferenciados entre os açorianos?

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Jorge Macedo (PSD):** Os senhores!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Os senhores! Os senhores podem não defender, mas praticam!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Os senhores não defendem mas praticam, o que é bem mais grave!

**O Orador:** Quem é que defende que deve haver uma diminuição de *gateways*?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os senhores!

**O Orador:** Quem é que defende que deve haver uma redução nas ligações entre o continente e Santa Maria e o continente e o Pico?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os senhores!

**O Orador:** É esta a questão que se tem de saber. Falar e criticar de forma abstrata é muito fácil,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Era o que o senhor fazia antes de ser Secretário Regional!

**O Orador:** ...mas temos aqui casos concretos que estão incluídos nesta proposta.

Os senhores se não concordam têm todo o direito de não concordar. Agora digam, assumam. Assumam que não concordam com termos uma tarifa mais competitiva para todos os açorianos, mas igual para todos;...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ...assumam que não querem as 5 *gateways* na Região;...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ...assumam que não querem o reforço das ligações a Santa Maria e ao Pico e assumam que não querem o sistema de pagamento aos reencaminhamentos. Porque é isto que está nesta proposta, é isto que está no Governo da República para ser decidido.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Qual o papel da SATA Internacional no meio disso tudo?

**O Orador:** Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires e às questões que colocou.

Oh Sr. Deputado, a SATA é uma empresa...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah, é!

**O Orador:** ...e uma coisa é a gestão política, outra coisa é a gestão empresarial e a SATA rege-se por gestão empresarial.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não me parece!

**O Orador:** Há critérios de gestão tanto ao nível financeiro, como ao nível operacional que não cabem a nós, que temos funções políticas, discutir em praça pública nem as avaliar porque não temos conhecimento para tal.

Mas em relação a questões concretas que colocou posso-lhe responder muito objetivamente.

Relativamente à questão da formação e à questão da certificação de pilotos que está a ser feita por uma entidade externa. Aquilo que lhe posso dizer é que o orçamento da SATA para a formação se manteve, não houve qualquer alteração. Se é melhor, ou se é pior, não discuto. Que o orçamento de formação se manteve, não tendo mais qualquer encargo para a empresa, além daqueles que já existia, é aquilo que lhe posso responder.

Relativamente àquilo que foi dito em relação aos serviços mínimos.

Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Macedo, Sra. Deputada Zuraida Soares, já lhes expliquei isso na Comissão de Economia, mas volto a dizer.

Existem dois tipos de operação: operação ponto a ponto e operação em rede.

A operação da SATA Internacional pode-se caracterizar como sendo de ponto a ponto.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Existe um acórdão!

**O Orador:** A operação da SATA Air Açores caracteriza-se por uma operação em rede. Aquilo que o Tribunal Arbitral decidiu para a SATA Air Açores não foram voos, foram toques e define toques mínimos por ilha,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ora aí está!

**O Orador:** ...que não tem a ver com a operação da companhia e aquilo que os senhores definem...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E os senhores não disseram nada?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** EasyJet!

**O Orador:** Oh Srs. Deputados, se me deixarem explicar certamente irão perceber, porque eu espero vir a ser suficientemente claro para que o percebam.

Aquilo que se define por toques não são os voos que se vão fazer e uma companhia rege-se não é por toques, rege-se é por voos. Um voo que seja feito como os senhores defendem e que por acaso até coincide com o que os sindicatos defendem, que são voos circulares, ou os chamados voos autocarro, são os voos mais penalizantes para os passageiros. Explico-lhes porquê.

Porque se tivermos um voo circular além de transportar um menor número de pessoas...



**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Onde é que o senhor estava nos dias 23, 24 e 25 de abril? O que é que o senhor fez nesses dias?!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados.

**O Orador:** ...é aquele que penaliza mais os passageiros que utilizam este voo.

Esta é uma situação clara e inequívoca.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É, é! Não haja dúvidas!

**O Orador:** Por alguma razão os sindicatos advogam que se faça voos circulares. O objetivo é claro: penalizar a entidade patronal, mas simultaneamente ter um impacto direto sobre os utentes, ou seja, sobre os clientes.

É isso que os senhores querem. Os senhores não estão interessados nos voos que se realizam, nem na quantidade de pessoas que são transportadas nesses momentos. Os senhores estão interessados sim em criar condições para que aqueles que usufruem do serviço sejam mais penalizados por eles e tal como já foi dito (e o presidente do Conselho de Administração da SATA explicou isso na Comissão de Economia aos Srs. Deputados) aquilo que foi feito foi tentar potenciar,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Agora é para a semana! Os senhores é que não quiseram!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É a isso que se chama uma companhia a servir os passageiros!

**O Orador:** ...no período de greve, o maior número de passageiros transportados, garantindo sempre que pelo menos nesse período todas as ilhas fossem abrangidas e foi isso que foi feito.

Relativamente a outros investimentos, nomeadamente o Centro de Formação Aeronáutico dos Açores, em Santa Maria.

Oh Sr. Deputado Artur Lima, eu estava convencido que o senhor já tinha percebido as mais-valias que o centro de formação traz não só para o Grupo SATA, mas também para a Região.

Também estava convencido que o Sr. Deputado Artur Lima sabia qual era o valor do investimento de tantas vezes que ele já foi referido. Não são milhões, foram 750 mil euros.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** São milhões que se gastam! Então já aumentou! Eram 600!

**O Orador:** Não são milhões e se há investimento que quer o Grupo SATA, quer os Açores se devem orgulhar é do Centro de Formação Aeronáutico de Santa Maria,...

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ...porque cria condições, potencia uma infraestrutura existente na ilha de Santa Maria que contribuiu ativamente para o desenvolvimento económico da ilha, para o desenvolvimento económico da Região e cria para o Grupo SATA condições para ter uma política de formação objetiva, criando valor e criando cultura de empresa transversal a toda a organização. É isto que caracteriza as organizações, é a cultura de empresa e quando um grupo tem mais de uma empresa é fundamental ter um elo de ligação. Foi Santa Maria o local escolhido, porque tem verdadeiramente condições objetivas para potenciar e dinamizar uma vertente e uma área de negócio que estou convicto que no futuro trará grandes benefícios para a Região.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas foi investimento do Governo ou da SATA?

**Deputado Francisco César (PS):** Pergunte aos Deputados de Santa Maria o que dizem sobre isso?

**Deputado José San-Bento (PS):** Então a SATA não serve os Açores?

**Deputado Francisco César (PS):** Os senhores é que dizem que a SATA não serve os Açores!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional: Comecemos então pelo Centro de Formação de Santa Maria que V. Exa. falou.

Então diga-me o seguinte: é ou não verdade que está a decorrer hoje, ou durante esta semana, uma formação da SATA e que afinal de contas não é em Santa Maria é em Ponta Delgada, porque ficava muito caro ir para Santa Maria e até se alugou o equipamento a entidades externas para fazer esta formação em Ponta Delgada? É ou não é verdade?

Responda-me a isso se faz favor.

Sr. Secretário, o senhor é muito habilidoso. Vem aqui com os preços iguais para todos os açorianos para acesso ao continente. O senhor quer tratar todos os açorianos por igual - esquece-se é de um pormenor - e quer manter as 5 *gateways* que os senhores as criaram.

**Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** O senhor não quer?

**O Orador:** Os senhores não criaram as condições de acesso ao exterior dessas *gateways*, como apenas a de uma ou duas, e o senhor, com a sua habilidade que aqui não passa, diz que garante as condições de acesso ao continente.

Mas, Sr. Secretário, e a Londres?

**Deputado Francisco César (PS):** Ah, isso é serviço público? Tem de garantir o serviço a Londres?

**O Orador:** E a Paris? E a Europa? Como é que é, Sr. Secretário?

**Deputado Berto Messias (PS):** O que é que o CDS defende sobre as *gateways*?

**O Orador:** Por que é que um jorgense paga mais 100€ para ir a Londres?

Por que é que um picoense ou um faialense paga mais 100€ para ir a Paris? Porquê, Sr. Secretário?

Isso é que é igualdade de tratamento dos açorianos e essa igualdade Sr. Secretário sabe por que é que ela é imposta à SATA?

**Deputado Duarte Moreira (PS):** Isso é demagogia, Sr. Deputado!

**O Orador:** Porque a SATA é uma empresa pública, porque recebe subsídios públicos para poder fazer essas rotas que não são lucrativas, que vem buscar dinheiro ao erário público para andar a brincar no estrangeiro. A verdade é essa e o exemplo mais recente da brincadeira perdedora de dinheiro da SATA é a rota para o Brasil. Percebe, Sr. Secretário?

Quem anda a pagar é o povinho dos Açores,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O povinho dos Açores não paga nada!

**O Orador:** ...porque os senhores querem voar, mas não dão as mesmas condições.

Um corvino, um florentino, um faialense, um graciosense tem o mesmo direito de ir a Londres do que um micaelense ou um terceirense. A Madrid, por exemplo!

É isso que os senhores não garantem. Não é uma questão de serviço público, é uma questão da SATA ser uma empresa pública, propriedade do Governo e financiada pelos nossos impostos. Isso é que é!

E os senhores tinham que distinguir perfeitamente as rotas e não fazer um relatório de contas que é uma vergonha. O relatório de contas da SATA, onde o senhor lá esteve, o último relatório de contas!

Vem um testemunho de autoelogio do Sr. Presidente e depois o número de passageiros por rota, não vem; nas rotas internacionais, a taxa de ocupação por rota, não vem; o número de voos realizados, não vem. A SATA sonegou informação para enganar deliberadamente os açorianos e este Parlamento. Os senhores fizeram um relatório de contas que é uma vergonha e isso é da sua responsabilidade enquanto administrador da SATA, Sr. Secretário.

Portanto, não venha para aqui atirar areia para os olhos dos açorianos porque não passa essa areia. Publique um relatório de contas exaustivo em que nós possamos perceber as atividades da SATA nas suas diversas rotas. Publique! Os senhores omitiram tudo até o número de voos inter-ilhas e a taxa de ocupação da SATA regional, da SATA Air Açores e da SATA Internacional nas suas diversas rotas.

Portanto, várias questões para o senhor explicar sobre igualdade de acesso dos açorianos ao exterior por uma companhia pública.

Mas, Sr. Secretário, tenho mais perguntas para lhe fazer.

Uma notícia de um jornal que os senhores odeiam, quando vem no jornal e não querem que a gente cite, mas nunca foi desmentida: “O Governo Regional dos Açores e a administração da SATA estão a estudar mudanças na SATA Internacional, segundo avançou a RTP-Açores. Em cima da mesa está a concentração de serviços da SATA Internacional em Ponta Delgada.”

É verdade ou não? O que é que os senhores estão a pensar?

“Também existe a possibilidade de alteração da composição de pessoal de bordo [sim ou não?] que poderá passar pela rescisão contratual de diversos elementos da SATA Internacional e contratação de novos funcionários que aceitem residir nos Açores.”

Sim ou não?

“A SATA Internacional poderá ainda reduzir de 8 para 6 o número de aeronaves.”

Sim ou não? E quais?

Porque já se sabe Sr. Secretário que a SATA Internacional na frota dos 300 de longo curso os aviões ultrapassaram largamente o seu tempo de vida. Vão a caminho dos 23 anos.

**Deputado Berto Messias (PS):** Santa paciência!

**O Orador:** Só em África é que existem, com essa idade, 310 a voar.

**Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** E no Canadá!

**Deputados Berto Messias e Francisco César (PS):** Oh, Sr. Deputado!

**O Orador:** A caminho dos 23 anos!

Portanto, qual é o futuro da frota de longo curso da SATA Internacional? Como pretende reestruturá-la? Com que aviões? E se corresponde ou não que um já está devidamente *grounded*, ou seja, não serve para nada a não ser para peças? Se confirma ou não?

E se confirma ou não as diversas avarias frequentes e frequentíssimas na frota de 310?

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Francisco César (PS):** Alguém se inscreve sempre depois dos outros e depois diz que não!

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PCP apresentou nesta casa uma proposta para um debate de urgência sobre transportes aéreos na Região, mas é incontornável antes de falar em 2 ou 3 assuntos que considero que são essenciais no âmbito desta temática, referenciar a questão da greve da SATA.

Em relação a esta questão quero reafirmar aquela que foi a minha posição, porque não altero as posições políticas que tomo. Nunca o faço, o que disse ontem é o que digo hoje.

O que quero dizer é que em relação às reivindicações dos sindicatos o PPM discordou que o Governo Regional cedesse a estas reivindicações. Mantemos a nossa posição.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito bem, Sr. Deputado! Sr. Presidente do Governo, a ajuda do PPM julgo que o senhor devia considerar!

**O Orador:** Consideramos que estas reivindicações não são aceitáveis, consideramos que o Governo Regional não deveria ceder em relação a estas reivindicações. O direito à greve é um direito constitucional, mas também é o direito dos governos das instituições democráticas de não cederem às greves se não concordarem com as reivindicações ou se considerarem que as alterações que são pedidas não são de interesse público e prejudicam o interesse regional. É o caso.

Mantenho a minha posição.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Acho que o Partido Socialista devia ter em consideração este apoio do PPM!

**O Orador:** O Governo Regional não deve ceder aos sindicatos nesta matéria e às reivindicações que estão a ser feitas nesta matéria por parte dos sindicatos da aviação civil.

Esta é a minha posição, mantenho-a.

Depois devo dizer que em relação à escolha das datas, sendo o direito à greve um direito inquestionável, considero que a escolha das datas penalizam fortemente os Açores e que os trabalhadores demonstraram,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E sobre o modelo dos transportes aéreos o Sr. Deputado tem alguma coisa a dizer?

**O Orador:** ...nesta questão, uma menor sensibilidade em relação aos interesses da Região e demonstraram uma menor sensibilidade ao conjunto de crenças que o povo açoriano tem, nomeadamente religiosas.

Portanto, o que devo dizer é que a escolha das datas foi ofensiva para aquele que é o conjunto de crenças dos açorianos.



Nesse sentido, ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E sobre transportes aéreos o senhor tem alguma coisa a dizer?

**O Orador:** ...os sindicatos não tiveram o apoio dos açorianos e não terão, porque a forma como agiram foi oportunista.

Quero também referenciar outra coisa que considero...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E sobre transportes aéreos o senhor tem alguma coisa a dizer?

**Presidente:** Sr. Deputado.

**O Orador:** ...que é essencial neste âmbito.

Ficou provada a extrema vulnerabilidade dos Açores numa situação de greve. É necessário que esta vulnerabilidade venha a ser corrigida e que o Governo Regional dos Açores consiga introduzir os mecanismos...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Precisamos de debate já!

**O Orador:** ...necessários para que os Açores não fiquem na mão, não fiquem totalmente dependentes do que venham a fazer os sindicatos da aviação civil no futuro. É necessário diminuir esta vulnerabilidade, é necessário diminuir a nossa fragilidade em relação a tomadas de posição que venham do exterior.

Devo também dizer o seguinte: apoio politicamente uma reestruturação que se venha a fazer da SATA Internacional, no sentido de diminuir esta vulnerabilidade. Apoio!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Este apoio do PPM ao Governo traz água no bico!

**O Orador:** Quero dizer também que apoio a transferência da sede da SATA Internacional para os Açores. Apoio!

Devo dizer também que mantenho aquele que foi o discurso do PPM nestes anos todos em relação à forma como o Governo Regional tem vindo a gerir os destinos da SATA. Nessa questão as críticas que formulei, mantenho.

Considero que os senhores ao longo destes 17 anos não conseguiram, face às circunstâncias cada vez mais difíceis de captação dos fluxos turísticos, alterar o modelo, não conseguiram baixar o tarifário, no sentido de realizar uma captação eficaz dos fluxos turísticos.

Não me venham dizer que tivemos progressos, porque não os tivemos e nas circunstâncias conjunturais que estamos a enfrentar os preços das passagens aéreas continuam a ser uma das grandes vulnerabilidades na captação dos fluxos turísticos, porque com preços tão elevados evidentemente não conseguimos aumentar a dimensão destes fluxos turísticos.

Devo dizer, no que diz respeito às ligações internas, que, também aqui existindo rotas e ligações, estas rotas e estas ligações a estes preços evidentemente também não servem uma parte muito substancial da sociedade açoriana que pura e simplesmente não tem dinheiro para pagar estes preços. Portanto, temos apenas a classe média, a classe média alta que pode de facto deslocar-se com alguma frequência, tem essa capacidade, mas um conjunto cada vez maior de açorianos que têm remunerações inferiores...

**Deputado José San-Bento (PS):** Mas isso não é assim que se faz, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...e que no âmbito desta crise têm vindo a perder a sua capacidade económica não podem usufruir destes serviços e destas

ligações que existem, que são incomportáveis para aquela que é a sua capacidade do ponto de vista financeiro.

Portanto, há uma profunda desigualdade e injustiça num serviço público.

**Deputado José San-Bento (PS):** Isso é a sua visão!

**O Orador:** Um serviço público tem de ser para todos, não pode ser apenas para os remediados e para os ricos e é isso que nós temos cada vez mais: um acesso a um serviço apenas por parte dos privilegiados, quando a maior parte dos açorianos não tem dinheiro para pagar o preço destas passagens nas ligações internas.

Essas são as questões fundamentais.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Grande contributo o Sr. Deputado está a dar ao debate!

**O Orador:** Uma questão específica que considero que é fundamental.

O Sr. Deputado do PCP fez aqui uma acusação grave.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Fiz muitas, não foi só uma!

**O Orador:** Fez várias acusações graves, mas só vou referenciar uma.

Só tenho tempo para uma.

A questão é a seguinte. Sr. Deputado, hoje é notícia no *Açoriano Oriental*: “Descanso das tripulações afetou 800 passageiros”. Esta é a notícia hoje no *Açoriano Oriental* e aqui a versão que nós temos é que se deve “à obrigatoriedade de descanso das tripulações”. Esta é a explicação que é avançada no jornal.

O Sr. Deputado do PCP trouxe outro dado...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É o jornalismo que temos!

**O Orador:** ...que o Governo Regional ainda não respondeu e o Sr. Deputado já referenciou essa questão duas vezes e que diz que as certificações dos pilotos não foram realizadas.

Ora, se esta informação corresponder à realidade e os senhores ainda não a negaram, considero que isto é um erro grave de planificação e de gestão.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Motivo para demitir o conselho de administração!

**O Orador:** Este é um erro grave de planificação e de gestão e as responsabilidades devem-vos ser imputadas em relação a esta questão em concreto.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Finalmente chegou lá, Sr. Deputado! A coisa estava difícil!

**O Orador:** Devo dizer também, para terminar, que há uma coisa que não percebo.

Diz aqui que mesmo que se venha a negar aquela que é a acusação do Sr. Deputado do PCP em relação aos atrasos das certificações dos pilotos, mesmo que se venha a negar isso, como é que não era possível prever que os pilotos têm de descansar?

A SATA atrasa e cancela voos por causa do descanso dos pilotos?

Então isto não devia ser previsto pela empresa?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O INAC é que deu mais um “prazozinho” à SATA!

**O Orador:** Então não sabemos que os pilotos têm de descansar, não sabemos que os pilotos têm, depois de realizar um certo número de horas de voo, de parar?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O senhor já viu que a SATA não consegue prever!

**O Orador:** Então esta planificação não tem de estar feita?

Isto demonstra um gravíssimo défice de planificação por parte da empresa e aqui nós voltamos a uma questão essencial: a empresa está mal gerida, temos erros de planificação inaceitáveis e esta questão, a ser uma questão que é absolutamente previsível, que é o descanso dos pilotos, não pode ser tratada como se fosse um acidente absolutamente inesperado.

E a planificação que deve ser planeada por parte dos gestores profissionais, que são tantos, que nós temos na SATA?

Quem é que tem responsabilidade nisto?

Esta responsabilidade deve ser imputada (evidentemente!) e o Governo Regional deve responder muito clara e especificamente a esta questão que aqui está e às responsabilidades que existem no âmbito desta temática.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer agora um intervalo. Regressamos ao meio dia.

*Eram 11 horas e 30 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 10 minutos.*

Está inscrito o Sr. Deputado Jorge Macedo, mas como ainda não se encontra na sala passo a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Dois ou três apontamentos para vir de novo ao debate e para tentar que sejam esclarecidas aqui algumas questões.

Vamos começar pela questão dos serviços mínimos e pela forma como a administração da SATA geriu este aspeto.

É evidente que a opção da administração da SATA foi não tocar em todas as ilhas, todos os dias dos períodos de greve e a opção foi essa e essa opção é da SATA. Optou entre isto e uma eventual penalização por mais do que um toque para os passageiros que estavam em rota direta, mas a verdade é esta. A opção pelo não cumprimento integral dos serviços mínimos foi da SATA, do Grupo SATA, da administração da SATA.

Queria também, em relação à intervenção do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, dizer o seguinte: por parte do PCP terá V. Exa. o apoio relativamente a questões como a manutenção de 5 *gateways*, o preço idêntico para todos os açorianos e tem também o apoio do PCP relativamente à opção que foi feita relativamente à criação do Centro de Treino e Formação em Santa Maria. Espero até que ele possa ser desenvolvido, que possa ser creditado para vender formação externa e que possa ir também para o *type rating* completo dos pilotos dos A320, mas há ainda uma outra questão que eu queria colocar aqui.

O Sr. Secretário Regional disse que não compete ajuizar em termos políticos ou que o poder político, designadamente a tutela, não se

deve imiscuir em questões de gestão empresarial da empresa. Pois muito bem, Sr. Secretário Regional! Está aqui a ficar claro que aquilo que está a acontecer nos últimos dias à SATA é que centenas de passageiros estão a ser prejudicados, estão a ser prejudicados porque a SATA não garantiu a certificação das suas tripulações, quer as tripulações de *cockpit*, quer as tripulações de cabine.

Ora bem Sr. Secretário, independentemente da contratualização da Lufthansa para fazer a formação aos pilotos da SATA não trazer acréscimo (e não há acréscimo porque entretanto os 10 instrutores que garantiam esse serviço à SATA Internacional, que eram pilotos da SATA Internacional, se demitiram como V. Exa. muito bem sabe o ano passado e entretanto esta situação não foi devidamente acautelada), há aqui uma questão, Sr. Secretário. O poder político não se deve imiscuir na gestão empresarial do Grupo SATA, pois bem, mas há aqui um erro que é visível de gestão empresarial e o acionista, o povo açoriano só pode exigir uma coisa é que V. Exa. demita o conselho de administração do Grupo SATA face àquilo que se está a verificar no momento e todos os erros que têm sido cometidos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Há bocado nós tivemos a intervenção do Deputado Artur Lima.

O Deputado Artur Lima veio a este debate como uma espécie de Medina Carreira dos Açores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Oh, senhor!

**O Orador:** Ou seja, estava tudo mal.

O conselho de administração da SATA é incompetente, a frota regional interna é nova,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É velha e cara!

**O Orador:** ...mas não presta.

A frota internacional para fazer os voos externos é adequada, mas é velha e já ultrapassou (imagine-se!) o tempo de vida.

O Sr. Deputado é de tal maneira alarmista que vem dar a entender a esta câmara que poderá estar em causa a segurança das pessoas quando diz que os aviões estão em fim de vida.

Não é verdade!

*(Aparte inaudível do Deputado Luís Rendeiro)*

**O Orador:** Sr. Deputado se quer falar inscreva-se. Muito obrigado.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Doeu!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os apartes já não são regimentais?

**O Orador:** O senhor vem referir que o contrato de *code share* é uma calamidade. O senhor vem referir que o Centro de Formação é um mau investimento.

Sr. Deputado, pergunte aos Deputados do PS e do PSD o que é que acham do investimento do Centro de Formação em Santa Maria.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Pergunte aos funcionários da SATA!

**O Orador:** O Sr. Deputado vem referir que as contas da SATA são “gato escondido com rabo de fora”, no entanto o Sr. Deputado



esquece-se de referir que as contas são auditadas, que as contas são avaliadas e que...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O relatório!

**O Orador:** ...são inclusive enviadas...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O relatório!

*(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)*

**O Orador:** Sr. Deputado Artur Lima, Sr. Deputado Aníbal Pires,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Diga, diga!

**O Orador:** ...se quiserem intervir... Eu estou a fazer uma intervenção.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não posso fazer apartes, Sr. Deputado?

**O Orador:** Não, o senhor está em diálogo.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Os apartes já não são regimentais?!

O senhor está com alguma dificuldade que nos seja desconhecida?

**Presidente:** Srs. Deputados, não entrem em diálogo. Sr. Deputado Francisco César faça favor de continuar.

**O Orador:** Estou a tentar continuar, Sra. Presidente. Obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O relatório de contas!

**O Orador:** Inclusive o relatório de contas foi enviado para esta câmara e devidamente esta câmara fará também uma análise de todas as contas do setor empresarial da Região.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O relatório feito pela administração!

**O Orador:** Portanto, para o Sr. Deputado (nem o conselho de administração, nem a frota interna, nem a frota externa, nem o contrato de *code share*, nem o Centro de Formação, nem as contas da SATA - a política da companhia enganosa) está tudo mal na SATA.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Boca santa! Até que enfim!

**O Orador:** Não há absolutamente nada bem e a única pessoa que está certa sobre a SATA é o Sr. Deputado que não apresenta aqui uma única proposta, um único caminho para a companhia aérea e para os transportes aéreos.

Vem o senhor dizer, a única proposta que conhecemos sobre política de transportes aéreos, não sobre medidas – vou terminar – específicas de gestão da SATA, a única proposta que o senhor vem aqui apresentar, é de que os açorianos têm direito, ou que o Governo deveria criar uma espécie de sistema de obrigações de serviço público para que os açorianos consigam chegar todos ao mesmo preço a Londres, a Copenhaga, a Munique. Esta não é uma obrigação do Governo Regional de levar os açorianos a Paris, a Munique.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É, é! Fica registado!

**O Orador:** Não é essa a obrigação do Governo!

O Sr. Deputado, quando se discutem matérias que podem causar algum impacto na opinião pública, deixa de ser do CDS, é quase comunista na forma como se apresenta, porque acha que o Estado deve fornecer tudo, inclusive igualdade de circunstâncias para os açorianos fazerem turismo.

Esta não é uma obrigação. Uma obrigação do Estado é garantir as acessibilidades ao continente.

Também dizia e é isso que queremos perceber: o Sr. Deputado concorda com as obrigações de serviço público que o Governo dos Açores apresentou?

Gostava que o Sr. Deputado respondesse a essa pergunta, porque o Sr. Deputado sucessivamente foge a esta questão.

O Sr. Deputado concorda com o modelo de obrigações de serviço público que nós apresentamos e que está à espera que o Governo da República (bem sei que o Secretário de Estado não é da sua cor) de que o senhor faz parte, porque o seu partido também faz parte, dê resposta aos Açores?

O senhor responda a esta câmara se é a favor das obrigações de serviço público que permitem que os açorianos possam viajar mais barato?

Aquilo que nós temos assistido, Sr. Deputado (e sabe a estima que tenho por si), é que o senhor é contra tudo, é uma espécie de Medina Carreira dos Açores, mas é incapaz de dizer se concorda com as nossas propostas de obrigações de serviço público e é incapaz de apresentar uma proposta concreta de transportes aéreos para os Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar manter-me no meu quintal, nas sábias palavras do Sr. Deputado Francisco César, e queria concentrar-me naquilo a que o Sr.

Secretário Regional do Turismo e Transportes chamou de gestão empresarial da SATA.

Mas antes disso não posso deixar de, ainda que brevemente, referir-me a duas afirmações feitas nesta câmara a anteriores intervenções e que seriam, enfim, hilariantes se não fossem trágicas, sobretudo naquilo que representam de juízo de valor de avaliação de quem trabalha no nosso país neste momento concreto.

Dizer que a greve é constitucional, é um direito, ninguém a pode negar; mas dizer simultaneamente que ela tem bons dias e maus dias para ser feita, como se pudesse haver boas greves e más greves, não é de maneira nenhuma aceitável. Até porque como todos nós bem percebemos no caso concreto da SATA não haverá um único mês, nem um único dia do ano em que a greve não crie transtornos e incómodos de monta para todos os açorianos e açorianas.

Portanto, não é possível dizer que ela é constitucional, ela é legítima, mas não deve ser feita.

Pelo contrário, o facto da SATA e do transporte aéreo que a SATA assegura ser tão relevante e de uma importância tão vital para a nossa Região obrigaria a que o conselho de administração, a tutela e o principal acionista tivessem feito tudo, mas tudo, como diria o Sr. Vice-Presidente do Governo se estivesse aqui presente, no sentido de a evitar.

Portanto, o convite não é dizer aos trabalhadores e penalizá-los e crucificá-los na praça pública, porque eles estão a defender os seus direitos; é pelo contrário exigir de quem manda todas as negociações e tudo aquilo que for necessário fazer para a evitar, nem que fosse preciso fazer uma viagem a Lisboa, sentar-se ao pé da Sra. Secretária

do Tesouro e dizer-lhe que não saía dali enquanto não tivesse resposta à carta que enviou e que até hoje aguarda resposta.

Depois, os sacrifícios são para todos. Não há quem não se ria neste país, Sras. e Srs. Deputados, quando semelhante coisa é dita.

Num país em que todos os dias nós temos notícias de fuga de capitais, de benesses, de isenções, de injeções de dinheiros públicos na banca, de rendas obscenas a favor de alguns e vêm alguns Srs. Deputados dizer que os sacrifícios são para todos? Nunca foram.

Aquilo que é extraordinário do nosso ponto de vista é que um Governo Regional e um Partido Socialista que criticam (e bem!) a austeridade estúpida da República e acusam as políticas do Governo da República de penalizar sempre os mesmos (estou a referir-me ao Partido Socialista e ao Governo Regional dos Açores), quando lhe toca a ele – a ele, Governo –, quando são trabalhadores debaixo da sua alçada este tipo de análise já deixa de fazer sentido e “ai, ai que os trabalhadores estão a ser antipatriotas e anti açorianos”. Isto não é coerência política, isto não é um Governo de esquerda, isto não é socialismo coisa nenhuma.

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, gestão empresarial da SATA.

Do nosso ponto de vista a diminuição da massa salarial da SATA é uma forma de resolver os problemas da empresa à custa dos trabalhadores e por isso lhe pergunto Sr. Secretário Regional como é que esta gestão empresarial combina e rima com o facto de só o ano passado, com as medidas impostas pelo Governo da República, a massa salarial ter diminuído na SATA cerca de 3 milhões?

Se a estas medidas juntarmos agora, ou juntássemos agora, as da lei do Orçamento de Estado para 2013...

**Presidente:** Sra. Deputada, agradeço que termine.

**A Oradora:** Vou terminar, Sra. Presidente.

...elas quase que duplicariam e aquilo que lhe pergunto é se este é que é o verdadeiro interesse do Governo Regional? Assegurar uma gestão empresarial baseada na diminuição da massa salarial?

Vítor Gaspar não poria de lado esta possibilidade e era mesmo capaz de elogiar este tipo de política.

Para terminar, Sra. Presidente, o Sr. Secretário Regional afirmou publicamente (não foi desmentido e, portanto, parto do princípio que é verdade) que “não só a greve feita agora na SATA terá consequências, como terá que haver um reposicionamento da SATA para evitar que situações similares se repitam”. Tudo isto entre aspas, Sr. Secretário.

O que lhe pergunto diretamente é: que raio de gestão empresarial é esta?

E a segunda pergunta: o que é que o Sr. Secretário quer dizer exatamente com “reposicionamento da SATA para evitar que situações similares se repitam”?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O PSD está cá!

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD neste debate e nesta segunda intervenção repete aquilo que disse logo de início.

**Deputado Francisco César (PS):** Então é escusado continuar!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Nós lemos depois o Diário das Sessões!

**O Orador:** O que é importante é obter consensos esta tarde a partir das 15 horas. O que é importante é que a SATA e os sindicatos encontrem uma base de entendimento que inviabilize uma penalização terrível que as greves trouxeram não só à mobilidade dos açorianos, mas também à economia dos Açores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O debate é sobre os transportes aéreos!

**O Orador:** Nós recusamos neste debate a fazer o papel de incendiários.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Isto é que é o partido alternativo ao Governo?!

**O Orador:** Incendiário-mor foi o Governo Regional que durante o período de negociações não fez outra coisa senão incendiar as negociações, tentando ou dando a entender que não estava minimamente interessado em chegar a uma base de entendimento.

O Governo Regional e a administração da SATA durante este processo foram incompetentes e a melhor prova dessa incompetência foi de que 2 dias depois do segundo período de greve é a tutela a reforçar a equipa. Qual clube abaixo da linha de água e à procura de reforços no mercado de inverno, que neste caso é o mercado de verão!

Incendiar as negociações foi dizer aquilo que o presidente da SATA disse e repito: “Talvez seja suspeito, mas todos esperamos uma vitória açoriana para abrilhantar ainda mais o esforço conjunto do Grupo Desportivo e Comercial e da SATA contra estas greves abomináveis.” Isso foi dito aquando da realização do SATA Rally, ou seja, aquando das negociações que existiram e que estavam a decorrer.

Mas “quanto pior, melhor” foi realmente aquilo que aconteceu.

A SATA recusou-se a cumprir os serviços mínimos, porque tinha outras intenções. Tinha intenções de branquear erros gravíssimos que têm acontecido ao longo dos últimos tempos, não só nesta legislatura, não só com este Governo, mas com os Governos anteriores.

Rotas economicamente suicidas, tiques de novo-riquismo com a nova imagem da SATA e o grande *headline* que é *The Atlantic and you*. Gostaria de saber, quando nós olhamos para um telemóvel e verificamos uma aplicação que permite ver todos os aviões que atravessam o Atlântico, quantas centenas de aviões é que atravessam o Atlântico. O que deveria ter acontecido era os *Açores and you*, mas é o novo-riquismo que penaliza novamente e foram erros gravíssimos cometidos ao longo dos últimos anos.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Utilizar a SATA, por exemplo, para ir buscar turistas ao meio da Europa, fazendo da SATA uma agência de viagens, quando a SATA é um transportador e não é uma agência de viagens.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Agora, a cereja em cima do bolo: depois de um período de greve que penalizou fortemente a economia dos Açores e a



mobilidade dos açorianos nós assistimos a exemplos caricatos, como por exemplo o esquecimento da renovação...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Qual esquecimento? Não foi esquecimento nenhum!

**O Orador:** ...daquilo que se chama o *line check* que permite que as tripulações entrem dentro do avião e a companhia não seja penalizada por voar com tripulações que não têm os *line checks* atualizados.

Ainda há cerca de uma semana, um tripulante da SATA Internacional disse-me: “Não posso voar a partir do dia 30 de abril, porque a SATA se esqueceu de renovar o meu *line check*. Vou estar 15 dias a ganhar sem poder voar.”

Obrigado.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, tem 2 minutos.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Queria dizer o seguinte.

Relativamente à formação, Sr. Secretário (que é a única das diversas perguntas que lhe coloquei, pese embora o Sr. Deputado Francisco César tenha feito uma tentativa de aterragem, mas abortada!), ao Centro de Formação, a questão é a seguinte: é ou não verdade que está a decorrer formação em Ponta Delgada? E é ou não verdade que

ultimamente tem ocorrido formação nas escalas por os senhores considerarem que é muito caro ir para Santa Maria?

Quem está a enganar Santa Maria, quem fez e agora não o faz são os senhores,...

**Deputado Francisco César (PS):** Não estamos a enganar ninguém, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...porque tem havido formação nas escalas da SATA, nos diversos aeroportos, em vez de ir para Santa Maria.

Os senhores vão lá uma vez ou outra para encher o olho aos marienses, ponto final parágrafo.

Confirma ou não que tem havido formação nas escalas da SATA, neste momento em Ponta Delgada, que houve na Terceira e noutras escalas da SATA? Confirma ou não?

Depois Sr. Deputado Francisco César, era muito interessante que os senhores e este novo Governo trouxessem a esta casa, entregassem a estes Deputados e a esta Assembleia a proposta que os senhores fizeram ao Governo da República,...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Ah!

**O Orador:** ...que os senhores esconderam.

**Deputado Francisco César (PS):** Já a trouxemos aqui!

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Aonde?

**Deputado Francisco César (PS):** À comissão, várias vezes!

**O Orador:** Está escondida, porque os senhores não querem que a gente saiba. Portanto, divulgue a proposta completa a esta Assembleia, a esta casa, para nós sabermos.

O senhor veio para aqui fazer demagogia da mais barata que existe.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Depois pergunta se concordamos?!

**O Orador:** Depois vem perguntar se concordo com uma coisa que desconheço, Sr. Deputado Francisco César,...

**Deputado Francisco César (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** ...mas devo-lhe dizer uma coisa. Sei de algumas propostas que os senhores lá têm, porque se vai ouvindo, e uma das que o senhor tem é a abolição da taxa de combustível, que os senhores chumbaram ao CDS aqui o ano passado. Isso é que é a vossa coerência, Sr. Deputado Francisco César!

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Isso é que é a vossa coerência!

E depois: propostas sobre transportes aéreos?! Várias, Sr. Deputado! Durante a legislatura, nesta e na outra, variadíssimas!

**Deputado Francisco César (PS):** Não, não! Sobre transportes aéreos, zero!

**O Orador:** Até propostas para os senhores as usarem em vosso benefício eleitoral, coisa na qual são especialistas:...

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, não vá por aí!

**O Orador:** ...servirem-se das propostas dos outros para tirarem dividendos eleitorais.

**Presidente:** Sr. Deputado tem que terminar.

**O Orador:** Vou terminar, Sra. Presidente. Muito obrigado.

Relativamente à frota, Sr. Deputado, e para terminar, a nova foi cara, caríssima, 50 milhões para a comprar. Mais cara porque não se recorreu ao financiamento europeu porque os senhores cometeram a veleidade de querer voar para a Madeira, para as Canárias e para o continente com a SATA Air Açores. Percebe? Mais 20 milhões de euros que os senhores esbanjaram.

Errada, porque é ao contrário, devia ser exatamente ao contrário: 4 aviões mais pequenos e 2 grandes.

**Deputado Francisco César (PS):** Ah! Já não é o tipo de avião?

**O Orador:** Por isso é que ela é cara, errada e desadequada e não é o tipo de avião adequado às rotas internas nos Açores, um Q-400.

Qualquer vulgar *de lineu* lhe diz isso, quanto mais um especialista.

Quanto ao 310, Sr. Deputado...

**Presidente:** Sr. Deputado já lhe dei alguma tolerância. Agradeço que termine.

**O Orador:** Vou terminar.

...a frota é velha e é cara. É urgente substituí-la e está na calha a SATA substituir e o Sr. Secretário ainda não disse como.

Muito obrigado.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** 330!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(\*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

São Jorge também foi prejudicado pela falta de cumprimento dos serviços mínimo. Ficámos 4 dias sem ligação nas duas greves e como

se não bastasse o mau tempo também nos deixou isolados praticamente uma semana. São Jorge foi seriamente prejudicado.

Houve doentes que perderam as consultas médicas de especialidade.

Os poucos turistas que se aventuraram a ir a São Jorge ou ficaram retidos, ou não chegaram ao seu destino e a imagem dos transportes nos Açores andou para trás.

O Governo investiu e continua a investir milhões em promoção para captar turistas. Quando há turistas interessados, com programas pagos e prontos a vir até aos Açores, são enganados, escorraçados com greves.

Com a SATA em greve, os transportes marítimos encostados, como vão chegar os turistas cá?

Quantos milhões serão necessários para apagar a má imagem deixada por estas circunstâncias?

Quanto tempo vai levar até que os nossos 3.500 emigrantes, que ficaram em terra, voltem a ganhar confiança na SATA para voltar aos Açores?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Quais os custos do impacto deste cartaz turístico de greves e incapacidade negocial?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E a *playstation* quanto custa?

**O Orador:** Enquanto o Governo não conseguir criar transportes credíveis para os Açores é perda de tempo e de dinheiro a promoção turística dos Açores, a não ser que o Sr. Secretário tenha descoberto algum nicho de mercado de turistas especializados em andar sobre as águas.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** O Sr. Deputado é tão engraçado!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:...

**Deputado Berto Messias (PS):** Acho que o Sr. Deputado Jorge Macedo dava conta disto sozinho!

**O Orador:** Também no caso da Graciosa a SATA não cumpriu com os serviços mínimos que tinham sido estipulados pelo Tribunal Arbitral.

Aliás, não se compreende como é que o Governo Regional explica o incumprimento dos serviços mínimos dizendo que não os podia cumprir. Ora, se não os podia cumprir devia ter dito isso era ao Tribunal Arbitral, não era agora depois dos serviços mínimos.

E depois o Sr. Secretário comete...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Gafe!

**O Orador:** ...uma incongruência. É que no primeiro período de greve a programação foi feita em consonância com os serviços mínimos, mas no segundo período de greve já não foi. Não servia? Não servia no segundo período de greve?

O senhor diz que foi para servir os interesses dos açorianos, mas dá a sensação que foi para servir algum outro interesse do Governo Regional em diabolizar esta greve, diabolizar no sentido de algum outro interesse que nós não temos conhecimento, mas que certamente o futuro nos dirá.

Sobre transportes aéreos os senhores, o Partido Socialista e o Governo Regional, têm a coragem de falar em preços? Em preços?

Oh Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma simples reserva feita no *site* da SATA para uma viagem amanhã, quarta-feira, com partida da Graciosa e destino à Horta e regresso na quinta-feira, dia 23 de maio da semana que vem,...

**Deputado José San-Bento (PS):** E vai lá fazer o quê?

**O Orador:** ... da Horta para a Graciosa de um passageiro, tarifa económica, flexível para residentes, o melhor preço 269€.

**Deputado Berto Messias (PS):** Oh, Sr. Deputado Jorge Macedo isto é uma maldade para si!

**O Orador:** O melhor preço para tarifa económica, flexível para residentes são 269, 79€. Alternativa: 273, 82€.

E têm os senhores a coragem de falar em preços...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Descaramento!

**O Orador:** ...e que estão a servir os açorianos com a SATA com os preços que pratica dentro dos Açores para os residentes?

Os senhores deviam rever a vossa política,...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Aquilo que dizem!

**O Orador:** ...a gestão da empresa e aquilo que têm dito aos açorianos, que não é verdade, sobre aquilo que têm praticado em termos de preços de viagens inter-ilhas.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:...

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Deputado Jorge Macedo, isso foi uma maldade!

**O Orador:** O Sr. Deputado Bruto da Costa tem o descaramento de vir aqui a esta câmara falar de preços de passagens quando é o seu Governo na República que tem há mais de um ano as obrigações de serviço público...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Entre a Graciosa e o Faial?

**O Orador:** ...que impedem baixar as tarifas aéreas?

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

O Sr. Deputado tem essa distinta lata?

O Sr. Deputado tem a distinta lata e o descaramento de esquecer que nos últimos 17 anos as tarifas têm vindo progressivamente a descer?

O senhor lembra-se que antes eram 60 contos?

O Sr. Deputado tem o descaramento de se esquecer que nos últimos anos as tarifas inter-ilhas baixaram 15% em média e o seu Governo na República descaradamente esquece-se de uma proposta do Governo dos Açores para baixar as tarifas aos açorianos?

Os senhores assobiam para o lado.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** A Graciosa é nos Açores!

**O Orador:** A única coisa que sabem fazer é apresentar uma folha de jornal com uma frase.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não são jornais, é o *site* da SATA!



**O Orador:** Não têm política de transportes aéreos, nunca tiveram uma política de transportes aéreos para os Açores.

Este Governo, o Partido Socialista tem tido uma política de transportes aéreos para os Açores...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Desastrada, mas tem!

**O Orador:** ...e permitam que o diga também a esta câmara: vêm afirmar que nós não apresentamos publicamente as obrigações de serviço público?

**Deputada Zuraída Soares (PS):** Nesta casa? Em conferência de imprensa!

**O Orador:** É porque estão mal informados. As obrigações de serviço público foram apresentadas publicamente pela Sra. Secretária da Economia, Luísa Schanderl, a todos os açorianos, onde foram explicadas ponto por ponto quais as nossas propostas e como é que nós configurávamos o novo serviço público com melhores acessibilidades, melhor serviço, tarifas mais baixas.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Entregue nesta casa?

**O Orador:** Os Srs. Deputados do PSD, que não têm política de transportes e que tiveram de fazer 3 intervenções para conseguir disfarçar a sua incapacidade para apresentar uma política de transportes, vêm falar em preços de passagens.

Srs. Deputados os açorianos já vos conhecem, já deram a resposta à vossa inqualificação em termos de proponência.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Essa declaração está inflamada!

**O Orador:** A nós os açorianos nos conhecem e por isso deram a confiança e estou certo que vão continuar a dar.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Para uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Diga, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Era para solicitar ao Partido Socialista e nomeadamente também ao Governo Regional uma vez que há um documento que foi apresentado, que o Sr. Deputado Francisco César se referiu agora, numa conferência de imprensa, mas que nunca foi entregue nesta casa para poder ser analisado do princípio ao fim com os olhos de cada Deputado e de cada Deputada, solicitar o favor de entregar a esta casa esse documento que foi enviado para Lisboa...

**Deputado Francisco César (PS):** Foi feita uma apresentação pública do documento!

**A Oradora:** ...e que, de acordo com as afirmações feitas pelo Governo Regional, estamos há um ano à espera de resposta.

Como não conhecemos o documento, eu não conheço,...

**Deputado Francisco César (PS):** Foi feita uma apresentação pública!

**A Oradora:** ...nunca me foi entregue, solicitava a apresentação.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa irá solicitar então o documento referido.

Para continuar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Neste debate penso que há algumas coisas que estão a ficar muito claras.

Em primeiro lugar, dá-me a sensação que só existem, aliás, que não existem Deputados do Partido Socialista nas ilhas que não tiveram os serviços mínimos cumpridos.

**Voices dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Portanto, dá-me a sensação que não há Deputados por aí.

**Deputado Berto Messias (PS):** Aqui está a agenda autárquica!

**Deputado Francisco César (PS):** O quarto Deputado que fala!

**O Orador:** Queria lembrar, penso que deve saber, mas queria lembrar o seguinte.

No caso da ilha das Flores, dia 1 não houve voo. Não sei se quer que refira voo ou toque, porque há bocadinho houve essa diferença entre voo e toque.

Dia 2 não houve voo. Dia 3 houve voo. Dia 4 não houve voo. Dia 5 um voo programado, por razões atmosféricas não foi concretizado.

Dia 6 não houve voo. Ou seja, entre 1 e 7 houve voo dia 3 e dia 7.

Este foi o serviço mínimo que foi cumprido nas Flores.

Também ficou claro aqui que parece que não são relevantes, nem para o Governo, nem para o Sr. Secretário e se calhar também para os Deputados do Partido Socialista, os constrangimentos causados por essa greve.

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor está a brincar connosco!

**O Orador:** Mais do que isso, Sr. Secretário, permita-me que lhe diga e deixe aqui entre aspas, que a sua teimosia em relação a essa matéria só tem um aspeto positivo. É que amanhã nós sabemos o que é que o senhor vai pensar do setor.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**(\*) Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado Francisco César, o senhor vem falar em descaramento!?

**Deputado Francisco César (PS):** Sim, sim!

**O Orador:** Eu tenho o descaramento...

**Deputado Francisco César (PS):** Pois tem!

**O Orador:** ...de vir defender os açorianos das ilhas que ficaram sem avião e que pagam estes preços exorbitantes.

O senhor é que devia ter o descaramento de vir com a sua intervenção enganar os açorianos,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Exatamente!

**O Orador:** ...porque o serviço público nas ilhas não é determinado pelo Governo da República, é determinado pelo Governo Regional.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** O serviço público feito nas viagens inter-ilhas é o Governo Regional que o determina.

O senhor acabou de cometer uma falsidade nesta Assembleia e ainda por cima sob a capa duma ação teatral,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...dizendo que eu é que tinha o descaramento de me levantar para falar em preços.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Não tem explicação!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Os senhores expliquem de uma vez por todas como é que um graciosense para vir à Horta paga 269€ de preço mínimo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

O Sr. Deputado Francisco César pediu a palavra para um protesto.

Tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Para quê o protesto?

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Um protesto sem fundamento é uma coisa nunca vista!

**O Orador:** O Partido Social Democrata acusou-me de estar a tentar enganar os açorianos e penso que isto merece um protesto, portanto, se a Sra. Presidente autorizar-me vou fazê-lo.

**Presidente:** Srs. Deputados, a Mesa deu a palavra. Deixem o Sr. Deputado Francisco César usar da palavra.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Então dizem que 239 euros da Graciosa aqui é culpa do Governo da República?

**Presidente:** Sr. Deputado Jorge Macedo, a Mesa deu a palavra para um protesto ao Sr. Deputado Francisco César.

**O Orador:** Nós não estamos a enganar ninguém, nem estamos a tentar enganar ninguém.

O Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu a que é que me refiro: às obrigações de serviço público entre o continente e as regiões autónomas.

O Sr. Deputado sabe tão bem como eu a que é que me refiro.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Não era disso que estávamos a falar!

**O Orador:** O Sr. Deputado sabe tão bem como eu quando me referi que nós baixamos em 15% em média as passagens aéreas quando revimos as obrigações de serviço público aqui nos Açores.

O que o Sr. Deputado tentou fazer aqui foi um pequeno teatrinho...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Teatrinho está o senhor a tentar fazer!

**O Orador:** ...para esconder que o seu Governo da República não dá resposta ao Governo dos Açores há mais de 1 ano para permitir baixar as tarifas aéreas do continente para os Açores.

Esta é uma verdade e esta verdade os senhores não conseguem esconder.

Tenho dito.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto ao Sr. Deputado João Bruto da Costa se quer usar da palavra para um contraprotesto.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado, e ainda tem o “*dislate*” de vir para aqui protestar...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** A lata!

**O Orador:** ...por ter cometido uma falsidade?!

Fiz uma referência à viagem...

**Deputado Berto Messias (PS):** E insiste!

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, o senhor tem um papel com duas linhas. Não sabemos o que está escrito aí!

**O Orador:** ...de um residente da Graciosa para a Horta e o preço que é oferecido pela SATA Air Açores é de 269€, preço mais baixo.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Graciosa e Horta!

**O Orador:** Graciosa /Horta, ida e volta.

**Deputado Francisco César (PS):** E a resposta do Governo da República?

**O Orador:** O senhor levantou-se a dizer que a culpa era do Governo da República e ainda protesta por eu ter feito referência a que o senhor tinha cometido uma falsidade.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Digo e reafirmo: esta viagem que custa 269€ entre a Graciosa e a Horta, como preço mais baixo,...

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor foge à resposta de por que é que o Governo da República foge às obrigações de serviço público!

**O Orador:** ...não é responsabilidade de mais ninguém senão do Governo Regional dos Açores e da SATA Air Açores,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** ...tutelada pelo Governo Regional dos Açores, e que segue as instruções do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, como seguia na legislatura passada do Sr. Presidente do Governo, que era quem tutelava a companhia aérea e quem nomeou o Sr. Secretário Regional para a tutelar também.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

**Deputado Francisco César (PS):** Mais um Deputado do PSD a candidato autárquico!

**Deputado Berto Messias (PS):** Mais agenda autárquica!

**Deputado Francisco César (PS):** Oh Duarte, tens de fazer isso de maneira mais dispersa!

**(\*) Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:



Participo neste debate para trazer aqui mais uma preocupação relativamente à qualidade do serviço da SATA Internacional na rota desta ilha do Faial com Lisboa.

O historial de cancelamentos de voos da SATA Internacional com esta ilha é anormalmente grande e muito estranho, por exemplo, comparado com o historial de cancelamentos da TAP.

Apenas para recordar os mais recentes, nas últimas duas semanas, dos 4 voos previstos, 3 foram cancelados e os motivos evocados são sempre os mesmos e vários: razões climatéricas, às vezes duvidosas, motivos técnicos, avarias técnicas e acresce a isso que na última semana um dos cancelamentos corriam informações que davam conta que um desses cancelamentos se devia à necessidade da utilização do avião, no mesmo dia e à mesma hora, numa ligação para Munique.

A verdade, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, é que enquanto os voos para a Horta são cancelados a SATA Internacional tem vindo a alugar aviões para garantir outros voos, nomeadamente ligações para a Europa.

Por isso, não deixo de ficar surpreendido com as declarações de há pouco, do Sr. Deputado Francisco César, quando dizia que não é obrigação da SATA levar os açorianos para Munique, Amesterdão ou para o estrangeiro.

**Deputado Francisco César (PS):** É uma obrigação de serviço público?

**O Orador:** Então como explica, Sr. Deputado, que a SATA cancele voos para a Horta, que eu saiba ainda não é estrangeiro, e aluguem aviões, isto sim para fazer voos para a Europa?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Ora aqui está a vossa total incoerência...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...entre o vosso discurso político, o discurso político do Partido Socialista e do Governo e aquilo que faz a SATA Internacional, uma empresa pública que devia, isso sim, servir em primeiro lugar os Açores e os açorianos.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** E não querem que se diga isso!

**O Orador:** Esta situação é, Srs. Deputados, altamente preocupante porque penaliza desde logo esta ilha, esta rota, as pessoas, os passageiros que utilizam esta rota, mas penaliza também a imagem da própria SATA Internacional.

A imprevisibilidade e a instabilidade desta operação é de tal ordem que há passageiros que ao marcarem as suas viagens procuram fazê-lo em dias em que a SATA Internacional não vai operar, porque de facto não sabem, se marcarem os seus voos na SATA Internacional, o que vai acontecer.

Portanto, é inadmissível que a SATA Internacional, que se candidatou a este serviço público livremente, porque quis, trate uma ilha e uma ligação de serviço público desta maneira e é inadmissível e incompreensível que o Governo Regional permita que isto aconteça e não dê instruções claras à SATA Internacional para corrigir esta situação altamente penalizante para a ilha do Faial, para esta rota e para a própria imagem da SATA Internacional.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Deputado António Ventura, agora é a sua vez!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem pouco mais de 1 minuto.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional não respondeu à questão que eu aqui há pouco lhe coloquei.

**Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Já respondo!

**O Orador:** Diz uma notícia hoje do *Açoriano Oriental* que “perto de 800 passageiros dos voos da SATA Internacional foram afetados nos últimos 3 dias por causa do cancelamento e atrasos de ligações devido à obrigatoriedade de dar descanso às tripulações.”

A pergunto que lhe fiz é se estes atrasos, este prejuízo em cerca de 800 passageiros, se deve ao atraso nas certificações dos pilotos.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Já todos percebemos que sim, só o Sr. Deputado é que não percebeu!

**O Orador:** Peço-lhe que me responda a esta questão, que o Governo Regional responda a esta questão. Tem que o fazer.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(\*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*):  
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo,  
Caros Membros do Governo:

Ao longo deste debate foram levantadas aqui algumas questões e vou começar pela dos serviços mínimos.

Os Sr. Deputados, nomeadamente os Deputados do PSD, mostram-se indignados com os serviços mínimos que foram implementados e, por declarações públicas também conhecidas, entendem que o que se devia realizar eram voos circulares, de forma a tocar em todas as ilhas.

Oh Srs. Deputados, vou-lhes voltar a explicar com um exemplo concreto e talvez consigam perceber.

Se tivéssemos dois voos circulares, que é o que é permitido, porque em Ponta Delgada só permite tocar duas vezes tal como na Terceira, em que um dos voos circulares seria Ponta Delgada/Santa Maria/Terceira/Graciosa/São Jorge/Terceira/Ponta Delgada...

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Não tem necessariamente de ser assim, Sr. Secretário!

**O Orador:** ...isto significa termos 6 setores, 20 segmentos, num Q-400 que tem 80 lugares e estaríamos a falar de 4 lugares por segmento, partindo do pressuposto que não havia passageiros com necessidades especiais ou então o transporte de macas.

O segundo voo, incluindo a ilha do Corvo, teria que ser forçosamente com um Q-200 e se tivéssemos uma rota Ponta Delgada/Pico/Horta/Flores/Corvo/Ponta Delgada tínhamos 5 setores, 14 segmentos que num avião de 37 lugares dava pouco mais de 2 passageiros por segmento.

**Deputado Francisco César (PS):** 2 e meio!

**O Orador:** 2,6 passageiros por segmento.

É isto que satisfazia as necessidades de mobilidade dos açorianos?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Isso é falso! As contas não são feitas assim!

**O Orador:** Oh Sr. Deputado Jorge Macedo, posso facultar-lhe mais tarde os cálculos e posso facultar-lhe inclusivamente o perfil de tráfego que existe em cada um dos segmentos.

É isto que os senhores pretendiam que se fizesse em termos de mobilidade aos açorianos?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Os passageiros podem ficar na Terceira enquanto o avião vai à Graciosa!

**O Orador:** Era ter uma situação mais penalizadora do que realizar os voos dentro da operação, aliás, há semelhança daquilo que o Tribunal Arbitral define para os voos da SATA Internacional.

Ainda não vi os senhores aqui defenderem que nos voos da SATA Internacional se fizesse um voo circular,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O Sr. Secretário Regional sabe que não é assim! Isso é demagogia! O senhor sabe que um voo circular não tem que ser Faial, São Jorge e Terceira!

**O Orador:** ...ou seja, um voo Lisboa/Santa Maria/Ponta Delgada/Terceira/Horta/Pico/Lisboa, porque isto não faz sentido, isto não satisfaz as necessidades de mobilidade, nem satisfaz os fluxos de tráfego que existem em cada um dos percursos que as companhias aéreas praticam.

E digo-lhe mais: isto tanto é assim que a própria SATA, tanto ao nível do Tribunal Arbitral, como posteriormente, apresentou uma

reclamação para o Tribunal da Relação contestando esta definição de serviços mínimos,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E... E... Qual foi a resposta?

**O Orador:** ...porque quando estamos perante uma operação aérea aquilo que tem de ser definido como serviços mínimos não são toques, têm de ser definidos voos, porque os voos é que fazem parte da operação das companhias e não foi isso que foi definido.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não foi isso que o senhor votou no Tribunal Arbitral? O senhor votou por unanimidade os toques!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não esteja a confundir!

**O Orador:** Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão que se prendem com tripulações.

Sr. Deputado, isto não é uma questão que o Governo ou algum de nós tenha responsabilidade em termos da sua gestão, mas vou-lhe responder porque pedi informações sobre isto.

Há na SATA um conjunto de pilotos que saíram por reforma, situações programadas.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E por demissões!

**O Orador:** Há na SATA um conjunto de pilotos que saíram por opção, provavelmente foram voar para outras companhias, situações não programadas.

Quando sai (o regime aeronáutico é muito regulamentar) alguém, um comandante, é necessário promover um copiloto a comandante e isto leva tempo em termos de treino e em termos de certificação, que foi o que aconteceu.

Havendo uma redução (porque as pessoas quando estão nesta fase não estão disponíveis para a operação, houve uma redução do número de efetivos que estavam disponíveis) do número de efetivos disponíveis por estas razões, naturalmente os tempos de voo e os tempos de descanso ficam condicionados às pessoas que existem disponíveis para essas tarefas, no qual se inclui naturalmente a revalidação das próprias licenças.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Isso é falta de planeamento. Uma pessoa não vai para a reforma de hoje para amanhã!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É de hoje para amanhã! Se calhar de manhã para a tarde!

**O Orador:** O Sr. Deputado Artur Lima colocou as questões relativamente à formação.

Oh Sr. Deputado, o Centro de Formação Aeronáutico dos Açores tem competências muito específicas e está equipado para determinados tipos de formação.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah! Só determinados!

**O Orador:** Essencialmente ao nível do pessoal tripulante. Tem outras infraestruturas onde as outras áreas da empresa as utilizam para ter formação.

É verdade que existe formação *on the job* e é verdade que em termos de gestão empresarial por vezes não se justifica, quando o número é muito reduzido,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Reduzido não! Muito elevado!

**O Orador:** ...a deslocação de pessoas a Santa Maria e são feitas nas escalas.

O grupo que o Sr. Deputado está a falar, que está a ter formação em Ponta Delgada, teve 3 semanas – 3 semanas! – ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas está em Ponta Delgada!

**O Orador:** ...de formação em Santa Maria e tem 1 semana de formação no seu local de trabalho.

Mas isto é a gestão natural que visa a racionalidade económica do próprio sistema de formação que a empresa tem, como tem que ter em todas as suas atividades.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Está a dar-me razão!

**O Orador:** Em relação às mudanças operacionais, este debate deu para perceber que temos aqui vários especialistas em termos de gestão de empresas de aviação.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor é exemplo disso!

**O Orador:** Eu enquanto lá estive tentei fazer o melhor que sabia, mas aqui nesta função não me compete a mim fazer a gestão da empresa, porque existe um conselho de administração que está mandatado para o fazer.

Todos devem ser conscientes e ter presente uma coisa. Qualquer alteração a nível operacional deve refletir medidas de racionalidade económica e de sustentabilidade da companhia.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas vai fazer ou não?

**O Orador:** Portanto, cabe ao conselho de administração da empresa, de acordo com a sua operação, definir quais são as opções em cada momento que deve tomar. Todas as companhias funcionam assim.

A SATA por ter um acionista, que são os açorianos, os açorianos são os verdadeiros acionistas da SATA...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah, pois são!



**O Orador:** ...e sendo eu o responsável por uma tutela, não se vai imiscuir neste tipo de decisão.

Aquilo que nós queremos é ter uma companhia aérea que preste um serviço de qualidade aos açorianos,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Afinal tinha razão!

**O Orador:** ...que garanta a mobilidade dos açorianos e que sirva como catalisador do desenvolvimento da economia dos Açores. É isto que nós pretendemos.

Isto só se faz se tivermos bem presente que a companhia tem de ter uma gestão profissional, rigorosa e que vise a sua sustentabilidade.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem! É porque não tem!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não é o caso!

**O Orador:** Em relação às questões que levantou da frota e da frota de longo curso.

É evidente que os A310 estão em fim de linha. Oh Sr. Deputado, não se engane as pessoas, nem se tente levantar aqui falsas questões.

Os A310 estão dentro dos prazos normais para que foram concebidos para operar, verificando todas as normas de segurança que são impostas quer pelas autoridades aeronáuticas,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É verdade sim senhor!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ninguém disse o contrário!

**O Orador:** ...quer pelo próprio fabricante.

A seu tempo naturalmente a frota terá que ser...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E a seguir?

**O Orador:** Se me deixar concluir, eu explico.

Naturalmente que a seu tempo esta frota tem que ser renovada, como tudo tem o seu período de vida e tem o período a partir do qual deixa

de estar certificada para voar. Quando se chegar a essa situação teremos que ter uma frota renovada que satisfaça as necessidades da empresa, por um lado, e da mobilidade dos açorianos, por outro. Não está à espera que eu aqui lhe diga quais são os aviões que se vai trocar e por que aviões é que se vai trocar, porque isso é componente técnica que tem de ser avaliada por técnicos e na devida altura deverá ser tomada a opção mais adequada para a operação da companhia.

Relativamente também a uma questão que levantou, que tinha um avião só para peças, o que lhe posso dizer é que isso é falso. Existe um avião que está em reparação por um incidente que teve em Ponta Delgada e que está junto da manutenção da TAP a sofrer a referida reparação.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Olhe, eu tinha razão em todas as questões. A questão é essa!

**O Orador:** Em relação a questões que foram aqui levantadas e em especial relativamente ao período conturbado em termos de relação laboral que existe na SATA, volto a reafirmar aquilo que o Governo dos Açores tem vindo a dizer.

Aquilo que nós pretendemos é que se encontre uma solução que seja boa para os trabalhadores do Grupo SATA e que seja boa para a própria companhia garantindo a sua sustentabilidade. Não abdicamos contudo de princípios que já enunciámos, que é cumprir com a legalidade, cumprir com as normas que estão impostas e que se encontre uma solução...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor não vai voltar a falar em preços?

**O Orador:** ...para todas as partes e que acima de tudo contribua ativamente para que a SATA desempenhe o seu papel, que é um papel que nós consideramos ser de extrema importância ao nível da mobilidade dos açorianos e ao nível da dinamização da economia açoriana.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não diz nada sobre os preços das rotas inter-ilhas!

**O Orador:** Levantaram-se aqui também questões em relação a rotas existentes fora dos Açores.

A missão da SATA é servir os Açores e os açorianos. A missão de um conselho de administração de uma companhia aérea é,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** *Parole, parole!*

**O Orador:** ...tendo como base essa premissa, depois rentabilizar os recursos que tem à sua disposição.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Só dão prejuízo! Essas rotas só dão prejuízos! Londres, Paris, Suíça, Brasil!

**O Orador:** As rotas fora da Região têm que verificar um pressuposto único,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Londres, prejuízo! Brasil, prejuízo!

**O Orador:** ...que é contribuírem ativamente para incrementar a receita média da companhia e as rotas feitas fora Região devem verificar sempre este princípio.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é falso!

**O Orador:** Outra questão levantada em relação ao papel da SATA de ir buscar turistas ao centro da Europa...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Preços!

**O Orador:** ...e a questão também relativamente ao aeroporto da Horta e da operacionalidade do aeroporto da Horta.

Sr. Deputado Luís Garcia, o aeroporto da Horta para ser operado carece que as tripulações técnicas tenham uma certificação especial.

O aeroporto da Horta não se coaduna quando há uma anomalia quer técnica, quer operacional, que se possa fazer um ACMI a qualquer outra entidade para operar no aeroporto porque as outras companhias não têm pilotos certificados para o fazer.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Curiosamente a TAP não tem esses problemas! Os problemas já os entendemos há muito!

**O Orador:** Oh Sr. Deputado,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** As “coisas” já as percebemos há muito, antes do senhor chegar aí já tínhamos percebido isso!

**O Orador:** ...quando a gente não quer compreender as coisas podemo-nos esforçar ao máximo que não as entendemos.

O Sr. Deputado tem consciência da dimensão da frota da TAP e da dimensão da frota da SATA?

Tem consciência dos recursos que uma companhia tem e dos recursos que outra companhia dispõe?

Sr. Deputado, se o Sr. Deputado quiser perceber, percebe,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** A verdade é que essa ligação de serviço público fica sempre para trás!

**O Orador:** ...mas também entendo que neste momento não lhe dá muito jeito perceber,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O senhor compare os dois!

**O Orador:** ...porque nós estamos aqui a misturar o que era um debate sobre o futuro do transporte aéreo na Região,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Troque isso por miúdos!

**O Orador:** ...com um debate que vai no sentido de satisfazer os interesses dos calendários individuais de muitos dos seus intervenientes e para isso não contem comigo para contribuir.

Se quiserem fazer um debate sério sobre o transporte aéreo...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Qual é o período?

**O Orador:** ...na Região estou disponível; para andarmos aqui a jogar e a ir buscar pormenores que depois se desmontam...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ah! São pormenores. 269€ são pormenores!

**O Orador:** Sr. Deputado Bruto da Costa, eu pensava que a faculdade de trazer gráficos e consultas da internet na bancada do Grupo Parlamentar do PSD estava ali guardada para o Sr. Deputado Jorge Macedo, mas já vi que não.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Oh Sr. Secretário fale de coisas que interessam aos açorianos! Fale disto!

**O Orador:** Recordo-lhe que na anterior legislatura era sistemática a comparação de preço de internet nas ligações entre os Açores e o continente e entre a Madeira e o continente. Dizia-se sempre que na Madeira era mais barato.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Estamos a falar de inter-ilhas!

**O Orador:** Foi a Assembleia Legislativa Regional da Madeira do seu partido que aprovou uma resolução, para o Governo da República, a dizer que as passagens da Madeira para o continente,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Inter-ilhas! E Madeira/Porto Santo também reclamam?

**O Orador:** ...para residentes na Madeira, tivessem um incremento de 16% a 15 dias desde a liberalização e de 46% de véspera. Portanto, aquelas comparações que os senhores fazem em termos de pesquisas na internet e depois trazem para aqui são fortemente falsas, porque não refletem a realidade que se passa no conjunto dos dias e no conjunto do ano...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Isso são as vantagens das *low cost*!

**O Orador:** ...e não defende de forma alguma os interesses dos Açores e dos açorianos, porque aquilo que nós queremos é caro,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É caro, é!

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** ...é claro.

Nós queremos ter um serviço que garanta a mobilidade a todos os açorianos...

**Presidente:** Srs. Deputados.

**O Orador:** ...com um preço competitivo e igual para todos. Sei que lhes custa. Ainda nenhum dos senhores foi capaz de admitir que é o mesmo que pretende.

Obrigado.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Muito bem! **Deputado**

**João Bruto da Costa (PSD):** O senhor disse que isto era falso!

**Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Não, não foi isso!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Ainda temos inscrições, por isso continuamos com o debate da parte da tarde.

Peço aos líderes parlamentares e ao Sr. Subsecretário, Rodrigo Oliveira, que me acompanhem até à sala de reuniões.

*Eram 13 horas e 09 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que regressem aos vossos lugares para podermos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 20 minutos.*

Estava inscrito o Sr. Deputado José Ávila. Tem a palavra.

**Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

**Presidente:** Peço desculpa, Sr. Deputado, mas o Sr. Secretário vai primeiro anunciar os tempos que restam a cada uma das bancadas. Já lhe dou novamente a palavra.

**Secretário:** Partido Comunista Português, 12 minutos e 10 segundos; Partido Socialista, 16 minutos, 40 segundos; PSD, 1 minuto e 25 segundos; Bloco de Esquerda e CDS-PP já não têm tempo; PPM, 1 minuto e 30 segundos e Governo Regional, 8 minutos.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Agora sim tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir neste debate, mas o Sr. Deputado João Bruto da Costa falou em números...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Motivou-o!

**O Orador:** ...e sempre que fala em números aconselha-me a prudência que eu deva confirmar de facto. Isso já aconteceu no passado, em outras situações, relativamente às taxas de execução dos planos e orçamentos.

De qualquer maneira hoje estamos a falar em passagens aéreas e o Sr. Deputado João Bruto da Costa apresentou um documento retirado da página da SATA e de facto também reconheço que as passagens aéreas ainda são caras.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** São caras agora, mas foram muito mais caras no passado e também digo isto porque (tenho-o que dizer) deve ser difícil baixar as passagens aéreas. Apesar do combustível estar agora 5 vezes mais caro do que estava em 96, nessa altura as passagens ainda eram mais caras do que são agora.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Isso é um avanço!

**O Orador:** Mas, Sras. e Srs. Deputados, o que eu queria dizer é que ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E o custo final? O custo final, não!

**O Orador:** ...é verdade que este assunto é um assunto que interessa a todos os açorianos, mas interessa sobretudo falar a verdade.

Logo a seguir à apresentação da passagem aérea que foi mostrada ali pelo Sr. Deputado João Costa várias vezes a esta bancada queria dizer que na mesma hora fiz também uma simulação de reserva e a



passagem aérea custava, por passageiro e com tudo incluído, 177,85. Portanto, 66% do valor que o Sr. Deputado apontou ali há bocadinho. Muito obrigado.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Que grande desorganização!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para uma interpelação.

**Presidente:** Tem a palavra.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Era para uma interpelação à Mesa para dizer à Sra. Presidente que vou fornecer o documento que mostrei há pouco em plenário.

É um *print screen* da página da SATA...

**Deputado Francisco César (PS):** Um *print screen*!

**O Orador:** ...com o valor que obtive com a reserva que tentei fazer ontem à noite. Certamente que nem sempre os valores são os mesmos, mas pelos vistos o Partido Socialista fica satisfeito que uma viagem Graciosa/Horta custe 177€.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No final deste debate de urgência sobre transporte aéreo, em que o tema principal foi a greve da SATA...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para o PSD!

**O Orador:** ...que tanto afligiu os Açores e os açorianos, pode tirar-se a seguinte ilação.

Relativamente à inabilidade negocial do Governo Regional o Sr. Secretário Regional nada disse, ficou calado, caladinho.

Relativamente às incompetências na gestão operacional da SATA ouvimos desculpas.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito fraquinho! Os teus colegas candidatos foram muito mais hilariantes!

**O Orador:** Relativamente à falta de planeamento, durante a greve, ouvimos desculpas.

Relativamente à negligência, quanto ao esquecimento – vamos chamar assim – da renovação do *check line* o Sr. Secretário nada disse, nem desculpas foram apresentadas.

Nós apresentámos aqui factos e nem desculpas foram apresentadas, ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ó Jorge, quais foram as desculpas esfarrapadas que vocês apresentaram?

**O Orador:** ...mas no meio de todas as desculpas esfarrapadas que aqui foram apresentadas fica uma certeza é que a SATA com a atual administração, com a sua anterior administração e com a tutela do Governo Regional está a passar o pior período da sua história e era importante que o Governo Regional metesse na cabeça de uma vez por todas que a SATA não pode estar ao sabor das conveniências partidárias e governamentais.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É impensável que perante uma situação tão grave para a economia dos Açores e para a mobilidade dos açorianos o Governo

Regional durante toda a manhã tenha-se escudado junto às cordas completamente *KO*...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ...em desculpas esfarrapadas que não acrescentaram rigorosamente nada a este debate.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Termino a fazer o seguinte apelo: a partir desta hora que as partes estejam sentadas à mesa e que finalmente, desta vez, seja de vez. Já perdemos 15 dias, 3 semanas, provavelmente 1 mês, porque essa greve era adivinhada quando foi desconvocada a greve TAP/SATA, mas que desta vez seja de vez.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Apelo à sua capacidade de síntese.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ainda tem tempo? Isso é o que se chama boa gestão!

**O Orador:** Com certeza Sra. Presidente. Como sabe essa é uma das características das minhas intervenções: capacidade de síntese e a capacidade de ser assertivo.

*(Risos do Deputado Aníbal Pires)*

Começava esta intervenção por dizer que depois de saber que um Sr. Deputado do Partido Social Democrata consegue uma viagem por 269€ para a Graciosa, um Sr. Deputado do Partido Socialista por 177€, nem sequer me atrevo a fazer uma marcação por um Deputado do PPM. Não sei quanto é que seria!

*(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

Mas a questão fundamental, e respondendo ao Governo Regional, é que esta informação, a resposta do Governo Regional, indicia que de facto (em relação aos 800 passageiros que foram afetados devido ao descanso das tripulações) está relacionada com a vulnerabilidade que temos neste momento em relação à formação dos nossos pilotos, dos pilotos da SATA.

É uma vulnerabilidade. É evidente que por razões que são evidentes para a casa, para esta casa (também não me vou alongar em relação a estas questões da formação na SATA, porque penso que não é do interesse da Região), mas é necessário que a informação que é prestada por parte da SATA, a informação que é prestada à comunicação social, seja uma informação mais completa, mais qualificada, tal como o Sr. Secretário teve oportunidade de aqui referenciar de forma mais completa, apesar de ainda não ter dito tudo o que há dizer sobre esta questão.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

O Sr. Secretário Regional quer intervir para encerrar o debate se não houver mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário.

(\*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate sobre os transportes aéreos na Região divergiu para uma situação de discussão da parte operacional e da gestão operacional da SATA da qual não vou prestar qualquer declaração...

**Deputado Cláudio Almeida** (*PSD*): Não tem nada a ver com isso!

**O Orador:** ...uma vez que é meu entendimento que uma questão é a gestão política da qual sou responsável...

**Deputado Cláudio Almeida** (*PSD*): O Governo não tem nada a ver com isso!

**O Orador:** ...e assumo todas as responsabilidades por isso; outra questão é gestão empresarial que cabe ao conselho de administração da SATA efetuá-la.

O objetivo do Governo dos Açores, como disse, é claro: ter um transporte aéreo que privilegie a segurança por um lado, a pontualidade, a regularidade e a fiabilidade.

É evidente que há um objetivo associado a este mandato do Governo dos Açores e que passa por reduzir o custo das acessibilidades no contexto das ligações ao continente através de uma proposta de revisão de obrigações de serviço público como já foi dito; no contexto das ligações inter-ilhas revendo, também como tive a oportunidade de dizer aquando da apresentação do Programa do Governo, as atuais obrigações de serviço público, tentando com isso baixar o custo, por um lado, mantendo os níveis e se possível aumentando os níveis de

mobilidade dos açorianos. É este o objetivo que nós temos, é este o caminho que queremos seguir.

Por outro lado e em termos de ligações ao exterior não contempladas nas obrigações de serviço público, nomeadamente para a nossa comunidade emigrante, temos também um caminho a trilhar que visa garantir maior e melhor acessibilidade a um custo mais baixo.

Como é que isto se consegue?

Aumentando o número de rotações, possibilitando incrementar o número de lugares disponíveis e por via do volume baixar o custo unitário. A este propósito, como já tive também a oportunidade de dizer, mas volto a repetir nesta casa, a partir de agora do início do verão a SATA Internacional irá reforçar as suas ligações a Boston com 3 ligações de ano inteiro. Além do incremento natural que existe na época alta irá manter 3 ligações de ano inteiro com os Estados Unidos da América. Isto traz-nos aqui um ponto que acho que é fundamental em termos do contexto da SATA. A SATA desempenha um papel fundamental em termos de mobilidade dos açorianos, por um lado, e de catalisador e dinamizador da economia. Tem uma centralidade nos Açores, tem que ter uma cultura própria com que os seus colaboradores têm de se identificar. O desígnio da SATA é servir os Açores e os açorianos. Os açorianos são os seus verdadeiros acionistas. É por isso que a SATA faz sentido em existir, é para isso que a SATA existe, é para isso que iremos trabalhar para que a SATA continue a desempenhar um papel fundamental em termos de aumentar a mobilidade dos açorianos e dinamizar a economia da Região.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Prestar um serviço público!

**O Orador:** Isto em termos de empresa só se faz com uma gestão empresarial,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ninguém diria!

**O Orador:** ...não com uma gestão política. Se fosse para o Governo Regional é que fazer a gestão da empresa não fazia sentido existir um conselho de administração, o secretário regional, os diretores regionais, a própria administração regional fazia a gestão da empresa. Não é isso que se pretende.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não é isso que se pretende de futuro!

**O Orador:** Não é esse o caminho que se pretende. Aquilo que se pretende é ter uma empresa com capitais públicos que sirva o seu objeto social por um lado, mas que por outro lado garanta a sua sustentabilidade com o objetivo claro de preservar os seus postos de trabalho e de prestar um serviço de qualidade a todos os açorianos.

Relativamente às questões e à intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo.

Oh Sr. Deputado, só a entendo e só a encaro na perspetiva em que o Sr. Deputado já devia ter escrito esta intervenção antes de realizar este debate, porque aquilo que se falou nada teve a ver com aquilo que o Sr. Deputado acabou por referir.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Foi de improviso!

**O Orador:** Relativamente à greve...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E a certificação?

**O Orador:** ...e ao processo negocial ele não está a decorrer. É às 16 horas. Provavelmente o Sr. Deputado tinha estimado que a sua intervenção seria mais tarde.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** O debate era de manhã! Que às 16 horas corra bem!

**O Orador:** É a partir das 16 horas que ele se vai realizar.

Portanto, mais uma vez mostra que a intervenção já estava planeada.

O Governo dos Açores teve uma postura clara desde o início. O Governo dos Açores teve uma postura claríssima desde o início, ao contrário do PSD...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E a certificação?

**O Orador:** ...que não foi capaz de dizer se pretendia que o Governo e a administração da SATA cometessem uma ilegalidade ou não. Não foi capaz de dizer ainda também se concorda ou não concorda que os trabalhadores da SATA fiquem isentos dos cortes, ao contrário dos trabalhadores da restante administração pública regional e dos trabalhadores do setor empresarial da Região. Isso não se ouviu.

**Deputado Berto Messias (PS):** Isto é a pergunta de 1 milhão de dólares!

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Os senhores é que estão desse lado! Só queremos ver o problema resolvido. Os senhores desenrasquem-se!

**O Orador:** Isso não se ouviu desde o início.

O PSD tentou sempre andar aqui no meio dos pingos da chuva, mas não é compatível com a seriedade política que se exige ao maior partido da oposição. Do Governo dos Açores não houve dúvidas desde o início.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Queremos respostas. Os senhores desenrasquem-se!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E a certificação?



**O Orador:** É evidente que nós estamos empenhados e temos feito tudo o que está ao nosso alcance para que se chegue a um entendimento que satisfaça as exigências da plataforma sindical, por um lado,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E a certificação?

**O Orador:** ...mas que traga o cumprimento da legalidade por outro, sem pôr em causa a sustentabilidade da empresa. É isso que se pretende, é isso que se quer também de uma gestão rigorosa da empresa e de uma gestão que se quer que seja consciente, porque não podemos tomar medidas avulso na perspectiva de resolver um problema no imediato sem estimar os seus impactos no futuro...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Isso é o que os senhores têm feito até agora!

**O Orador:** ...e qualquer medida que seja tomada tem que ter sempre presente a sustentabilidade da empresa. Essas foram as indicações que foram dadas ao conselho de administração e estou em crer, acredito, estou convicto, que haverá bom senso de todas as partes envolvidas...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Afinal o senhor não diz nada sobre o conselho de administração!

**O Orador:** ...neste processo negocial para que se chegue a um entendimento e que se evite situações similares àquela que tivemos, que não foi por falta de empenho, de dedicação, de esforço,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E glória! Faltou foi a glória!

**O Orador:** ...não foi por falta de rigor na negociação, não foi por declarações que o Sr. Deputado declara como incendiárias, mas que também o Sr. Deputado as prestou. Dizer que a greve é “assassina”

não me parece que seja um grande elogio para ninguém e foram declarações prestadas por si.

Ainda lhe digo mais. O Vice-Presidente do PSD escreveu num jornal: “A recente greve da SATA foi e é uma calamidade para os interesses da Região e da própria companhia. Os interesses de uma minoria não podem pôr em causa os interesses da maioria mesmo que isso seja legal.

**Deputado Francisco César (PS):** Os senhores só leem uma parte do jornal!

**O Orador:** A ética ainda existe.”

Depois aqui uma frase que também gostaria de referir: “A Swiss Air era uma companhia de referência mundial e desapareceu.”

Afinal quem é que fala em tom de ameaça?

Obrigado.

**Deputado Francisco César (PS):** Os senhores não falam!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E a certificação?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Jorge Macedo pediu a palavra para?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Um protesto.

**Presidente:** Em relação às afirmações...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Relativamente às afirmações que o Sr. Secretário disse que eu tinha dito ou tinha escrito!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Vê se agora dizes alguma coisa, ó Jorge, sobre transportes aéreos!

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas e só para fazer uma precisão.

É bom que nós aqui dentro desta casa quando colocamos na nossa boca palavras que outros alegadamente disseram possamos fazê-lo ou lendo ou então com todo o rigor e verdade.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O que eu disse e escrevi e esta manhã por outras palavras disse a mesma coisa, mas posso repetir, foi que as datas escolhidas do rally de Santo Cristo...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Do rally e de Santo Cristo!

**O Orador:** ...do rally e das festas do Sr. Santo Cristo dos Milagres...

**Presidente:** Srs. Deputados.

**O Orador:** ...foram datas “assassinas”. Não disse que a greve era “assassina”, ao contrário, li textualmente aquilo que nunca foi desmentido, está entre aspas, como declarações do Sr. Presidente da SATA de que “a greve era abominável”. Estamos a falar de coisas completamente diferentes. Não referi aquilo que o senhor disse. Por outro lado disse aqui nesta câmara aquilo que o Sr. Presidente da SATA disse e não deveria ter dito, aliás, porque ele é uma das partes que se senta à mesa das negociações e o PSD não se senta à mesa das negociações.

Muito obrigado.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto ao Sr. Secretário Regional se quer usar da palavra. Não.

Sendo assim, para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda antes de passar para a apreciação que o PCP/Açores faz sobre o debate que agora termina e alguns mitos criados à volta do Transporte aéreo na região, não posso de deixar de afirmar e garantir, face ao conhecimento que tenho, que em toda a operação da SATA Air Açores e da SATA Internacional não se efetua nenhum voo com aeronaves do Grupo SATA sem que todos os parâmetros de segurança estejam devidamente acautelados.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Nós estamos todos descansados!

**O Orador:** Eu tenho absoluta confiança na operação da SATA Air Açores e da SATA Internacional e esta confiança deriva do conhecimento que tenho de que todos os parâmetros de segurança são efetivamente cumpridos.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** E ficamos muito descansados com a sua confiança!

**O Orador:** Mas queria fazer ainda uma outra nota relativamente à avaliação que se pode fazer deste debate.

O Deputado Jorge Macedo...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Tem uma fixação por mim!  
Agradeço!

**O Orador:** ...concluiu que o centro do debate foi a greve dos trabalhadores da SATA.

V. Exa. efetivamente nada mais disse sobre transporte aéreo na Região Autónoma dos Açores que...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Escolha a palavra correta! Peço que escolha a palavra correta!

**O Orador:** É que não disse mais nada. V. Exa. não disse nada sobre transportes aéreos nos Açores e como nós sabemos que V. Exa. fala em nome da bancada do PSD quando tratamos aqui de assuntos relativos a transportes quero dizer, ou melhor, posso legitimamente concluir que o PSD sobre transportes aéreos não tem nada a dizer...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Vá ver o nosso programa eleitoral feito há pouco tempo!

**O Orador:** ...a não ser aquilo que V. Exa. escreveu e aquilo que o Secretário Regional do Turismo e Transportes referiu de que a greve, as datas da greve, eram umas datas “assassinas”, mas isso é outra história Sr. Deputado.

Agora Vs. Exas. e a bancada do Partido Socialista divergiram do cerne da questão,...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Já cá faltava!

**O Orador:** ...isto é, ficaram aqui muitas perguntas por responder, mas as respostas podem ser inferidas com facilidade, ou melhor, das não respostas se podem inferir algumas conclusões.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao concluirmos este debate, importa que apontemos para as soluções de futuro para o transporte aéreo na nossa Região.

Para o PCP/Açores a resposta é clara e inequívoca: Só é possível garantir um transporte aéreo de qualidade, adaptado às nossas necessidades, respeitando o direito à mobilidade e a Coesão Territorial através da manutenção e desenvolvimento da SATA, enquanto empresa pública, propriedade de todos os açorianos e instrumento decisivo para o nosso desenvolvimento.

Afirmamos aqui, claramente, a nossa discordância de fundo com as estratégias de liberalização e privatização do transporte aéreo na Região. Este setor é demasiado importante, demasiado estratégico, demasiado vital para que possa estar sujeito às flutuações de mercados externos e às prioridades economicistas dos lucros privados.

Só através de uma empresa pública, que coloque como prioridade o desenvolvimento da Região e a mobilidade dos açorianos é que nos será possível superar distâncias e atrasos, vencer barreiras tarifárias e aproximar, efetivamente, o nosso arquipélago do resto do mundo!

O que precisamos é a alteração da regulamentação europeia que visa impedir o apoio às empresas públicas para obrigar ao favorecimento das privadas.

O que é necessário é que o Estado, nomeadamente através do regime das indemnizações compensatórias mas não só, financie e suporte o transporte aéreo na Região Autónoma dos Açores, enquanto

componente fundamental das suas funções de soberania e parte integrante da coesão nacional e da coesão europeia.

Esta é a verdadeira resposta, a única resposta para o problema do transporte aéreo e os seus custos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em torno deste problema têm sido criadas uma série de mistificações para iludir os açorianos e que importa aqui tentar desconstruir.

A primeira e mais evidente dessas mistificações é a da abertura às operadoras *low-cost*, da qual, supostamente, resultaria uma redução drástica dos preços das viagens aéreas para os Açores.

É falso e a experiência da Madeira prova-o claramente. Se, de facto, existem reduções, a verdade é que em épocas de maior procura esses preços quase triplicam, deixando os passageiros sem alternativas.

Como afirmava há dias o Presidente da Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo, “As *low-cost* não vendem lugares a passageiros. Vendem passageiros a destinos e é o destino que paga por esses passageiros”.

É exatamente esta a questão. Estas empresas têm um modelo de negócio que depende inteiramente de conseguirem incentivos, subsídios e isenções de taxas, que estão na base dos baixos preços que oferecem. O seu negócio não é o de transportar pessoas, mas o de importar turistas económicos, pagos a peso de ouro pelo destino.

Portanto, a sua operação só é possível com gastos muitíssimo maiores para o erário público.

Mas, na verdade, toda esta questão não passa de uma encenação política porque, e é preciso que se saiba, as *low-cost* não estão interessadas em voar para os Açores.

Quando questionado numa Comissão Parlamentar da Assembleia da República, em abril do ano passado, o Diretor Ibérico da Easy Jet disse-o claramente:

Se alterarmos a nossa política de subsídios, poderão ponderar a operação apenas para Ponta Delgada e, mesmo assim, como a sua rendibilidade depende de taxas de ocupação dos aviões superiores a 85%, foi avisando que “a procura vai ter de estar disposta a pagar um determinado preço”, imagina-se que este preço será muito menos “*low*” e bastante mais “*cost*”.

Esta é a verdade e toda a conversa que tem sido alimentada em torno das *low-cost* serve apenas para distrair a opinião pública do que o Governo da República não faz e podia fazer, acenando-lhes com uma miragem sem qualquer substância real.

Ainda relativamente a alguns mitos criados em relação às *low-cost* importa dizer que a massa salarial dos trabalhadores especializados é igual ou superior àquela que é praticada nas companhias aéreas públicas, quer a TAP, quer a SATA. Estou a falar dos tripulantes de cabine e dos tripulantes de *cockpit*.



Há uma outra questão que é bom que se diga aqui: também fazem greve. Os pilotos da EasyJet da base de Lisboa tiveram agendada uma greve para o dia 21 de março deste ano que só não se realizou porque conseguiram chegar a acordo com a administração.

**Deputado Francisco César (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** É sim! Sei que lhe custa, mas tem de ouvir.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Outro dos logros que procuram lançar sobre os açorianos é que a liberalização, ou privatização, do mercado irá beneficiar os Açores e os açorianos no seu conjunto.

Trata-se de outra falsidade porque este tipo de operadores se, eventualmente voassem para os Açores, seria apenas para o aeroporto de Ponta Delgada.

Olhe-se para os resultados da TAP nas suas rotas entre os Açores e o Continente no ano de 2011:

Horta – prejuízo de mais de 1 milhão de Euros;

Terceira e Pico – prejuízo de 150 mil Euros;

Ponta Delgada – lucro de 1,2 milhões de Euros.

Para onde é que acham que as companhias privadas estarão...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é centralismo, Sr. Deputado!

**O Orador:** É exatamente isso, Sr. Deputado! É que a liberalização do mercado não serve os Açores, serve eventualmente Ponta Delgada e não os açorianos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** São Miguel é uma ilha!

**O Orador:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Talvez a maior das mentiras políticas que tem sido repetida à exaustão sobre o problema dos transportes aéreos na nossa Região prende-se com o custo da SATA para o erário público.

É preciso que se diga a verdade às açorianas e aos açorianos:

A SATA não custa um cêntimo ao orçamento regional!

A verdade é que, à exceção de algumas campanhas promocionais e de marketing, a subsidiação de empresas públicas é proibida por regras europeias e as verbas que a SATA recebe do erário público destinam-se, apenas e somente, ao pagamento das obrigações do serviço público, que aliás estão em atraso, obrigações essas que têm sempre de ser pagas, seja a empresa concessionária pública ou privada.

Pelo contrário, é o Governo Regional que se financia através dos milhões que deve à SATA!

E, apesar, destas dívidas da Região, apesar má gestão dos sucessivos administradores políticos que o Governo vai nomeando para o Conselho de Administração, o Grupo SATA ainda assim consegue apresentar resultados que são objetivamente sustentáveis.

A nossa transportadora aérea é um património de todas as açorianas e açorianos e uma ferramenta fundamental para o nosso desenvolvimento, que assegura ligações que são absolutamente vitais para todas as nossas ilhas. Não podemos cometer a irresponsabilidade de entregar essa alavanca de desenvolvimento, de perder o controlo público sobre este setor. Pelo contrário, temos de apostar, de investir e dar dimensão à nossa empresa de transporte aéreo.

Podem contar com o PCP/Açores para contribuir para esse objetivo e para lutar contra os que, de forma cada vez menos encapotada, pretendem destruir a empresa que assegura as nossas ligações internas e a nossa ligação com o mundo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrado assim o primeiro ponto da nossa Agenda de trabalhos. Avançamos para o ponto 2: **Projeto de Resolução n.º 33/X – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”**, apresentado por todos os Grupos Parlamentares e Representações Parlamentares com assento nesta Assembleia.

Pergunto se há intervenções.

Creio que não. Penso então que estamos em condições de votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos então. O ponto 3 é o **Projeto de Resolução** apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS que **“Resolve recomendar ao Governo Regional que suspenda definitivamente todos os apoios a projetos para estabulação total ou permanente de gado bovino”**.

Para a apresentação do Projeto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O pastoreio dos bovinos é o método tradicional de produção de leite e carne nos Açores. Aliás, o pastoreio tornou-se uma imagem de marca dos Açores e uma espécie de selo de qualidade dos produtos regionais.

Este sistema de produção é responsável pelas singulares características nutricionais, químicas e físicas, diferenciadoras da carne e leite açorianos conferindo-lhes uma qualidade superior.

A Federação Agrícola dos Açores lançou recentemente um documento intitulado “Fruto da pastagem” no qual defende e passo a citar: *“o modo de produção extensivo é a melhor via para propiciar rentabilidade à produção, dada a situação geográfica do arquipélago, as condições naturais para a produção de pastagens de qualidade, o bem-estar animal, o equilíbrio ambiental e as qualidades organoléticas e composicional da carne vendida”*. Fim de citação.

Curiosa e estranhamente, quando ouvido em sede de comissão parlamentar, já extra trabalhos e quase *in extremis* (vá se lá saber porquê, ou até se sabe porquê!) sobre a iniciativa em debate, o Presidente da Federação Agrícola desacreditou os seus estudos e

desautorizou o conhecimento científico dos técnicos da sua instituição.

Basta ler o relatório da comissão de economia, relativo à audição do Presidente da Federação Agrícola dos Açores, e cito: “*Não gostávamos de ver regime intensivo. Regime intensivo, em todo o gado, deve ser abolido*”.

Resumindo: para os técnicos e para o Presidente da Federação Agrícola dos Açores o regime de pastoreio é melhor que a estabulação permanente; porém, o Presidente da Federação Agrícola também acha que e cito, “*na prática, esta proposta não pode ser aceite porque tem que haver exceções*”?

Perante tamanha confusão de argumentação, fica claro que quem está confuso e confundido não é o CDS, é o Presidente da Federação Agrícola dos Açores!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nos últimos anos, o Governo Regional, inacreditavelmente, começou a direcionar vultuosos apoios, a fundo perdido, para investimentos que irão matar as nossas melhores produções, conquanto visam a reconversão de unidades de produção em regime extensivo para um regime intensivo, com recurso à estabulação permanente dos animais.

**Deputado Duarte Moreira (PS):** Quais os projetos e quais os montantes?

**O Orador:** Dados facultados pela tutela indicam que para apenas 5 estábulos permanentes nos Açores consumiram-se 1,5 milhões de euros dos nossos impostos.

Tecnicamente o regime intensivo promovido pela estabulação acarreta um conjunto de custos que passo a enumerar:

1. Maior importação de alimentos, aumentando a nossa dependência externa;
2. Maior fragilidade do sistema imunitário dos animais;
3. Aumento dos custos de produção;
4. Diminuição da vida média da vaca e uma maior taxa de substituição;
5. Maiores custos de produção por via do aumento de maquinização;
6. Diminuição da qualidade do leite tendo em conta que diminui a permanência da vaca na pastagem.

Desafio qualquer Sr. Deputado a contradizer o que acabei de enumerar. Repito: desafio qualquer Sr. Deputado a fazer isso,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Isto é um duelo!

**Deputado Berto Messias (PS):** Oh Sr. Deputado!

**O Orador:** ...sobretudo de quem tem formação na área.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vários são os conceituados investigadores que apontam razões contrárias à estabulação permanente (sublinho permanente) de gado na Região.

Cito o Professor José Matos, da Universidade dos Açores: “*A minha posição é claramente contrária, por vários motivos: 1.º, pela imagem associada aos lacticínios dos Açores; 2.º, por razões de impacto ambiental; 3.º, menor bem-estar e saúde animal; 4.º, menor qualidade do leite; 5.º e por último por razões económicas*”.

Cito também o Professor Oldemiro Rego, da Universidade dos Açores: “*É importante relembrar sempre, que os Açores subsistem na fileira do leite porque possuem condições naturais de excelência para a produção de pastagens e forragens, o que torna o sistema*

*competitivo e viável (...) Se for para substituir a pastagem e conduzir à estabulação permanente, nunca, pois desvirtuará o nosso sistema de produção tradicional, as qualidades específicas e intrínsecas do nosso leite e lacticínios e impedirá de produzirmos a custos competitivos”.*

Cito, ainda, um outro investigador da Universidade dos Açores, Henrique Rosa, também num estudo publicado: “ (...) *existe atualmente evidência científica de que a carne de bovino produzida segundo o sistema tradicional açoriano com pastoreio direto em erva verde durante todo o ano é detentora de elevada qualidade nutritiva, ética (...) e principalmente dietético/funcional, dificilmente encontrada noutras partes do mundo*”. Fim de citação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Açores não têm dimensão para produzir em escala, para produzir em quantidade. Por isso, a necessidade prende-se com acrescentar valor aos nossos produtos, promovendo a sua diferenciação e segmentação no mercado.

Estes apoios enfermam de vários perigos: desde logo, podem impedir, Sr. Secretário Regional, a atribuição do selo IGP à carne dos Açores.

É bom que o Governo Regional tenha consciência disso. Segundo o regulamento europeu isto pode levar a que se impeça a atribuição do selo de carne IGP à carne dos Açores.

Quem votar a favor disso está a votar contra a lavoura dos Açores, contra o nosso verde e contra a nossa diferenciação.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, fazendo valer os melhores argumentos técnicos, muito mais do que políticos, apresenta este Projeto de Resolução que propõe que a Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo a suspensão definitiva de todos os apoios a projetos para estabulação total ou permanente (permanente, para algum Sr. Deputado que não tenha percebido, é para estabulação total – ou tenha feito que não tenha percebido – ou permanente) de gado bovino, incluindo os que estejam em análise e ainda não tenham recebido despacho.

Está em causa o futuro da marca “Açores”. Está em causa a nossa capacidade de nos diferenciarmos dos outros. Está em causa o futuro da lavoura nos Açores.

Quem apoiar a estabulação permanente está a contribuir decisivamente para destruir aquilo que de melhor temos.

Muito obrigado.

**Deputados Luís Silveira (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Francisco César pediu a palavra para uma interpelação.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação à Mesa para prestar informações em nome da Comissão de Economia.

Gostaria de informar a câmara, porque foram feitas aqui algumas considerações da parte do Sr. Deputado Artur Lima em relação à audição do Presidente da Federação Agrícola, que o Presidente da Federação Agrícola e a Associação Agrícola foram convidados a dar parecer por escrito, por unanimidade, na Comissão de Economia.



A resposta a esse parecer da Federação Agrícola dos Açores foi de que tendo em vista a pertinência do tema a Federação Agrícola dos Açores gostaria de dar uma prestação de contas presencialmente na comissão.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ninguém disse o contrário! Isto é uma intervenção, Sra. Presidente!

**O Orador:** Foi aprovada a audição do Presidente da Federação Agrícola por unanimidade pela Comissão de Economia.

**Deputado Berto Messias (PS):** Está a prestar um esclarecimento à câmara!

**O Orador:** Portanto, não foi extemporânea, nem sabe-se por que é que o Presidente da Federação Agrícola foi ouvido. Foi ouvido sim, porque a comissão por unanimidade achou pertinente ouvir o Presidente da Federação Agrícola.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto não é um esclarecimento, é uma intervenção! O senhor inscreva-se!

**Presidente:** Obrigada pelo esclarecimento.

Feita que está a apresentação do Projeto de Resolução agradeço que se inscrevam para o debate.

A Mesa pergunta se há inscrições para o debate.

Sr. Deputado António Parreira tem a palavra.

(\*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução apresentado pelo CDS-PP teoricamente é interessante, mas na prática é negativo. Ele penaliza a economia regional e penaliza sobretudo os nossos agricultores, neste caso particular os produtores de leite e os produtores de carne. Como tal o

Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode concordar com a aprovação da proposta aqui em análise.

O Projeto recomenda ao Governo Regional que suspenda definitivamente todos os apoios a projetos para a estabulação total ou permanente de gado bovino.

Ora bem, hoje sabemos que existem estábulos permanentes, semipermanente, parques de alimentação ou cabanões e ainda as maternidades.

São situações que os nossos agricultores vão criando de modo a melhorar as suas condições do seu próprio trabalho, o bem-estar animal e a rentabilidade das suas explorações.

A estabulação de gado bovino é ampla e abrange produções de leite e de carne. É necessário diferenciar os regimes e as condições de cada um deles. Temos de ter em conta que o subsector da carne é um complemento ao rendimento dos agricultores, estando este também associado à estabulação.

Na Região existem 5 projetos aprovados e licenciados e cerca de mil pedidos de apoio recebidos durante a vigência do atual Quadro Comunitário de Apoio.

Segundo o Projeto apresentado pelo CDS-PP parece que estamos perante um cenário de dezenas ou até de centenas de estábulos,...

**Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Até podia ser só um!

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ...o que não é verdade.

Somos defensores dos nossos produtos e da marca “Açores” a qual está associada à pastagem.

No entanto, nada nos impede de termos algumas estabulações devidamente autorizadas e dentro das regras comunitárias.

A estabulação deve ser uma exceção dentro de determinados contextos e situações e não a regra. Aliás, como referiu o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores aquando da audição na Comissão de Economia.

No mundo moderno e globalizado de hoje devemos estar preparados para enfrentar novos desafios, portanto, as poucas estabulações que temos na Região servirão certamente de experiência para o futuro, aquelas que são realmente consideradas estabulações.

Nos últimos anos a nossa agricultura evoluiu muito. Hoje temos explorações agrícolas equipadas e a produzem ao nível da Europa. Não há crescimento sem evolução e a evolução obriga a que se introduza novos fatores e novas técnicas de produção.

Temos de preservar a nossa paisagem e o meio ambiente, mas não podemos descurar a economia e o rendimento dos nossos agricultores. Ambas têm que estar associadas.

O espaço rural não se encontra no estado original. Ao longo dos anos foi modelado pela agricultura. Foi a agricultura que criou o nosso ambiente diversificado e as suas paisagens variadas.

Os agricultores são um parceiro ativo muito importante que não podemos desprezar. O conhecimento fundamental das práticas agrícolas não se aprende nos livros, é transmitido de geração em geração.

Os pareceres da Universidade dos Açores, nomeadamente do Dr. Henrique Rosa, da Lactaçores, bem como a audição pela Comissão da Economia do Presidente da Federação Agrícola dos Açores são bem

claros, pelo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor referiu a Universidade dos Açores? Isso é mentira!

**O Orador:** ...na defesa da economia regional e dos interesses dos nossos agricultores, votará contra a proposta em apreciação.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A Universidade dos Açores foi o que o senhor referiu?

**Deputado António Parreira (PS):** O Professor Henrique Rosa!

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta discussão tem parecido, ou mais parece, ou tem contornos de um diálogo de surdos, uma vez que o CDS fala sempre em estabulação total ou permanente e nunca em proibir a semi estabulação. Portanto, é bom que estas questões fiquem claras e não se percebe muito bem esta posição do Partido Socialista.

É verdade que nós temos de aumentar a produção, mas nunca à custa da estabulação total. Isso será certamente um enorme retrocesso em termos da qualidade da imagem da marca dos Açores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Aliás, tenho aqui uma página do jornal que diz “Do prado ao prato”. Isto é, nós vendemos uma imagem de produto natural com uma vaquinha no pasto e, portanto, isso nos diferencia e apostamos na

diferenciação, ou deveríamos até apostar mais na diferenciação dos nossos produtos agrícolas, designadamente os da agropecuária e se nós queremos transformar a nossa produção numa qualquer produção idêntica à que se faz no centro da Europa, com o gado estabulado, então mal iremos.

Não me parece que esta proposta do CDS seja de rejeitar. A proposta do CDS continua a permitir a estabulação temporária para proteção ou para o acabamento do gado de carne.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Claro!

**O Orador:** Portanto, a Representação Parlamentar do PCP dará o seu voto favorável a esta iniciativa do CDS-PP.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(\*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: O PSD não está a favor de um regime de estabulação permanente como o modelo ideal para os Açores,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah não?

**O Orador:** É natural que não.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah não?

**O Orador:** ...mas sim por um modelo de bom senso, com a estabulação parcial ou de acabamento, mas onde também poderá haver, caso se fundamente, a estabulação permanente. Os casos são poucos, mas há casos que se justificam.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Santa Maria!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Mãe de Deus!

**O Orador:** Santa Maria fica mais para oeste.

Dos projetos que estão à espera dos pedidos de apoio que são 4 em 999 também não achamos correto que com esta medida se venha a prejudicar estes produtores que já estão a contar com estas ajudas uma vez que a aprovação deles obedece a critérios rigorosos de avaliação financeira, bem-estar animal e ambiente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Que interesses privados estão aí?

**O Orador:** O Deputado Artur Lima vem misturar aqui a carne IGP com a estabulação o que também não é um bom seguimento para esta proposta, que não tem nada a ver uma coisa com a outra.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah é! E já a seguir vai ficar a saber!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É um centrão!

**O Orador:** Os pontos que disse para discutir, até aceitava discutir isso mas se fosse com alguém que percebesse do assunto, com algum técnico e até pode ser com os técnicos da Universidade dos Açores e até comparando a própria exploração com outras.

Aqui, é claro, votamos contra.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Se o Bloco de Esquerda tivesse que dar um subtítulo a este Projeto de Resolução do CDS seria com certeza qualquer como isto: “Da impossibilidade de beber em vinho e de comerem uvas ao mesmo tempo.”

Ou seja, aquilo que está aqui em causa, do nosso ponto de vista, é de escolher definitivamente qual é o caminho que nós queremos para o setor do leite e da carne na nossa Região, sobretudo para um setor que está confrontado com uma ameaça de eminente concretização que é o fim das quotas.

Este Projeto de Resolução do CDS recomenda ao Governo Regional (e nunca é demais ler o título, porque ele tem sido pouco clarificado e pouco aceite na sua clareza, tentando dizer que ele diz uma coisa que não está cá) que suspenda definitivamente todos os apoios a projetos de estabulação total ou permanente de gado bovino, incluindo os que estejam em análise e que ainda não tenham recebido despacho. É este o título e, portanto, é este o objetivo deste Projeto de Resolução e o Bloco de Esquerda acompanha a preocupação expressa neste diploma e que o CDS traz a esta casa.

Desde logo pelo primeiro período deste mesmo Projeto que também vale a pena reler e que diz assim: “O pastoreio dos bovinos sem estabulação é o método tradicional de produção de leite e carne nos Açores, tendo-se tornado uma imagem de marca destes nossos produtos regionais.”

E podemos nós perguntar e por quê?

Na realidade os Açores serão eventualmente, como muito bem explica um cientista da Universidade dos Açores chamado a pronunciar-se sobre este diploma, – dizia eu – a única região do hemisfério norte ou do Atlântico norte, latitude a 38° (o que quer dizer que temos condições climáticas abençoadas por esta latitude) a ter este tipo de pastoreio único eventualmente no mundo,...

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sabe que o aumento da temperatura influencia no pastoreio!

**O Orador:** ...na sua duração. É pôr tudo isto em causa, a nossa imagem de marca não só agora como no futuro da criação da marca “Açores” que é uma das medidas da Agenda para a Criação de Emprego, para a empregabilidade, para a divulgação dos nossos produtos, rentabilização dos nossos produtos e a aposta na sua qualidade. Tudo isto será posto em causa, não o passado que temos vindo a construir, como o futuro que queremos vir a construir dadas as propostas que estão em cima da mesa do próprio Governo Regional. Podemos pôr tudo isto em causa (e poremos seguramente) quando abandonamos esta imagem de marca e começamos a permitir a estabulação permanente ou total que é esta que está causa.

Lembro-me bem que em sede de comissão perguntei ao Sr. Secretário Regional quais eram os critérios (porque a argumentação é de que são poucas, são muito poucas: 3 na Terceira e 1 na Graciosa – foi o que foi dito) objetivos para haver ou não haver uma estabulação permanente.

O Sr. Secretário Regional remeteu-me para os critérios genéricos dos apoios a este tipo de explorações e de atividade. Muito obrigado Sr. Secretário, mas não foi isso que perguntei, mas já agora faço-lhe novamente a pergunta aqui no plenário para ver se desta vez obtenho resposta: o que é que faz com que o Governo Regional permita, dizendo que são poucas e assim continuarão, a existência de explorações em estabulação permanente e impeça a sua generalização, digamos assim?

Por que é que podem existir poucas?



O que é que justifica essa sua existência e por que é que se compromete (porque não pode fazê-lo de outra maneira) a não as deixar generalizar?

Porque se os apoios estão disponíveis, como respondeu o Sr. Secretário, então basta recorrer a eles e a estabulação permanente pode surgir.

Já lembrei que estamos a falar de um setor ameaçado pelo fim eminente das quotas leiteiras. Estamos a falar de um setor que deve apostar urgentemente na diferenciação e a diferenciação no nosso caso só pode ser feita, em bom rigor, através da qualidade da aposta na qualidade e não na quantidade, que é isso que é o tal beber em vinho e comerem uvas, querer as duas coisas ao mesmo tempo.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Nem mais, Sra. Deputada!

**O Orador:** Mas simultaneamente nós também bem sabemos que um dos constrangimentos mais importantes para uma maior rentabilidade das explorações é a sua descontinuidade e é esse um dos argumentos que os lavradores invocam. Aliás, um dos argumentos que o Sr. Presidente da Federação também evocou e legitimamente em sede de comissão, é a necessidade de garantir a rentabilidade, a rentabilização das explorações.

Mas o curioso é que um dos principais fatores de constrangimento, que é a falta de emparcelamento, não tem um apoio redobrado do Governo.

Pelo contrário, até se fazem umas Scuts, por exemplo, em São Miguel que corta explorações, que as divide, que impede a passagem de animais e,...

**Deputado Francisco César (PS):** O melhor é nem sequer fazer as Scuts por causa disso!

**O Orador:** ...portanto, parece que tudo empurra para a existência da estabulação.

Ora, quanto a nós, os apoios redobrados do Governo deveriam ser no emparcelamento, na eletrificação e na disponibilização de água, por exemplo, às diversas explorações.

A insistência, a nosso aviso, sem critérios claros de apoios à estabulação pode redundar na sua generalização e a estabulação tem riscos ambientais que são hoje imprevisíveis, mas são bem possíveis e os custos para o erário público da sua resolução são tudo menos despicientes.

Portanto, parece-nos absolutamente acertada a proposta do CDS, a evocação implícita do princípio da precaução, quer nas consequências para a qualidade dos nossos produtos, quer nas consequências para a destruição de uma imagem de marca construída ao longo de anos, quer na invalidação da criação da marca “Açores”, quer na defesa do nosso ambiente e é absolutamente fundamental para o Bloco de Esquerda nesta matéria.

Portanto, mais nenhuma razão será necessária para nós votarmos favoravelmente este Projeto de Resolução.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Acho que nesta matéria os Açores, como em todas as outras, tem de fazer escolhas claras. Deve estar a favor ou contra. Não pode, no âmbito daquilo que é a qualidade dos nossos produtos e a metodologia de produção que é utilizada, ser assim e assim.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Interesses privados e associativos!

**O Orador:** Porque esse assim e assim significa que se tivermos uma produção na ordem dos 90%, mas que 10% é produzido com recurso a tecnologias e a uma forma de exploração não inteiramente natural, isso significa que existe uma contaminação da qualidade da imagem que se tem em relação à qualidade dos nossos produtos.

Penso que na agropecuária esta imagem, a criação, ou o aumento ou mesmo a manutenção de explorações que não produzam de uma forma inteiramente natural, afeta a qualidade do produto, a imagem da qualidade natural do produto açoriano. Nesse sentido, a existência, a criação de bolsas de produção deste tipo por menores e por mais residuais que sejam nunca serão positivas para a imagem global e afetarão os produtos, a imagem que a produção açoriana tem.

Mais! Se é para manter numa dimensão meramente residual então também não tem qualquer tipo de impacto económico, então também não se justifica manter algo que nós dizemos: “Não, não se preocupem porque isso será residual.” Mas se é residual qual é o interesse para a Região em manter este tipo de apoios?

Não será muito maior para o interesse regional dizer: “Nós somos 100%, a nossa produção é 100% nesta matéria.”

Não é muito mais fácil avançar com uma imagem muito mais agressiva, muito mais fundamentalista?

Pode-se utilizar perfeitamente a expressão muito mais fundamentalista. Os Açores são fundamentalistas no âmbito da agropecuária 100% natural.

Penso que esta questão me parece absolutamente evidente. Mais não fosse também o parecer da Universidade dos Açores feito por reputados especialistas. Quem tem oportunidade de ler este relatório não tem nenhuma dúvida que o conjunto de argumentos que são avançados por técnicos de excelência são absolutamente contundentes. A posição do Governo Regional nesta matéria é que não faz sentido, que é uma posição de dizer: “Bom, nós temos aqui 3 ou 4 exceções, mas não se preocupem. Isto não vai aumentar.”

Então se não vai aumentar por que é nós estamos a contaminar a imagem dos Açores nesta matéria? Por quê?

Então qual é a racionalidade desta tomada de posição?

Acho que não faz sentido, a menos que se tenha um projeto que não é o tal projeto de manutenção, não é o tal projeto de manter residualmente esta pressão, é deixá-lo ir aumentando de ano a ano e, portanto, é de facto criar aqui progressivamente um campo de expansão para esta forma de produção e isso é um caminho errado para os Açores, é um caminho errado para a agropecuária dos Açores. Portanto, tendo em conta estes argumentos e esta visão que nós temos em relação a esta matéria, vamos votar favoravelmente esta iniciativa do CDS-PP.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar peço um esclarecimento ao Sr. Deputado António Toste, do Partido Socialista, se diz – segundo percebi na sua intervenção – que a Universidade dos Açores apoia a estabulação permanente de gado.

É esse o esclarecimento que lhe peço.

Relativamente ao Sr. Deputado do PSD, Renato Cordeiro, queria dizer-lhe o seguinte. O nosso povo tem um ditado que diz que “a ignorância é atrevida” e efetivamente acho que o povo tem razão.

Quando V. Exa. diz que apenas aceita discutir as contra indicações da estabulação permanente com alguém que perceba do assunto, com um técnico que perceba do assunto,...

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor há bocado fez a proposta para discutir com alguém!

**O Orador:** ...acho que quem não percebeu o que está aqui a fazer é V. Exa., porque o senhor aqui é Deputado, nós aqui somos Deputados, e não especialistas ou técnicos em qualquer matéria.

**Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Agora o Sr. Deputado tem, como Deputado, que discutir aqui os assuntos que lhe aparecem, porque mais lhe vou dizer. Se eu fosse discutir tecnicamente consigo o assunto, permita-me a soberba, mas V. Exa. não sei se ficaria a ganhar e vou dizer-lhe porquê. Porque quem aqui nega os seus mestres...

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** O Sr. Deputado tem formação nessa área!

**O Orador:** Bem sei que é seu primo, mas de qualquer dos modos, mantenha-se calmo.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** O que é isso tem a ver com isto? Só disse que ele tem formação nessa área!

*(Risos da câmara)*

**O Orador:** É o seu nervosismo!

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima faça o favor.

**O Orador:** Quem aqui teve formação na área e desautoriza olímpicamente os mestres que eu ali citei, gente conceituadíssima a nível regional, nacional e internacional... O que o senhor fez foi desautorizar aqueles que o ensinaram e o que o senhor aqui mostrou é que não tem conhecimentos técnicos para discutir essa matéria,...

**Deputado Francisco César (PS):** Então não sei para que é que estamos aqui a discutir isso!

**O Orador:** ...mas fico à espera da atividade que o senhor aqui tem, que é a atividade de Deputado, para discutir comigo já que tecnicamente o senhor tem melhor formação que a minha, ou melhor, tem formação na área que eu não tenho, mas de qualquer dos modos, como um simples Deputado desta casa, sinto-me avalizado para defender a agricultura dos Açores.

O mais interessante é isto: “Vacas leiteiras em pastoreio. Um modelo de agricultura sustentável.” Ideias *online* promovidas pela Direção Regional, pela DRACA, onde a primeira subscritora deste texto é a Sra. Diretora Regional, Fátima Amorim, onde enumera aqui os vários meios de pastoreio, o maneio intensivo, o maneio extensivo, o maneio subextensivo e onde (DRACA, Sr. Secretário, Direção Regional da Agricultura) refere exatamente aquilo que acabei de dizer ali. E diz:

“Os aspetos negativos intrínsecos a estes modelos são essencialmente: elevada diminuição do número de produtores e aumento relativo do número de cabeças de gado por exploração [Sr. Deputado Renato Cordeiro]; redução da vida média produtiva da vaca; contaminação ambiental provocada pela produção intensiva de forragens necessárias à alimentação bovina e pela dificuldade de recolha e tratamento de afluentes [Sr. Deputado Renato Cordeiro]; perda de características organoléticas do leite e dos seus derivados, bem como crescente intolerância alimentar.” Isto é o que diz a DRACA, isto é o que diz a Secretaria Regional da Agricultura.

Depois por aqui abaixo, explica o modelo extensivo, semi-intensivo, etc., explica que este modelo é que é o modelo sustentável para a gestão do território nessa matéria, fala sobre a saúde animal – talvez o Sr. Deputado Renato Cordeiro queira ler este documento –, enfim, fala explicitamente, explica bem todos os tipos de pastoreio. Depois diz mais à frente que a produção de leite de vaca é efetivamente o melhor regime para os Açores e até diz para pedirem esclarecimentos a quem estiver nas associações agrícolas, cita uma série de universidades favoráveis ao pastoreio em regime extensivo (a Universidade da Flórida) e até cita o Governo dos Açores curiosamente, está aqui o símbolo do Governo dos Açores, da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, na altura, e a Direção Regional dos Assuntos Comunitários e da Agricultura. Fátima Amorim, diretora regional.

Está aqui tudo para as pessoas tirarem dúvidas. Isto é o que o vosso Governo defende, o vosso Governo. Ou é o Governo velho e o Governo novo esqueceu-se disto?

E o Governo novo vem falar de uma coisa que é a marca “Açores” e depois esquece que isto pode contaminar para sempre a marca “Açores”?

Quem diz o contrário, que uma, duas, ou três explorações não fazem diferença, não sabe rigorosamente o que está a dizer e é uma enormidade o que diz, porque, meus senhores, lembrem-se de uma coisa: basta um caso para estragar a imagem dos Açores, nós já temos 5 e os senhores querem permitir mais. Estou a falar de estabulação total e permanente e não venham com *fait divers* disto e daquilo. É total e permanente, são vacas fechadas 24 horas num estábulo! É isso que estou a falar desde o início e que toda a gente percebeu. Quem não percebeu e quem não quer perceber é quem vai pôr em causa a imagem dos Açores e da marca “Açores”.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Os senhores lembram-se de um único caso que aconteceu, um único caso: as vacas loucas.

Foi preciso haver dezenas de casos nos Açores?

Foi um único caso e pôs em causa. O esforço que nós fizemos e tivemos que fazer e temos que fazer ainda hoje para isso. Um único caso!

Portanto, quem vem com esse tipo de argumentação não sabe rigorosamente o que está a dizer e está a pôr em causa o futuro da nossa terra, da nossa agricultura apreciada por todo o mundo, dos nossos projetos que nos diferenciam do resto do mundo e do centro da Europa industrializada.

Muito obrigado.



**Deputados Luís Silveira (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(\*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não vou entrar aqui num diálogo deste género. Venho aqui reforçar apenas isto.

Qualquer pedido de apoio para ser aprovado tem que obedecer a vários critérios. Um deles é se tem viabilidade económica ou não; outro, bem-estar animal ou não; e por fim, ambiente.

Obviamente para terem o seu apoio tem de passar por tudo isso. Antes de falar da marca “Açores” é preciso falar de mercado. Para se conseguir mercado é preciso que a gente tenha produto para lá ter e aqui lembrava outro caso que também tem a ver com isto. Das 100 mil vacas que temos, por exemplo, na ilha de São Miguel o que é que se fazia aos 50 mil vitelos que iam parar ao matadouro?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Fazia-se a mesma coisa!

**O Orador:** Teve que se dar fim a esta carne, não era de pastagem.

Em relação aos meus mestres tenho o maior respeito por eles, foram eles que me ensinaram aquilo que sei, mas não foram só eles, se calhar aprendi outro tanto em casa e o respeito que tenho por eles muita vez também passa por faz “aquilo que eu digo, não faças aquilo que faço.”

Disse.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não vale a pena batermos mais no ceguinho!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, restantes Membros do Governo:

Queria nesta minha intervenção desmitificar um pouco...

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Desmistifique!

**O Orador:** ...tudo aquilo que estivemos aqui a ouvir das várias bancadas e dizer claramente que não é política deste Governo incentivar a estabulação permanente nos Açores.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Oh Sr. Secretário isso não é conversa!

**O Orador:** A política deste Governo é sim, como é naturalmente do conhecimento geral, manter o sistema tradicional de exploração nos Açores tal e qual ele é praticado e tal e qual ele é conhecido em toda as ilhas da nossa Região, tanto no que tem a ver com a produção de leite, como no que diz respeito à produção de carne e lembro-me, penso que estaremos todos de acordo, que são os principais pilares da nossa economia e que pelas suas características produtivas têm levado o nome dos Açores, em termos de comércio e de economia, bem longe.

No entanto, existem circunstâncias em que poderão recomendar o recurso a este tipo de investimento.

Recordo, e mais uma vez enfatizo, que estamos perante, no atual quadro, uma percentagem ínfima de projetos aprovados...

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Basta-me um caso!

**O Orador:** ...que dizem respeito à estabulação permanente.

Em cerca de mil projetos, que representam um investimento de cerca de 50 milhões de euros, apenas foram aprovados 5 de estabulação permanente nas ilhas que já foram referenciadas, um dos quais no setor da carne, os outros no setor do leite, com um financiamento público de cerca de 1 milhão e meio de euros. Portanto, uma percentagem ínfima relativamente àquilo que foi o investimento total nas explorações agropecuárias da nossa Região...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor concorda com a estabulação permanente?

**O Orador:** ...em termos do atual Quadro Comunitário de Apoio.

Devo referir também que esta é uma ferramenta que os agricultores poderão dispor se as suas condições particulares assim o exigirem. Isto é alvo naturalmente de um projeto de investimento que é devidamente apreciado pela Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural dentro dos critérios que a legislação espelha, demonstrando viabilidade económica, demonstrando as cautelas ambientais que este tipo de exploração exige e só quando todos estes requisitos estão perfeitamente cumpridos e quando há garantia de que este tipo de exploração respeita todas estas vertentes é que os projetos são eventualmente aprovados.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O problema é a jusante!

**O Orador:** Portanto, queria desmistificar tudo aquilo que aqui se disse, porque a política do Governo Regional dos Açores não é no sentido de incrementar os projetos de estabulação permanente nos Açores, é sim de permitir, de dotar os agricultores de uma ferramenta

que em caso se verifique comprovadamente que esta é uma boa opção naquelas particulares condições...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Em que casos? Tem de especificar!

**O Orador:** ...permita que eles possam fazer esses investimentos, rentabilizando economicamente as suas explorações.

Permitam-me também dizer que há aqui algumas confusões relativamente aos argumentos apresentados pelo Sr. Deputado Artur Lima, relativamente ao que tem a ver com a carne IGP. São coisas perfeitamente diferentes.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sim!

**O Orador:** A carne IGP é certificada de acordo com o meio de produção perfeitamente determinado a explorações perfeitamente certificadas e perfeitamente acompanhadas para esse efeito. Naturalmente que a carne IGP não pode ser produzida em estabulação permanente ou temporária, tem que ser produzida num sistema de manejo perfeitamente definido...

**Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** O Sr. Deputado Renato Cordeiro diz que sim!

**O Orador:** ...e que está legalmente instituído e, portanto, nada tem a ver uma coisa com a outra.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Tem, tem!

**O Orador:** Relativamente à observação da Sra. Deputada Zuraida Soares relativamente à questão do final das quotas. Penso que o final das quotas é de facto uma realidade que vamos ter que enfrentar, nos preparar e que estamos neste momento a preparar, mas também me

parece que não tem nada a ver com a questão da estabulação permanente ou não estabulação permanente.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Tem a ver com a lógica da produção para a qualidade!

**O Orador:** São assuntos que são distintos desta problemática.

Relativamente às questões do emparcelamento que a Sra. Deputada também colocou. Não é pelo facto do Governo apoiar alguns projetos de estabulação permanente que esquece essa necessidade de se proceder ao emparcelamento. Existem outras ferramentas, como certamente também sabe, legislativas – refiro-me ao RICTA e ao SICAT – que permitem aos agricultores usufruírem de meios financeiros que incentivam o emparcelamento e que tão bons resultados têm dado na nossa Região nos últimos anos.

Portanto, nesta primeira intervenção é aquilo que me apraz dizer relativamente a estas questões.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

(\*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Artur Lima, nós realmente – e o Sr. Deputado já o disse – não somos a favor de uma agricultura de estábulos.

No entanto, em situações justificadas (ou seja, deve ser uma exceção e não uma regra) deve-se permitir que se possam fazer.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quais são?

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Mas quais são essas exceções? Tem que as especificar!

**O Orador:** Aliás referi há pouco, quando falei da primeira vez que intervim, devem até servir como um exemplo. Não devemos parar. O mundo evoluiu e nós também açorianos devemos evoluir. Não vem nenhum mal ao mundo se nós nos Açores tivermos 4, 5, 6 estabulações permanentes.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ou 8, ou 10, ou 15!

**O Orador:** Agora no diploma também há que referir e que explicar de que estabulações estamos a falar. É porque estabulações totais e permanentes há muitos enquadramentos aqui nelas e falei no princípio. Temos permanentes, semipermanentes, parques de alimentação, cabanões, tudo isso está englobado.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Aqui só fala em permanente!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor leu o Projeto de Resolução?!

**O Orador:** Li, sim senhor. Li muito bem.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O que é que diz?

**O Orador:** Relativamente ao parecer da Universidade dos Açores, do Dr. Henrique Rosa, e relativamente à carne IGP há aqui um equívoco e gostava de ler aquilo que diz, aqui no ponto 4, o Sr. Dr. Henrique Rosa. Tem a ver com estabulação, tem a ver com a carne e tem a ver com a carne IGP, com 2 coisas, com 3 coisas aliás. Vou passar a citar: “No que respeita à exploração de carne de bovino existe uma maior diversidade dos sistemas de produção e das características do produto final. Há que distinguir dois sistemas: o de vacas aleitantes e o leiteiro em que a carne resulta como um subproduto. [Certo?] No primeiro caso penso que a questão não se colocará, por um lado, pela

existência da carne certificada, “carne dos Açores IGP”, cujos cadernos de especificações não admite estabulação permanente.”

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Claro!

**O Orador:** Logo aqui está definido, “não admite estabulação permanente”.

E por outro lado “porque o próprio sistema de exploração é por natureza extensivo.” Aqui está a dizer tudo.

**Deputado Berto Messias (PS):** Aprenda alguma coisa, Sr. Deputado!

**O Orador:** “Contudo, a fase de acabamento dos animais (vitelão ou novilho/a) oriundos quer deste sistema de vacas aleitantes quer também do sistema leiteiro (machos Holstein ou cruzados de ambos os sexos) exige uma maior intensificação alimentar pois pretende-se acumular gordura intramuscular no sentido de melhorar as características sensoriais da carne como a suculência, tenrura e sabor.”

Penso que aqui está tudo dito e tudo muito bem esclarecido...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não concorda com a estabulação permanente!

**O Orador:** ...sobre aquilo que quis dizer ao senhor há bocadinho.

Agora temos que ver aqui uma outra coisa...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas não concorda com o professor que fez isso?

**O Orador:** ...em que temos de associar tudo isto: o ambiente, a estabulação, o pastoreio, também a economia e sobretudo o rendimento dos nossos agricultores que é muito importante.

Então vamos ver aqui os dados, o senhor deve-os ter e penso que o senhor também sabe quais as vantagens que nós temos,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ...principalmente na exportação do gado para o continente, no caso particular, qual é o representante desta moeda.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Qual?

**O Orador:** Penso que o senhor deve saber estes valores, penso eu.

Em 2004 a exportação de gado vivo era de 46.691 cabeças; em 2012, ou seja, 8 anos depois, passou-se para 16.299 animais, menos 65% do que se fazia anteriormente.

O que quer dizer que são muitas as mais-valias que ficam na Região e com isso criou-se muitos postos de trabalho, o que é uma vantagem.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ainda bem!

**Deputado Francisco César (PS):** Aprenda alguma coisa!

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Falando dos abates de 2007 e dos abates em 2012, Sr. Deputado Artur Lima, estamos a falar de 5 anos...

O Sr. Deputado não me quer ouvir, mas era interessante que o senhor ouvisse, pois no final o senhor vai perceber o que é que estou a dizer.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Exatamente!

**O Orador:** Se compararmos 2007 com 2012 temos um aumento de animais exportados para o continente na ordem dos 300%.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sabe quanto representa a exportação do gado em carcaça ou à peça da nossa Região para o continente? Faz ideia?

Faço-lhe essa pergunta. Talvez o senhor não saiba, mas vou dizer-lhe.

**Deputado Berto Messias (PS):** Não sabe!

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!



**O Orador:** São 25 milhões de euros, estamos a falar de 25 milhões de euros e esse mesmo gado se for criado na pastagem, se não tiver um acabamento ou um semi acabamento que não seja intensivo, como seja o normal, nós não conseguimos obter estes resultados. Mas isso é uma certeza absoluta.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas ninguém está dizendo isso!

**O Orador:** O que o senhor diz aqui no seu projeto é: “contra a estabulação total e permanente”,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Exatamente!

**O Orador:** ...logo inclui esta, ao incluir esta está contra o rendimento dos nossos agricultores...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Intensiva!

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ...e estou a dizer-lhe que só no produto do gado exportado estamos falar de 25 milhões. No seu total representa mais de 50 milhões.

Mas vou dizer-lhe mais ainda, o senhor sabe quantos animais é que nós temos de carne IGP? Também se calhar não sabe.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não!

**O Orador:** Sabe quais são os valores? Pois o senhor não sabe, mas era importante o senhor saber.

Nós temos 2.758 animais em 2012; 678,300 Kg de carne.

Sabe quanto é que representa, Sr. Deputado?

Dois milhões e meio de euros.

**Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sabe o que é que isso quer dizer? A carne que é exportada para pequenos nichos de mercado e é esta carne que tem valorizado toda a restante fileira da carne dos Açores. Isso é que é importante.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem! Então por que é que não fazem isso?

**O Orador:** Esta carne está certificada e está garantida que não é estabulada.

Agora toda a outra carne quando o senhor diz “contra a estabulação total e permanente”...

O Sr. Presidente da Federação diz e bem que o CDS cometeu um erro, porque há vários tipos de estabulação e aqui não está definida qual é a estabulação.

Já referi que é 4 ou 5 e o senhor aqui não contrapôs.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor não sabe ler?

**O Orador:** Desculpe?

Eu sei ler, sim senhor, e sei ler e muito bem. Sei ler muito bem, pelos vistos este projeto é que não está fundamentado. O projeto não está fundamentado, não senhor. Não está, não senhor!

Porque ele diz aqui: “Há notícias recentes.” Isso é vago. Não há aqui uma insistência, não há aqui uma afirmação. “Há notícias recentes”, isso é pouco. No projeto tem de estar aqui informado o que é que se pretende e o que é que se quer.

**Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Desculpe que lhe diga, mas não está.

Para já ficava-me por aqui e termino.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Berto Messias (PS):** Isto é que é uma intervenção esclarecedora de quem conhece o setor!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Oh Sr. Deputado António Toste, o que diz o Projeto de Resolução... É só ler! Os senhores querem baralhar e confundir.

**Deputado António Parreira (PS):** Não estou a baralhar nada!

**Deputado Berto Messias (PS):** A sua proposta é que é uma baralhação permanente!

**O Orador:** Não vale a pena!

“Estabulação total e permanente.” Ponto.

Estabulação total e permanente quer dizer vacas 24 horas fechadas num estábulo. Ponto.

É isso que quer dizer, Sr. Deputado.

**Deputado António Parreira (PS):** Vacas, novilhos,... tudo!

**O Orador:** Quanto ao acabamento de gado é absolutamente natural que se faça e a exploração semi extensiva faz-se. O Projeto de Resolução não é contra isso, Sr. Deputado Duarte Moreira, como o senhor leu e sabe,...

**Deputado Duarte Moreira (PS):** Explique a sua proposta! Não estamos a perceber! Somos limitados!

**O Orador:** ...não é contra. É contra a estabulação permanente de gado. Ponto final parágrafo.

A carne IGP até podia ter mais produção se tivesse um sistema de transportes eficaz e não o sistema maquiavélico que o Governo Regional criou.

**Deputado António Parreira (PS):** O problema não é esse. O problema é a nossa dimensão geográfica!

**Deputado Francisco César (PS):** Maquiavélico!

**O Orador:** Maquiavélico, absolutamente!

Os sistemas de produções extensivo, semiextensivo... isso é conversa do Partido Socialista, porque não sabe mais o que é que há de dizer, porque aqui é estabulação total ou permanente.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão percebeu, a Deputada Zuraída, o Deputado Aníbal perceberam bem. Total ou permanente!

**Deputado António Parreira (PS):** E nós todos!

**Deputado Berto Messias (PS):** Todos percebemos isso!

**O Orador:** Então não vejo qual é o motivo de estarem a chamar os outros tipos de produção admissíveis para acabamento da carne, no último mês, nos últimos dois meses... isto é tudo perfeitamente admissível.

E há outro caso, Sr. Deputado Berto Messias, que o senhor até deveria estar preocupado, que é a contaminação dos lençóis freáticos. Há de ver onde estão localizados os estábulos na ilha Terceira e há de ver o chorume o que é que faz às terras. Chorume! Pergunte ao Sr. Deputado Toste Parreira que ele explica-lhe o que é.

**Deputado Berto Messias (PS):** Vou ao Google!

**O Orador:** O Sr. Deputado António Parreira explica-lhe! O chorume, Sr. Deputado, que acidifica as terras e sabe o que é que acontece?

O senhor está a brincar como já brincou com a contaminação na Base das Lajes.

**Deputado Berto Messias (PS):** Não estou a brincar com nada! Quem é que está aqui a brincar?

**O Orador:** É um perigo a infiltração nos lençóis de água, Sr. Deputado. Veja onde é que elas estão.

E depois, Sr. Secretário Regional, uma pergunta feita à Comissão Europeia pelo Deputado do CDS e a Comissão Europeia respondeu o seguinte: “As características da carne dos Açores IGP registada a nível da União Europeia por força do regulamento n.º 617/2003 estão fortemente ligadas, de acordo com as suas especificações, ao seu método de produção ancestral e ao sistema tradicional de alimentação, mais particularmente as pastagens ao ar livre. A carne dos Açores por conseguinte, produzida sem estas características, não poderia beneficiar da classificação IGP.”

Certo, Sr. Secretário?

**Deputado António Parreira (PS):** Mas é claro!

**O Orador:** É isso que diz. Os senhores estão a pôr em causa. Depois a gente não sabe para onde é que vai a carninha, de onde é que ela vem, como é que ela chega, porque depois torna-se difícil.

E mais! Diz que o regulamento n.º 68/2005 prevê apoio da União Europeia para métodos de produção sustentáveis, nomeadamente a manutenção da produção animal extensiva, Sr. Secretário Regional, medida 214.

Portanto, o que os senhores estão a pôr em causa é o futuro dos Açores e não vale a pena vir com *fait divers* que é preciso acabar o gado, acabar isto, acabar aquilo. Isso é tudo verdade. Ainda bem que deixámos de exportar gado vivo, ainda bem que se fez evolução nesse sentido, ainda bem tudo o que aqui foi dito. Ainda mal a estabulação permanente e é isso que os senhores não querem, é nisso que os senhores persistem no erro. Isto vai ser a desgraça dos Açores, porque quando a Europa ficar desperta para a evolução da estabulação permanente que tem sido feita nos Açores ultimamente, em que 5 é muito, daqui 1 ano não sei quantos são, daqui a 2 anos não sei quantos são, acaba. Os senhores estão a pôr em causa a marca “Açores”, a qualidade dos nossos produtos e o que nos distingue dos outros. Esse é o grande perigo que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, grande impulsionador da lavoura nos Açores, que ao votar contra isto está a ser contra o desenvolvimento sustentável da lavoura nos Açores, está a ser conivente com a estabulação permanente, está a ser conivente com alguns interesses e está ao lado do Partido Socialista contra um desenvolvimento sustentado na economia ambiental e sobretudo está a favor do aumento dos custos de produção na lavoura, que depois tanto crítica, faz uma coisa e depois aqui vem fazer outra coisa.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É o PSD, o centrão!

**O Orador:** Portanto, aumenta custos de produção, aumenta custos ambientais, aumenta custos de eletricidade, aumenta tudo.

Digo-lhe mais, Sr. Secretário, daqui a uns anos se Deus quiser estaremos os dois vivos para ver que estes sistemas não vão durar muito tempo e vão falir e vão vos estar a pedir apoio, como já estão a

pedir apoio os sistemas que os senhores mantiveram em São Jorge, no Pico, que já faliram e estes vão a seguir e os senhores depois vão dizer que não passam cheques em branco.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O senhor ainda tem tempo?

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Tenho tempo Sr. Deputado Aníbal. Faço uma boa gestão, ao contrário de V. Exa.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Coisa que eu não sei fazer, exatamente!

**O Orador:** O que devo referir em relação a este Projeto de Resolução tem a ver com a natureza da iniciativa que está aqui.

A grande vantagem do Projeto de Resolução (e o Projeto de Resolução não é mais do que isso) é que recomenda ao Governo fazer *x*.

Agora a questão é esta. Os Srs. Deputados do Partido Socialista dizem: “Não, não. O que aqui está escrito é preto e branco”. O proponente que está a fazer uma recomendação (isto não é uma lei, é uma recomendação) diz-vos o seguinte: “Isto é branco.”

A seguir responde o Sr. Deputado do Partido Socialista: “Desculpe, mas o que o senhor quer dizer é branco e preto”, apesar do proponente lhe estar a dizer que esta referência é apenas à estabulação total ou permanente, ou seja, 24 horas sobre 24 horas, como já enfatizou.

Qual é a dúvida? Isto é um Projeto de Resolução em que está dito o que é que se quer fazer.

Mais! Além de estar escrito, também já foi convenientemente explicado, portanto, aqui para esta questão não é chamado o Tribunal Constitucional que com certeza teria diferentes interpretações.

O proponente já disse ao que vem e, portanto, recomenda isto.

A outra questão é: esta recomendação faz ou não faz sentido tendo em conta aquelas que são as potencialidades da agricultura dos Açores e aquele que é o nosso projeto enquanto Região, especificamente para este setor?

Faz todo o sentido. O Sr. Deputado António Toste fez uma intervenção que em 99% do seu conteúdo eu concordo. Disse que nos Açores fazemos isto, temos carne de excelente qualidade, conseguimos produzir isto, isto vale muito dinheiro. Com tudo isso eu estou completamente de acordo. O que estranho é a sua conclusão. A conclusão de toda a intervenção é exatamente o contrário do que o Sr. Deputado disse.

Todo este valor acrescentado, tudo o que significa o enorme potencial da agricultura dos Açores é largamente prejudicado com a estabulação. Não tenha dúvidas.

A imagem dos Açores é prejudicadíssima se nós permitirmos o aumento da estabulação nos Açores. Isto é absolutamente negativo para o futuro dos Açores e, portanto, todos estes números da produção do nosso enorme potencial são números que ficarão afetados se a imagem dos Açores não for a desta região ecológica, desta região de produção natural, desta produção de grande qualidade. Ficará irremediavelmente afetada.



Portanto, penso que todo o seu discurso, toda a sua argumentação conduz precisamente no sentido inverso da sua conclusão em relação a este Projeto de Resolução.

Termino, Sra. Presidente, a minha intervenção referindo o seguinte.

O Governo Regional dos Açores está aqui perante uma escolha: ou permite esta estabulação, que é residual, mas que está aumentando gradualmente e em que existirão pressões cada vez mais significativas até porque o setor agrícola é hoje em dia o refúgio de muita gente na Região Autónoma dos Açores dado o declínio que está a conhecer noutros setores, nomeadamente a construção civil, ou o que nós vamos ter é uma pressão cada vez maior e o que vai acontecer é que se não tomarmos medidas fundamentalistas, drásticas nesta matéria, as pressões serão cada vez maiores e nós vamos ter este número de casos a aumentar exponencialmente.

Portanto, o que nós vamos ter é uma Região com uma imagem estragada em relação àquele que é o seu grande potencial.

A Universidade dos Açores diz o que é que se deve fazer, que é mais difícil, mas é mais responsável, é mais consistente com os interesses dos Açores, que é o seguinte: “Mas a solução adequada nestes casos serão mais projetos de emparcelamento, acompanhados por leis que dificultem a fragmentação das propriedades agrícolas, a penalização ao abandono da terra, o semi abandono, o banco de terras, a renovação de cadastro, a renovação de propriedade baseada em sistemas modernos, como o mapeamento de satélite”, etc.

Este é um caminho organizado, planificado, mais difícil, mais exigente, mas este é o caminho certo e este é o caminho que o Governo Regional deveria adotar.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares. Tem pouco mais de 2 minutos.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, vou insistir pela terceira vez porque não respondeu à pergunta que lhe fiz em sede de comissão e repeti hoje aqui.

No dia 29 de janeiro o Sr. Secretário Regional, ouvido em sede de comissão, disse o seguinte: “Dos 999 pedidos de apoio que deram entrada apenas 4 se inserem no conceito de estabulação permanente, 3 deles na Terceira e 1 na Graciosa.”

Pelos vistos de janeiro até hoje já há mais um, porque aqui eram 4...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** São 5!

**A Oradora:** ...e hoje foi dito por todas as bancadas que afinal são 5. Já há mais 1 de janeiro para cá.

Perguntei eu ao Sr. Secretário quais eram os critérios para a existência destes 4 na altura. Por que é que existiam 4 e não existiam 20? E amanhã não podem existir 200 ou mil?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Aí é que está!

**A Oradora:** Quais são os critérios objetivos para se permitir nos Açores a estabulação total e permanente?

O Sr. Secretário não me respondeu pelo que fiz a pergunta no dia 23 de abril em sede de comissão ao Sr. Presidente da Federação Agrícola, já que o senhor não me esclareceu pedi esclarecimento a

outra pessoa que tem conhecimento da matéria e a resposta do Sr. Presidente vale a pena ser lida neste plenário.

Responde o Sr. Presidente assim: “Referindo-se à maior incidência na ilha Terceira [de quê?] de estabulação permanente e total afirmou que era porque esta era uma ilha redonda,...

*(Risos do Deputado Artur Lima)*

**A Oradora:** ...com maior apetência para a estabulação.”

Oh Sr. Secretário Regional, já ouvi muitas explicações, mas esta sinceramente é vanguardista!

**Deputado José Ávila (PS):** Mas o que é que o Sr. Secretário tem a ver com isso?

**A Oradora:** Há mais estabulação na Terceira, porque é uma ilha redonda!

Mas há mais! E esta é mais preocupante do que o “redonda”, Sr. Secretário Regional, oiça bem: “Também por tradição os seus agricultores...

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** O Sr. Secretário Regional chama-se Jorge Rita?

**A Oradora:** Não, não! Mas o Sr. Secretário Regional que se recusa a dizer em sede de comissão e neste plenário quais são os critérios do Governo Regional para autorizar a estabulação permanente e total tem que ter conhecimento daquilo que dizem pela sua boca, quais são os critérios utilizados.

Fiquei a saber que um é o facto da ilha ser redonda...

*(Risos do Deputado Artur Lima)*

**Deputado José Ávila (PS):** Mas não foi o Sr. Secretário que disse isso!

**A Oradora:** ...e o outro é que por “tradição os agricultores da Terceira sempre recorreram a maior número aos projetos de apoio e aí criou-se um pouco a intenção de muita gente fazer a estabulação permanente, erro que quando detetado foi corrigido rapidamente”.

Sr. Secretário Regional diga-me quem é que pode ficar tranquilo com isto: por um lado é a ilha ser redonda ou triangular,...

**Presidente:** Sra. Deputada, agradeço que termine.

**A Oradora:** ...por outro lado é a maior proximidade a quem dá os apoios, a quem tem conhecimentos. É por isso que lhe digo, e pergunto pela quinquagésima vez, quais são os critérios objetivos da Região Autónoma dos Açores que não seja a forma da ilha, a proximidade dos apoios e os conhecimentos ou as cunhas que se tenha,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ...para ser ou não ser autorizada a estabulação permanente e total nesta Região.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem 3 minutos.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Só? Acho que me enganei na conta!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, rapidamente para lhe perguntar se sim ou não a estabulação permanente aumenta os custos de produção?

**Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Não percebi!

**O Orador:** Se sim ou não aumenta as importações?

Se sim ou não os custos de produção? Aumenta ou não aumenta?

Se sim ou não aumenta as importações de rações do exterior? Sim ou não, Sr. Secretário?

Se sim ou não aumenta os problemas sanitários do gado? Sim ou não, Sr. Secretário?

**Deputado Cláudio Almeida** (*PSD*): Mais devagar, se não o Sr. Secretário não consegue tomar nota disso tudo!

**O Orador:** Depois quais os critérios objetivos para o senhor autorizar a estabulação permanente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, restantes Membros do Governo:

Começaria por recordar que desde a minha juventude, desde a minha infância me recordo de inúmeras explorações de estabulação permanente, particularmente na ilha de São Miguel. Refiro-me concretamente aos viteiros e às unidades de engorda e de acabamento, que já existem há décadas que foram fruto de uma necessidade de engorda dos animais, dos vitelos, oriundos das vacas leiteiras, dos nascimentos que todos os anos ocorrem de algumas dezenas de milhares e que foram uma forma que alguns empresários

da ilha de São Miguel encontraram de ter uma fonte de rendimento devidamente sustentada, devidamente equacionada, que organizou a produção de carne durante longas décadas e que trouxe à Região inúmeras mais-valias em termos económicos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Por isso é que os Açores estão como estão!

**O Orador:** Com esta situação não vem mal ao mundo por isto, toda a gente convive bem com ela,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nem toda a gente!

**O Orador:** ...está perfeitamente definida e equacionada e continua a prosperar na ilha de São Miguel, em especial, sem qualquer problema, pelo menos tanto quanto eu sei.

E por isso é um exemplo de que sistemas de produção semelhantes àqueles, e no caso particular que estamos aqui a discutir da estabulação permanente nos Açores, embora (e insisto) não seja objetivo do Governo enveredar ou direcionar os investimentos de uma forma generalizada para esta forma de produção,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas apoia!

**O Orador:** ... é uma intenção sim de poder apoiar aqueles casos pontuais em que esse sistema de produção se justifique.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Em quais casos?

**O Orador:** Imagine o Sr. Deputado Artur Lima que é agricultor e que tem uma manada de vacas com alguma dimensão, fruto do seu trabalho de longos anos e que conseguiu criar uma manada com 200, 300, 400 vacas. Imagine também o Sr. Deputado Artur Lima que a sua propriedade onde alimenta estas vacas está dispersa por inúmeras parcelas,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...algumas delas bastante distantes umas das outras. Imagine o Sr. Deputado Artur Lima transferir estas centenas de vacas de uma parcela para a outra com muita frequência para poder utilizar estas pastagens. Acha que isso é viável? Acha que não é recomendável num caso desses poder enveredar por uma situação dessa natureza?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Daí o emparcelamento!

**O Orador:** Se tivesse uma exploração mais pequena, com as parcelas mais próximas, como é o caso da generalidade das explorações dos Açores, certamente a sua opção seria outra,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas o futuro dos Açores são parcelas com 500 vacas?

**O Orador:** ...por isso não havendo critérios objetivos em que se diga que quando esta exploração se integra neste cenário, ou naquele, ou naqueloutro é recomendável uma implementação de um sistema de estabulação permanente, outras haverá em que esse sistema é perfeitamente justificável. É isso que tem acontecido com muito critério, com muito rigor na avaliação tanto da necessidade de se implementarem estes investimentos, como da salvaguarda das questões ambientais que eles em si encerram.

Recordo também, e respondendo ao Sr. Deputado Artur Lima, que esses animais, embora estabulados, comem erva e essa erva é oriunda de pastos da Região. Não vai o agricultor importar erva para alimentar esses animais.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quem é que importa?

**O Orador:** Normalmente têm um sistema que permite cortar a erva das parcelas que são parte desta exploração e transportam-na para as manjedouras que existem nesses estábulos e é assim que funciona um sistema de estabulação permanente, conforme certamente sabe.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Fui visitá-los todos!

**O Orador:** Não me parece que isto faça com que haja um aumento notório ou significativo de importação de alimentos do exterior,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não há?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não! Pelo contrário!

**O Orador:** ...porque os animais quando estão a pastorear nesses sistemas de semi estabulação ou mesmo em sistemas extensivos, se querem os seus agricultores manter níveis de produção de leite aceitáveis, terão necessariamente de alimentá-los também com alimentos concentrados e por isso poderá certamente haver algum crescimento, mas não um crescimento muito notório e que justifique uma opção diferente desses agricultores.

Ouvi com muito atenção a leitura que o Sr. Deputado Artur Lima fez também das questões relacionadas com a carne IGP e em momento nenhum me pareceu que o facto de existirem sistemas de estabulação permanente nos Açores impeça...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vai pôr em causa!

**O Orador:** ...ou prejudique a imagem da carne IGP,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Prejudica, sim senhor!

**O Orador:** ...porque são situações totalmente distintas que naturalmente também acontecem em espaços geográficos e em explorações diferentes.



Portanto, se há uma exploração certificada para produzir carne IGP com determinadas características, em determinados locais, com determinada dimensão, com determinado acompanhamento, naturalmente não ficará em nada prejudicada por outra que existe eventualmente nessa ilha ou noutra ilha qualquer com características diferentes, essa sim, não podendo recorrer a essa característica.

Relativamente às questões que a Deputada Zuraida Soares colocou em que fez referência às declarações do Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores, naturalmente que ele teria de estar aqui para justificar as declarações que fez.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não quero que justifique as dele! Quero é a sua!

**O Orador:** Não me compete a mim fazê-lo, nem me parece que elas sejam conforme disse justificações que já que o Secretário não justificava, que as declarações do Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores é que eram determinantes dos objetivos em que o Governo avaliava ou dos itens em que o Governo avaliava os projetos de investimento que lhe são apresentados.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Se o Sr. Secretário me diz quais são!

**O Orador:** O Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputada Zuraida Soares (BE):** Mas quais são?

**O Orador:** ...com o devido respeito que naturalmente a todos nos merece, não é ele que faz a avaliação, nem é ele que define critérios, ou que define critérios de avaliação de projetos de investimento. É um parceiro que nós naturalmente ouvimos, com quem nós normalmente

colaboramos, mas não é a Federação Agrícola dos Açores nem o seu presidente que definem os critérios de avaliação desses projetos.

Volto a insistir. Esses critérios estão definidos na legislação,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas em que legislação?

**O Orador:** ...os projetos são motivo de apreciação técnica conforme o exemplo que há bocadinho dei relativamente à exploração que aqui conversamos e é sobretudo uma ferramenta...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Gostava de saber como!

**O Orador:** ...que os agricultores têm à sua disposição para quando (disse) sentirem necessidade poderem recorrer, sendo certo que a aprovação destes projetos depende de uma análise detalhada e muito criteriosa dos investimentos que eles pretendem naturalmente fazer.

Só mais uma questão de detalhe ou de alguma importância que me parece importante referir neste momento em termos da produção de carne.

Para além dos viteiros que são tradicionais particularmente na ilha de São Miguel ao longo de muitos anos, há agora recentemente também, conforme certamente sabem, uma intervenção da Associação Agrícola de São Miguel com acabamento de animais da raça Aberdeen Angus que são exportados para o continente e que também requerem um acabamento diferenciado num sistema de estabulação permanente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah! Por isso não há IGP em São Miguel!

**O Orador:** Portanto, é um sistema que permite, no caso concreto da produção de carne, obterem-se carcaças de melhor qualidade, produto final de melhor qualidade, com mais-valia no mercado e que tem

sido, nos últimos meses, uma importante fonte de rendimento para os agricultores dos Açores.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E é isso que o senhor defende para os Açores?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado António Parreira.

(\*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É só para tentar dar aqui mais um esclarecimento e acho que já mais do que debatido em relação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Quer o Sr. Secretário da Agricultura, quer eu, já deixámos aqui bem claro que não somos a favor de uma agricultura com estábulos.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não é isso que estamos a perceber!

**O Orador:** No entanto, entendemos que em situações adversas e precisas, de acordo com as regras, deverá ser permitido. Aliás, já o disse e repito, ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E este Projeto de Resolução inviabiliza isso?

**O Orador:** ...mais que não seja que esses mesmos estábulos que estamos a falar, dos totais e permanentes, sirvam para uma experiência própria nossa.

É que não nos podemos esquecer que a União Europeia em anos passados, há 50 anos atrás, nos dizia que devíamos produzir muito porque era necessário.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Por isso vieram as quotas!

**O Orador:** Devíamos produzir porque era necessário, ou seja, utilizar as máquinas modernas, as novas técnicas, incluindo produtos fitofarmacêuticos, adubos químicos, pois a prioridade naquela época era produzir muito.

Hoje está a querer inverter-se, mas também já se diz que daqui a 50 anos temos de produzir o dobro. Portanto, nós não sabemos daqui a 1, 2, daqui a 10 anos o que nos acontece.

Portanto, no meu entender e no entender do Grupo Parlamentar, não vem nenhum mal ao mundo, não vemos qual o problema de termos 3, 4, 5 ou 6 explorações permanentes.

Como eu digo, e já disse anteriormente, não está claramente explícito no projeto o que são estábulos totais e permanentes.

Gostava de fazer aqui uma referência à carne, porque se falou muito na carne, que é um subsetor como todos nós conhecemos de extrema importância para os nossos agricultores.

Para além da produção da carne, para além de tudo o que já existe já há algum tempo a essa parte, como devem também saber e penso que os Srs. Deputados do CDS-PP e do PPM têm conhecimento, a carne é classificada e o projeto do PP fala “considerada a necessidade de acrescentar valor aos produtos”.

Ora se nós queremos acrescentar valor aos produtos, nomeadamente o gado de carne, ele tem de ser semi estabulado, estabulado, menos intensivo ou mais intensivo, porque se assim não for não conseguimos obter o rendimento e tão pouco não conseguimos fazer essa mesma exportação.

Tenho aqui os mapas ou tenho aqui os papéis que definem a classificação: o *O*, o *P*, o *E*.

Esse mesmo gado se não for minimamente alimentado, as suas carcaças não vão ter valor, não vão ter rendimento para o nosso agricultor e se isso não for feito é uma perda que nós temos. Quando se diz que está contra a estabulação total e permanente, está-se contra tudo isso.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é falso! É falso o que está a dizer!

**O Orador:** É o que está aqui escrito, quer queiram, quer não. É o que está aqui escrito. É o que aqui diz.

Assim sendo, repito e digo, nós com esta medida,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é falso, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...se fossemos a aprovar esta medida, certamente prejudicaríamos os nossos produtores de carne.

Era só para que ficasse aqui esclarecido.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é falso!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Toste, temos aqui duas visões diferentes. O Partido Socialista tem uma visão, a visão de sacrificar a qualidade e a imagem dos Açores em termos de aumentar provavelmente a quantidade.

**Deputado António Parreira (PS):** Estou a falar da qualidade!

**O Orador:** Acho que esse não é o futuro dos Açores.

**Deputado António Parreira (PS):** Não é quantidade, é qualidade!

**O Orador:** Acho que devemos apostar na qualidade e na imagem e a estabulação permanente, 24 horas sob 24 horas dos animais, afeta a imagem de qualidade. Mas isso é evidente.

Agora o Sr. Deputado dizia-me assim: “Há determinadas circunstâncias em que é necessário proceder à estabulação.”

É evidente, mas isso não é estabulação permanente!

“Há determinadas situações em que nós necessitamos de o fazer.” É evidente, era só o que faltava se nós estivéssemos contra isso.

**Deputado António Parreira (PS):** É o que diz o projeto!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O projeto fala em estabulação permanente! Qual é a parte que o senhor não percebeu? Seja sério!

**O Orador:** É absolutamente racional que exista essa necessidade.

Agora isso é muito diferente da estabulação permanente, Sr. Deputado. Essa é que é a questão.

Termino Sra. Presidente dizendo o seguinte.

Fiquei preocupado com a intervenção do Sr. Secretário dos Recursos Naturais que tem sempre aqui uma postura muito correta e muito séria.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não é no projeto de estabulação permanente, de certeza!

**O Orador:** Aliás, devo dizer que em termos de postura pública a sua seriedade e a forma como evidencia o seu discurso e aquelas que são as suas prioridades, nada a opor. Devo é dizer-lhe o seguinte, Sr. Secretário: fiquei assustado porque é uma ausência total de futuro, de projeto para o futuro.

O Sr. Secretário o que disse foi: “Bom, não há problemas nenhuns aumentar de 5, para 6, para 7, para 8. Não é a nossa aposta de futuro, mas também não haverá problemas por aí.”

Portanto, há aqui uma gestão corrente da situação, mas não há um projeto para o futuro dos Açores.

O futuro dos Açores tem a ver com a qualificação, com a qualidade dos nossos produtos e o Sr. Secretário na sua intervenção evidenciou claramente que não tem um projeto de futuro para os Açores e que não tem uma aposta neste setor.

Digo-lhe uma coisa: se nós tivéssemos responsabilidade, se pudéssemos decidir de forma maioritária digo-lhe que a estabulação permanente seria proibida nos Açores.

Esta é a nossa visão, isto é aquilo que nós pretendemos para os Açores: qualidade, defesa da marca “Açores”.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim penso que não há mais inscrições.

Não havendo, penso que podemos passar então à votação do Projeto de Resolução apresentado pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de Resolução foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para uma declaração de voto.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Acabamos de assistir aqui, com esta votação, ao maior retrocesso no desenvolvimento da agricultura nos Açores, defendido acerrimamente pelo Partido Socialista, apoiado convictamente pelo Partido Social Democrata.

O partido que teve a responsabilidade de criar o grande desenvolvimento da agricultura nos Açores no início da autonomia vem hoje dar-lhe uma machadada inaceitável e incompreensível por parte do PSD.

Não percebo sinceramente como é que isso pode acontecer.

Um partido que desenvolveu, que deu um grande contributo para o desenvolvimento da agricultura nos Açores, decisivo até, vem hoje aqui e enterra o seu passado na agricultura.

Fica definitivamente comprometido com o Partido Socialista para o futuro.

Quanto ao Partido Socialista e o Governo o que me dá a sensação é que nós não temos Governo nos Açores, nesta e noutras áreas.

É um Governo que não tem estratégia, que não tem um objetivo, que não tem metas, gere apenas interesses correntes. É isso que acontece na agricultura, é isso que acontece noutras áreas como veremos amanhã ou depois. É um Governo que desistiu de governar; é um Governo que faz tábua rasa do seu passado; é um Governo que já defendeu a ecologia nos Açores; é um Governo que já defendeu o turismo de natureza nos Açores e enfia um estábulo no meio da



paisagem; é um Governo que já defendeu o golf no meio das vacas, o golf na natureza (era um projeto do Sr. Secretário da Agricultura, Noé Rodrigues e do velho Governo dos Açores - pegaram nisso e metem num estábulo); é um Governo que já defendeu o verde; é um Governo que já defendeu a nossa imagem; é um Governo que propaga a marca “Açores”; é um Governo que hipoteca a marca “Açores” e é um Governo que hipoteca o futuro dos Açores exatamente porque desistiu de governar convictamente na defesa dos interesses dos Açores, na defesa da especificidade, na defesa da nossa agricultura e na defesa daquilo que temos de melhor. É um Governo de gestão corrente de interesses.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem, Sr. Deputado!

**Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares para uma declaração de voto tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Queria aproveitar a minha declaração de voto para fazer um desejo e uma exortação ao Governo Regional: é que não cometa com um qualquer comissário (Sr. Comissário ou Sra. Comissária) da União Europeia que venha à Região Autónoma dos Açores para conhecer o nosso modo de produção e o nosso pastoreio natural sem estabulação, o mesmo erro que cometeu com a Sra. Ministra da Agricultura, Assunção Cristas,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ...quando na sua recente estadia na nossa Região lhe foi mostrada uma exploração com estabulação permanente e total como o grande exemplo do verde,...

**Deputado António Parreira (PS):** Por que é não se mostrou as outras?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Porque a Sra. Ministra não estava em condições de ir ao pasto!

**A Oradora:** ...do maneio e do pastoreio natural da Região Autónoma dos Açores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Faço votos para que esse erro não seja novamente repetido, porque ele pode ser fatal para aquilo que nós queremos e para o progresso desta Região.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Parreira tem a palavra para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que realmente o Governo não hipoteca a marca “Açores”. Antes pelo contrário! Tem valorizado e de que forma.

O projeto do CDS-PP é que não permite que haja inovação na defesa da economia regional e dos interesses e dos rendimentos dos nossos agricultores e por isso nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, votámos contra esse projeto. Essa é a nossa razão.

Obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires para uma declaração de voto tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que acabou de ser votada não inviabilizava a estabulação para acabamento dos animais para carne, não inviabilizava a estabulação dos bezerros, não inviabilizava a estabulação para a proteção dos animais.

Portanto, volto aqui a dizer que alguma coisa se passou que nós não percebemos, porque não acredito que de facto...

**Deputado António Parreira (PS):** O senhor é que não percebeu!

**O Orador:** Percebi sim, Sr. Deputado António Toste, e não me obrigue a dizer aquilo que percebi.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Diga, diga!

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, está a fazer a declaração de voto.

**O Orador:** Não obrigue!

A proposta do CDS-PP não inviabilizava nada disto. A questão é esta: o Governo Regional fez aqui uma opção clara para satisfazer determinados interesses e com isso coloca em causa aquilo que é a imagem de marca dos produtos do leite e da carne dos Açores e isso só pode ser considerado como muito grave e um profundo erro e é evidente que nestas como noutras questões quando se trata de satisfação de interesses tem sempre o apoio daquele partido que dá pelo nome de PSD.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que agora sim não há mais inscrições para declarações de voto. Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas.

*Eram 17 horas e 27 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 17 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, agora sim parece que estamos em condições de retomar os nossos trabalhos.

Entramos no ponto 4 da Agenda da Reunião, a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/X – “Regime Jurídico aplicável às novas substâncias psicoativas”**.

Para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, caros colegas do Governo:

Esta proposta de Decreto Legislativo Regional vem ao encontro infelizmente de uma tendência que se tem verificado nos últimos anos da utilização de substâncias psicoativas, de substâncias legais para fins recreativos, principalmente pelos jovens da nossa população e infelizmente também se verificou que não só tem efeitos deletérios a curto prazo, mas efeitos deletérios a longo prazo, nomeadamente efeitos cognitivos. É por esse motivo que o Governo Regional dos

Açores vem apresentar esta proposta de Decreto Legislativo Regional com um fim muito claro e com um objetivo muito conciso de se limitar a venda deste tipo de substâncias.

Obviamente, como devem ter percebido pela apreciação do próprio diploma, estamos aqui a falar de substâncias que muitas vezes são constituintes de outros tipos de produtos utilizados comumente na nossa vida diária, nomeadamente pesticidas e herbicidas dos quais nós não podemos infelizmente proibir a venda, mas consideramos que como Governo Regional algo deveria ser feito no sentido de se poder fazer a limitação da venda destas substâncias na sua forma pura como substâncias psicoativas e também limitar aquilo que poderia ser a venda de outro tipo de produtos, concretamente alguns desses tipos de produtos de utilização comum sem que se pudessem identificar que tinham constituintes psicoativos.

É nesse âmbito que é apresentada esta proposta de Decreto Legislativo Regional, que prevê a proibição por completo da venda de substâncias psicoativas e prevê também a possibilidade de um período de carência de cerca de 18 meses caso se identifique uma substância que potencialmente poderá ter efeitos psicoativos, prevê também a limitação da venda das substâncias que têm constituintes psicoativos através não só da sua rotulação, mas também da sua limitação de venda perto de estabelecimentos de ensino, porque infelizmente o que se verificou é que este tipo de substâncias é utilizado principalmente pelos jovens da nossa sociedade de forma recreativa e num efeito de grupo, um efeito de massa a nível dos seus grupos de influência da escola e de amigos, pelo que essa limitação

de venda perto dos estabelecimentos irá proporcionar também uma maior dificuldade na obtenção dessas substâncias psicoativas.

É por isso que o Governo Regional espera ver aprovada esta proposta de Decreto Legislativo Regional. Tendo em conta também e consciência de que já foi aprovado um diploma a nível nacional e de que esta proposta tinha sido enviada para a Assembleia em janeiro. Entretanto foi aprovada uma proposta de diploma a nível nacional, mas que define também de uma forma muito clara que devem ser feitas regulamentações a nível regional.

Por isso, esta proposta não deixa de fazer sentido, mas sim vem complementar aquilo que foram os esforços também desenvolvidos a nível nacional e que já tinham sido desenvolvidos a nível da Região Autónoma da Madeira, no sentido de se limitar a venda destas substâncias.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Os tempos para este debate foram definidos em Conferência de Líderes, são os que temos vindo a utilizar na discussão dos processos legislativos comuns: o Partido Socialista e o Governo dispõem de 25 minutos; o PSD, 20 minutos; o CDS, 13 minutos; e as Representações Parlamentares, 10 minutos.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições para o debate sobre esta matéria.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional sobre o “Regime Jurídico aplicável às novas Substâncias Psicoativas” vem ao encontro das preocupações dos Pais e Educadores e da Sociedade Civil em geral, conscientes dos efeitos nocivos destas “novas drogas”.

A Região Autónoma da Madeira revelou-se pioneira na publicação de Legislação sobre esta temática – na qual se revê de forma muito significativa o diploma que hoje aqui apreciamos – por estar confrontada com situações gravíssimas – algumas das quais mortais – decorrentes do consumo daquelas substâncias.

Importa por isso realçar, no nosso entender, a importância da aprovação da Legislação agora em discussão como forma de proteger os cidadãos, particularmente os mais Jovens, dos efeitos nocivos destas drogas, condutoras de efeitos físicos e psíquicos verdadeiramente devastadores.

Como no âmbito da sua discussão em Comissão, o PSD teve oportunidade de referir, torna-se importante que sejam dadas orientações claras às Unidades de Saúde, no sentido de, identificando situações clínicas correlacionáveis com a suspeita da ingestão destas substâncias, sejam as mesmas notificadas à Direção Regional de Saúde, salvaguardando de forma absoluta a privacidade do utilizador, no sentido de se estabelecer, de forma célere, a origem do consumo, para que sejam desencadeados, também de forma célere, os mecanismos de contraordenação.

De igual forma se torna de primordial importância o estabelecimento de canais com o Instituto de Medicina Legal e o Laboratório Nacional da Polícia Judiciária na análise dos produtos que contenham substâncias suspeitas.

No nosso entender, a articulação entre a Inspeção Regional de Atividades Económicas e a Polícia de Segurança Pública constitui outro fator de primordial importância no sucesso das medidas conducentes ao impedimento da comercialização, distribuição e venda destas substâncias, pelo que é desejável a aproximação entre esses dois organismos e também com a Polícia Judiciária na identificação de redes de tráfico via “net”.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A consensualidade gerada à volta deste documento por todos os Partidos presentes em Comissão, revela bem do interesse na defesa da salvaguarda do bem-estar dos potenciais consumidores e da penalização dos que, sem escrúpulos e apenas e só na defesa do seu interesse comercial, se atrevam a fomentar a comercialização das substâncias psicoativas.

É nosso desejo que o sucesso havido com a aplicação de idêntica Legislação no vizinho Arquipélago da Madeira e que o começa a ser em território continental, em função, também, da publicação recente de Legislação no mesmo sentido, venha a ser o sucesso nos Açores, onde as situações já identificadas e testemunhadas pelos profissionais de Saúde que com estas situações se confrontam, nos devem a todos preocupar.

Disse.

**Deputados Cláudio Almeida e João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.



(\*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos o flagelo que este fenómeno representa neste momento; o ritmo vertiginoso a que evoluem estas substâncias que às vezes por pequenas alterações moleculares estamos perante uma nova substância; os efeitos devastadores para o ser humano, como muito bem frisou o Sr. Deputado Luís Maurício, aliás, cujas considerações subscrevo e o PS subscreve e a venda muitas vezes dissimulada, sobretudo junto das camadas mais jovens. Portanto, estamos em crer que este diploma protege, acautela todas estas circunstâncias.

Foi de facto um documento que chegou à Comissão de Assuntos Sociais e foi bem aceite por todos os partidos com assento na comissão.

É certo que patenteia algumas semelhanças, algumas parecenças com o Decreto Legislativo Regional da Madeira, nomeadamente o DLR n.º 28/2022/M, de 25 de outubro, que se adiantou nesta matéria por se ter deparado primeiro com casos fatais, no entanto, o diploma neste momento em análise distingue-se em alguns pontos que gostaria de referir agora nesta apreciação na generalidade e que o Sr. Secretário já apontou, nomeadamente a proibição de instalação deste tipo de lojas que vendam produtos com constituintes psicoativos num perímetro inferior, que têm de estar num perímetro superior a 500m relativamente a estabelecimentos de ensino (e isto obviamente prende-se com o facto de serem as camadas mais jovens mais aliciadas por este tipo de substâncias), as coimas previstas são mais pesadas, são mais substanciais e há uma agilização na atualização da

lista que poderá ser atualizada por despacho da Secretaria Regional da Saúde, o que tornará necessariamente o processo mais fácil, mais fluido, tendo em conta a já referida evolução feita a uma velocidade assustadora deste tipo de substâncias.

Depois, naturalmente, surgirão na votação da especialidade alguns ajustes que teremos oportunidade de debater e de esclarecer.

A bancada do Partido Socialista congratula-se com a chegada deste diploma e com o consenso gerado em torno da sua desejada aprovação.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Francisco Silva tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco Silva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP, conforme também já comunicado em sede de Comissão Permanente, revê-se nesta iniciativa de proposta de Decreto-lei, no sentido que se pretende primeiro e acima de tudo proteger a população juvenil, adaptar medidas adequadas ao controlo e fiscalização da comercialização destes produtos e reforçar ações de prevenção e informação.

A regulamentação não resolve tudo. Há algumas questões que também é preciso ter em atenção e que também foram identificadas na Comissão Permanente, nomeadamente a compra através de internet, a capacidade laboratorial da Região em descobrir essas substâncias ou a articulação com as famílias. Pensamos em todo o caso que a aprovação da atual proposta é útil e mesmo imprescindível

para a regulamentação da comercialização desses produtos com substâncias psicoativas na Região.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda associa-se obviamente às preocupações invocadas nesta proposta de Decreto Legislativo de Regional. Associa-se à urgência e à oportunidade de elaborarmos nesta Região um regime jurídico aplicável às novas substâncias psicoativas, mas não queria também deixar de referir que se por um lado é nossa obrigação como legisladores estarmos atentos a este tipo de problemáticas com consequências trágicas e agirmos rapidamente, também não é menos verdade que a proibição pura e simples não resolve este tipo de problema. Dito de outra maneira, a nossa aposta, a aposta da Região, a aposta do Governo Regional e das políticas relativas a este tipo de problemáticas na informação, na prevenção, na pedagogia devem ser redobradas, exatamente porque fenómenos novos vão surgindo todos os dias e eles são sempre mais rápidos do que a nossa capacidade (quando digo nossa, nossa da sociedade em geral) em reagir.

Não é só o caso da internet que está à mão, com a demora de um clique, que traz para nossa casa qualquer produto (a maior parte das vezes com o nosso desconhecimento de quem o compra, das suas consequências e das suas possíveis e graves consequências), como também a velocidade de criação que no caso destas substâncias psicoativas é verdadeiramente estrondosa. Surgem duas novas por

semana, segundo a opinião avalizada do Sr. Secretário Regional em sede de comissão.

Portanto, tranquilizar a nossa obrigação e o nosso dever de legisladores é uma coisa; ficarmos com a consciência tranquila no sentido de que com isto fizemos o que podíamos fazer, parece-me que não. Há outro tipo de políticas a desenvolver de que a Região, na nossa opinião, continua a carecer.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria subscrevo aquilo que foi dito pelas diversas bancadas.

Tinha porventura a intenção de anunciar o sentido de voto da minha bancada, mas a Sra. Deputada Renata Botelho já se antecipou, portanto, nem isso tenho como novidade.

Sintetizando e repetindo os argumentos que aqui foram avançados pelos restantes Deputados dizer que os 3 objetivos fundamentais desta legislação é proteger a população, nomeadamente a população juvenil – subscrevo –, adotar as medidas adequadas ao controlo e fiscalização da comercialização destes produtos e reforçar a importância das ações de prevenção, informação e clarificação dos riscos associados ao consumo destas substâncias.

Estes são os 3 parâmetros essenciais e considero que estas são de facto também as 3 preocupações que devem de alguma forma enquadrar a ação do Governo nesta matéria.

Estamos também disponíveis para vir a desenvolver mais algumas ações do ponto de vista da apresentação de outras propostas que, como a Sra. Deputada Zuraida Soares disse, serão com certeza necessárias tendo em conta a velocidade com que se estão a proceder a alterações neste âmbito e como as coisas estão a suceder, e mais, como essa informação é depois difundida neste mundo global em que nós vivemos.

Portanto, nesse sentido não só vamos votar favoravelmente esta proposta do Governo, como adiantamos já a nossa disponibilidade para continuar a apoiar iniciativas nesta área, tendo em conta que nós reconhecemos a mutabilidade dos fatores, das substâncias e das diversas características que têm estas chamadas drogas legais e a forma como se encontram outras formas de comercialização, a forma como se encontram também outras formas de chegar ao mercado, chegar aos consumidores.

Portanto, é necessário desenvolver este esforço. Penso que este texto é um excelente texto, é uma boa iniciativa e de qualquer das formas vamos, naqueles aspetos de pormenor, com certeza fazer o acerto em termos de alterações que são sugeridas pelos diversos partidos e também alterações que foram subscritas por todos os partidos no âmbito da comissão.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai também dar voto favorável a esta iniciativa do Governo Regional, mas não quer deixar de afirmar

e de reafirmar aqui que o problema da adição deste tipo de substâncias ou de outras substâncias é um problema que não se resolve só pela proibição e pela penalização.

Há de facto aqui um trabalho importante que é necessário fazer ao nível da prevenção e o PCP está disponível para que se possam encontrar aqui soluções de modo a que a prevenção seja efetivamente um dos pilares ou o principal pilar do consumo deste tipo de substâncias.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo penso que estamos em condições então de votar na generalidade a proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa recebeu duas propostas de alteração sobre este diploma, uma do PS e outra do CDS. Está a decorrer a tramitação processual dessas propostas e proponho que façamos um pequeno intervalo de 15 minutos, o tempo suficiente para se poder distribuir as propostas e as Sras. e Srs. Deputados as poderem analisar para depois então iniciarmos o debate na especialidade.

Agradeço a todos que estejam aqui quando forem 10 para as 7.

*Eram 18 horas e 36 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 53 minutos.*

Já foram distribuídas as duas propostas de alteração. Queria apenas fazer aqui uma correção. Uma das propostas de alteração que foi distribuída é de facto do CDS, a outra é subscrita por um grupo de Deputados e não do Partido Socialista como erradamente afirmei.

Pergunto se há inscrições para esta fase do debate.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

**(\*) Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o Bloco de Esquerda retira a proposta de alteração que tinha para o artigo 14.º com a eliminação do ponto n.º 3, porque as preocupações que nós erigimos como importantes e que pretendíamos alcançar com esta eliminação era sobretudo a garantia de que o utilizador de qualquer substância psicoativa tratado numa unidade de saúde qualquer tinha direito ao seu anonimato total e, portanto, o facto de ser reportada a situação e a ocorrência não implica reportar a identidade da pessoa que está naquela situação. Aliás, preocupação que nós subscrevemos de um parecer que veio relativamente a este diploma da autoria da Dra. Fernanda Rosa, diretora do Serviço de Psiquiatria do Hospital do Santo Espírito, na ilha Terceira. Uma vez que há uma proposta conjunta que nós também subscrevemos e que colmata as nossas preocupações e lhes

responde (refiro-me à proposta de alteração subscrita por vários Deputados do Partido Socialista e por mim própria), retiramos a nossa.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada pela informação.

Peço então às Sras. e Srs. Deputados que não considerem esta proposta que vos foi distribuída para a alteração ao artigo 14.º com a eliminação do n.º 3.

Sendo assim perguntava à câmara se posso colocar à votação em conjunto do artigo 1.º ao 5.º uma vez que não houve qualquer proposta de alteração para estes mesmos artigos.

Não havendo oposição, passemos então à votação.

Vamos votar do artigo 1.º ao 5.º da proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração que veio da Comissão dos Assuntos Sociais para o artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração do artigo foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação uma proposta de aditamento que vem também da comissão para o n.º 3 do artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.



**Secretária:** A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Queria referir que para este aditamento, para este artigo 7.º, havia também uma proposta de alteração de um grupo de Deputados.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(\* **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente era só para esclarecer que essa proposta perdeu efeito em função da proposta que agora aprovámos por unanimidade.

Portanto, havia uma primeira proposta que consta do relatório e que depois em, digamos, “reobservação” por parte da comissão nos pareceu fazer menos sentido do que a que entretanto foi enviada à Mesa e que foi agora votada.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Apenas então esclarecia se a proposta que vamos manter se é a que vem da comissão, se é a que é subscrita por um grupo de Deputados?

A que acabámos de votar foi a que veio da comissão.

(\* **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Vem da comissão, é subscrita por um grupo de Deputados, mas não é a que consta do relatório.

**Presidente:** Mas a que votámos foi a que estava no relatório, por isso essa não era para ser aprovada.

(\* **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Exato, mas Sra. Presidente nós assumimos... Peço desculpa.

**Presidente:** A que eu coloquei à votação é o aditamento proposto pela comissão, que veio no relatório da comissão.

(\*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Se me permite, Sra. Presidente, como há este documento que foi entregue à Mesa, que diz que os Deputados Regionais abaixo assinados comunicam a V. Exa. que assumem a proposta de alteração para o n.º 6 do diploma em referência, deduzimos que a comissão só assume a do artigo 6.º, não assume o do artigo 7.º, que cai em função da proposta que fizemos chegar à Mesa.

**Presidente:** Agradeço o esclarecimento.

De facto eu é que coloquei mal à votação. Sendo assim vamos então votar a proposta de alteração subscrita pelo grupo de Deputados que se refere a outro artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O aditamento foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco então agora à vossa consideração a possibilidade de votarmos em conjunto dos artigos 8.º ao 11.º uma vez que não há propostas de alteração para estes artigos.

Não havendo oposição vamos então votar este conjunto de artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Passemos então agora à proposta de alteração apresentada pelo CDS para o artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar então agora o artigo 12.º com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passemos então agora à votação do artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 14.º vamos então apenas votar a proposta de alteração subscrita por um grupo de Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Votamos então agora o artigo 14.º com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passemos então à votação do último artigo do diploma, o 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passemos então à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Encerramos assim o ponto 4 da Agenda da Reunião e passamos ao ponto seguinte com o **Projeto de Resolução** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre a “**Defesa dos Direitos do Mar e dos Fundos Marinhos dos Açores**”.

Para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Temos vindo a assistir nos últimos tempos a um enfoque especial sobre a importância do mar e dos seus recursos no nosso desenvolvimento.

Depois de décadas virados de costas para o mar, a Europa em geral e Portugal em particular, parecem querer agora fazer dele uma aposta para o nosso desenvolvimento.

Os oceanos e os mares são de facto um recurso com elevado potencial e acreditamos que possam desempenhar no futuro um papel ainda mais fundamental na nossa vida económica, social e cultural.

Porém a enorme complexidade e multiplicidade das matérias e interesses que envolvem o tema dos mares exigem uma abordagem global, que permita a sua harmoniosa articulação, respeitando o papel, as competências e os direitos de todas as partes.

A Região, pela sua localização geoestratégica, pela sua extensa Zona Económica Exclusiva, pela sua experiência e tradição marítimas, pela importância que o mar já tem na sua vida social e económica, pelo seu conhecimento científico e também pelos direitos que estão

consagrados na lei pode e sobretudo quer ter um papel relevante na gestão e na utilização sustentável dos mares que a rodeiam.

Neste contexto o PSD/Açores apresentou nesta Assembleia este Projeto de Resolução com o objetivo de reafirmar perante a República os direitos da Região na gestão do seu espaço marítimo e dos seus recursos, incluindo os dos fundos marinhos e também para afirmar que o envolvimento ativo dos Açores nesta tarefa resultará (estamos certos) em vantagens para o País e para a Europa. Apostar no mar com os Açores ou sem os Açores pode fazer toda a diferença.

Sobre esta matéria o PSD/Açores entende que não pode haver nenhuma dúvida e por isso achamos que é competência do Primeiro Órgão da nossa Autonomia reafirmar e defender os nossos direitos nesta matéria e que o deve fazer nesta altura.

Pela nossa parte reafirmamos o que o Sr. Presidente do PSD/Açores disse no encerramento do debate do Programa do Governo de que estaríamos sempre ao lado dos Açores, cooperando com os órgãos de governo próprio em todas as ações que venham a ser tomadas para assegurar e defender os direitos e as competências da Região sobre os seus mares e respetivos recursos.

Esta é pois uma iniciativa coerente e consequente.

Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para além disso este Projeto de Resolução surge, no nosso entendimento, numa altura adequada e certa.

Adequada e certa porque surge no momento em que estão em elaboração diplomas e documentos importantes e orientadores sobre a utilização que Portugal quer dar ao seu mar, como a Estratégia

Nacional para o Mar e a lei que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo.

Numa altura adequada e certa porque com o eventual alargamento da plataforma continental das 200 para as 350 milhas, cuja proposta já foi submetida às Nações Unidas, avizinham-se novos desafios nos quais a Região quer estar presente e até numa altura adequada em que a Comissão Europeia anuncia um plano de ação destinado a revitalizar a economia marinha e marítima na região do Oceano Atlântico, com objetivos muito auspiciosos para as suas regiões costeiras.

Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta a biodiversidade dos recursos marinhos encontrados nas águas em torno do arquipélago dos Açores e o interesse crescente nas possibilidades que se apresentam de utilização de tais recursos, a sua exploração ganha hoje uma nova dimensão económica, financeira e científica que não pode deixar de merecer especiais cautelas por parte da Região.

Acreditando que a exploração e a conservação dos recursos marinhos do mar dos Açores requer experiência e conhecimento científico, património que a Região detém, consideramos necessária e imperativa a participação ativa de todos na defesa da manutenção do papel que a Região deve ter nesta matéria, devendo-se assegurar o cumprimento rigoroso do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores relativo às competências da Região na definição das políticas respeitantes às águas territoriais, à Zona

Económica Exclusiva e aos fundos marinhos contíguos, bem como na administração e gestão das suas zonas marítimas.

Mas ao mesmo tempo que se reconhecem as responsabilidades que o exercício desses direitos impõem à Região na proteção e preservação do meio ambiente e na regulação da exploração dos seus recursos marinhos, também se deve garantir uma estratégia regional que tenha o mar dos Açores e os seus recursos como objeto central, de tal modo que a mesma possa servir de base de fundamentação da defesa das posições regionais no contexto das pretensões nacionais.

Não basta pois defender os nossos direitos e competências, é preciso definir de forma bem clara o que queremos fazer, pois a melhor forma de defender a nossa Autonomia é exercendo-a.

Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Além da defesa intransigente dos nossos direitos e das nossas competências, além de uma estratégia regional para o mar, também se exige predisposição para o diálogo e para a concertação entre os diversos atores procurando a forma adequada para operacionalizar o que a legislação dispõe.

Estamos certos que apesar das divergências que naturalmente existem entre as forças políticas aqui presentes também neste domínio, irá prevalecer mais uma vez o essencial que é a defesa dos interesses dos Açores.

**Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos então passar à votação.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução apresentado pelo PSD com o título “Defesa dos Direitos do Mar e dos Fundos Marinhos dos Açores” provoca-nos uma sensação de *déjà vu*.

Perguntamos: será porque é uma versão devidamente polida de um Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda/Açores em 2009, neste Parlamento?

Nessa altura defendemos uma derrogação ou um regime de exceção no Tratado de Lisboa para que a Região pudesse partilhar a gestão da subzona da ZEE dos Açores.

Não estávamos a propor nada que fosse impossível, pois muitas foram as derrogações negociadas por vários estados membros. Todavia, para o PS, para o PSD e no caso também para o CDS, nada podia importunar uma assinatura de um tratado que era assinado em solo nacional e com o nome da capital. Tudo a bem da nação, mesmo que prejudicasse então os portugueses e os açorianos, especialmente na política definida para a gestão da nossa Zona Económica Exclusiva.

O Projeto de Resolução agora em apreciação na realidade o que pretende é o que nós pretendíamos há 4 anos atrás, claro que sem fazer referência ao Tratado de Lisboa, não sabemos se por pudor, ou porque simplesmente confrontá-lo já não é crime de “lesa-pátria”, ou quem sabe só para manter as aparências, não vá alguém descobrir tamanha incongruência.



Mas nós, Bloco de Esquerda, congratulamos o PSD por se associar a este esforço para que se reconheça tanto no plano nacional, como no plano internacional, a importância geoestratégica da nossa Região, a nossa experiência e tradições marítimas, o conhecimento científico produzido nesta área já agora pela também nossa Universidade, assim como as nossas práticas de gestão sustentável dos recursos haliêuticos.

Mas temos algumas preocupações aparentemente partilhadas por todos no que diz respeito aos preparativos que se vão fazendo para entregar a exploração dos nossos recursos hidrotermais e biológicos marinhos a grandes empresas.

Preocupa-nos a evidente ingenuidade (não sabemos se intencional ou não) na crença absoluta de que tudo correrá bem, bastará para tal termos alguns investigadores a bordo dos exploradores e isso será suficiente para que se cumpra tudo o que for necessário e para minimizar qualquer impacto ambiental e até mesmo a saturação dos recursos.

Até já sabemos que na Papua Nova Guiné, região que foi sujeita à exploração de fundos marinhos, tudo corre pelo melhor.

Nós perguntamos: será que corre mesmo?

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Não corre!

**A Oradora:** A similitude de comportamentos de boas intenções e de esperança de que tudo correrá bem entre o Governo da Papua Nova Guiné e no caso do Governo Regional nesta fase inicial é preocupante.

O Governo Regional está interessado nos dividendos decorrentes da parceria com a Nautilus, a multinacional especializada na exploração

de minérios no subsolo marinho, que só vê vantagens e boas intenções neste tipo de protocolo e de colaboração.

O mesmo comportamento teve o Governo da Papua Nova Guiné, de tal forma que recentemente se descobriu que a declaração de impacto ambiental de um projeto chamado “Solwara 1” continha erros e omissões importantes e graves, mas mesmo assim foi atribuída uma licença de exploração por 20 anos.

Enfim, o Bloco de Esquerda espera e deseja que a história não se repita e muito menos na Região Autónoma dos Açores e que aquilo que é nosso permaneça nosso, sem tibiezas e sem concessões, seja a quem for.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos então passar à votação do Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Encerramos assim o ponto 5 da nossa agenda e avançamos para o ponto 6, a **Petição “Contra a retirada da funcionária dos Serviços da Segurança Social da Freguesia da Achada”**, apresentada por João Fernando Rebelo de Sousa, na qualidade de 1.º subscritor.

Para a apresentação do relatório tem a palavra a Sra. Relatora da Comissão dos Assuntos Sociais.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

## **RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 23/2012**

### **“CONTRA A RETIRADA DA FUNCIONÁRIA DOS SERVIÇOS DA SEGURANÇA SOCIAL DA FREGUESIA DA ACHADA”**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Introdução**

A 27 de julho de 2012 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o Nº 23/2012, intitulada “Contra a retirada da funcionária dos serviços de Segurança Social da freguesia da Achada”, que reúne um total de 392 (trezentas e noventa e duas) assinaturas válidas (uma vez que, sendo inicialmente 401, 9 não apresentam número de Bilhete de Identidade nem de Cartão de Cidadão), tendo como primeiro signatário o Sr. João Fernando Rebelo de Sousa.

A referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer, por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 27 de julho de 2012.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Enquadramento Jurídico**

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos

artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de dezembro, as matérias relativas Solidariedade de Segurança Social, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

### **CAPÍTULO III**

#### **Apreciação da Petição**

##### **a) ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 31 de janeiro de 2013, na Delegação da Assembleia Legislativa da ilha Terceira, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

##### **b) OBJETO DA PETIÇÃO**

A presente petição tem como objeto a manutenção da funcionária dos serviços de Segurança Social da freguesia da Achada e de Santana, atitude que classificam como “incompreensível, que empobreceu as nossas freguesias e obriga à deslocação de vários utentes, muitos deles idosos”.

### **c) DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Na reunião de 31 de janeiro, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro signatário da presente petição, Sr. João Fernando Rebelo de Sousa

- Audição da Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, Dra. Piedade Lalanda

- Audição do Presidente da Junta de Freguesia da Achada, Sr. Paulo Franco

- Solicitação de parecer por escrito à RIAC

### **1) AUDIÇÃO DO PRIMEIRO SUBSCRITOR, SR. JOÃO FERNANDO**

#### **REBELO DE SOUSA**

A audição do primeiro subscritor teria tido lugar na delegação da Assembleia Legislativa Regional da cidade de Ponta Delgada, a 11 de abril de 2013 (em reunião da Comissão para a qual foi devidamente convocado pelos serviços da Assembleia Regional), no entanto, o Sr. João Fernando Rebelo de Sousa não compareceu nem justificou formalmente a sua ausência.

## **2) AUDIÇÃO DA SRA. SECRETÁRIA DA SOLIDARIEDADE SOCIAL, DRA. PIEDADE LALANDA**

A audição da Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (SRSS) teve lugar na delegação da Assembleia Legislativa Regional da cidade de Angra do Heroísmo, a 7 de fevereiro de 2013.

Começou por referir que a situação já foi objeto de reação pública anterior e que a pretensão da petição não se adequa inteiramente à realidade, uma vez que a funcionária não foi retirada da Achada, foi apenas diminuída a frequência da prestação dos seus serviços.

Esclareceu que a funcionária se deslocava, até julho de 2012, 3 dias por semana à Achada. Depois houve um protocolo entre o IDSA e a RIAC, que motivou a transferência da funcionária para o Nordeste, pois os seus serviços passaram a ser assegurados durante 5 dias pela RIAC, que tem um posto no centro da freguesia da Achada. No entanto, e atendendo à proximidade de alguns habitantes, especialmente idosos, com a referida funcionária, foi adotada, em conjunto com a população, a hipótese de se manter a funcionária durante um dia semanal.

Referiu que se tratou de uma situação de exceção, pois, em geral, as populações têm reagido muito bem à transferência de serviços para a RIAC, uma vez que estes ficam assegurados durante mais dias, aumentando igualmente o tipo de serviços disponíveis (ao nível da saúde, das finanças, etc).

A freguesia da Achada tem, segundo os censos de 2011, 436 habitantes, de entre os quais 107 idosos, sendo que nem todos necessitam de apoio especial na resolução dos seus assuntos, nem várias vezes por semana. Considera, pois, que, para esses casos muito

específicos e pontuais, 1 dia por semana é suficiente, sem esquecer que o posto da RIAC pode tratar dos assuntos durante todos os dias úteis da semana.

Seguiu-se um período de pedidos de esclarecimentos e comentários, com as intervenções dos deputados Carlos Mendonça, Nuno Melo Alves, Aida Amaral e Luís Maurício.

O deputado Carlos Mendonça corroborou todas as afirmações da Sra. SRSS, dizendo-se muito admirado, quando teve conhecimento da petição, uma vez que a funcionária não foi exatamente retirada da freguesia (como está dito na petição) e que a população foi envolvida, de forma direta, na solução encontrada, tendo ocorrido massivamente ao encontro agendado com a tutela. Disse ainda não compreender a alegação de que os utentes têm de se deslocar, uma vez que não houve qualquer encerramento de serviços; pelo contrário, houve um alargamento e em espaço igualmente próximo da população (o posto da RIAC fica no edifício da Junta de Freguesia). Solicitou à Sra. SRSS esclarecimento sobre o que terá motivado o não encerramento de alguns dias da mesma funcionária em Santana, localidade perto da Achada, e se essa decisão se terá prendido com o facto de lá não haver posto da RIAC, ao que a Governante respondeu afirmativamente.

O deputado Nuno Melo Alves solicitou estatísticas de atendimento, por considerar um dado importante para se perceber se esta população está ou não a ser justa na sua reivindicação. A Sra. SRSS disse que tem informação de que, numa semana, houve 6 atendimentos na RIAC que se relacionavam diretamente com serviços anteriormente prestados pela funcionária em questão. Considera que poderá ainda

haver alguma resistência por parte da população no recurso à RIAC, devido à familiaridade que tinham com a funcionária, mas que essa situação será ultrapassada, uma vez que a RIAC assegura o tratamento de todos os assuntos necessários.

A deputada Aida Amaral referiu que este tema é também conhecido em Santa Maria, onde se verificam situações idênticas. Solicitou esclarecimento sobre se a RIAC tem capacidade de resposta imediata para resolver, de forma ágil, os processos que se prendem com a Segurança Social, uma vez que, pela informação de que dispõe, a RIAC não tem acesso ao programa informático implicado na resolução desses assuntos. A Sra. SRSS respondeu que irá informar-se sobre este assunto, nomeadamente sobre a compatibilidade do referido programa.

O deputado Nuno Melo Alves solicitou o número de atendimentos realizados à 2ª feira na freguesia da Achada.

O deputado Carlos Mendonça, em seguida, reforçou que a funcionária, que foi deslocada para a Vila do Nordeste, mantém os dias de atendimento em Santana, onde não existe um posto da RIAC. E, no que concerne ao número de serviços, adiantou ao deputado Nuno Melo Alves que seriam cerca de 160 por mês, solicitando à Sra. SRSS que confirmasse esse dado, tendo a governante respondido que, por não dispor de um número conclusivo, irá recolher informação.

O deputado Luís Maurício considerou que se deve ter em consideração a relação de proximidade que havia entre a funcionária e a população. Sugeriu que o 1º peticionário fosse ouvido em audição por esta Comissão (tendo o Presidente esclarecido que essa é uma das diligências assentes), e apelou à Sra. SRSS para que esteja disponível



para, eventualmente, reavaliar a situação, se essa necessidade ficar demonstrada.

A Sra. SRSS concluiu a sua audição, precisando que as transferências dos serviços da Segurança Social para a RIAC ocorreram em todas as freguesias onde havia um posto da RIAC. As exceções são abertas quando há situações (como a distância) que efetivamente as justifiquem. No caso da Achada, a distância não está em causa, nem mesmo o volume de população. Para além disso, e embora se afirme também sensível à questão da proximidade (que acredita seja igualmente praticada nos postos da RIAC), julga importante ter em conta que, possivelmente, um número considerável dos atendimentos efetuados pela funcionária ultrapassavam as tarefas que estavam diretamente afetas às suas funções. E que, aliás, foi exatamente atendendo à importância da proximidade que se manteve 1 dia semanal de atendimento na freguesia.

### **3) AUDIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA ACHADA, SR. PAULO FRANCO**

O Sr. Presidente da Junta foi ouvido pela Comissão na reunião de 11 de abril de 2013, na delegação de Ponta Delgada da Assembleia Legislativa Regional.

Mostrou-se imediatamente disponível para prestar os esclarecimentos que lhe fossem solicitados.

Nesta sequência, o deputado Luís Maurício questionou-o sobre a sua avaliação acerca da redução dos serviços prestados por parte da funcionária, e se a solução encontrada, de passagem de algumas tarefas para a RIAC, satisfaz a população, ao que o Sr. Presidente da

Junta respondeu através de uma resenha dos acontecimentos: no momento em que começava a ser falada, na freguesia, a hipótese de se retirar a funcionária, a então Secretária do Trabalho e Solidariedade Social deslocou-se à Achada, juntamente com a então Presidente do IDSA, para esclarecerem a situação junto da população, que pedia que a funcionária ficasse pelo menos um dia na semana – o que foi atendido, tendo o dia (2ª feira) sido escolhido em conjunto com os presentes. As pessoas, segundo o Sr. Presidente da Junta, “ficaram satisfeitas e até bateram palmas”. Ficou, pois, espantado quando, “dois ou três dias depois” começou a circular a petição, a contestar a decisão. Embora também tenha resistido inicialmente à anunciada saída, pois a funcionária mantém com as pessoas um contato muito próximo, admite que se tratou apenas de uma redução (de três dias por semana para um) e que o posto da RIAC assegura os serviços em todos os dias da semana.

O deputado Carlos Mendonça referiu que, segundo a petição, a retirada da funcionária empobrece a Achada, porque motiva a deslocação de muitas pessoas, especialmente idosos. Gostaria, pois, de saber se isto corresponde exatamente à verdade, e se a transição das tarefas da funcionária (que estava na Achada apenas 3 dias) para a RIAC (onde os assuntos são tratados durante 5 dias) prejudicou realmente a freguesia. O Sr. Presidente da Junta respondeu que as pessoas têm tendência a confundir a Segurança Social com a Casa do Povo, e que, sendo certo que existe grande proximidade entre a funcionária e os habitantes da freguesia, o facto é que a senhora realizava outras tarefas, além das suas competências específicas, como por exemplo marcação de consultas e exames médicos no

Hospital durante a hora de expediente, organização de excursões, atividades referentes à própria Casa do Povo (a funcionária em questão faz parte dos seus corpos gerentes) e também atividades da competência da Santa Casa da Misericórdia de Nordeste (sendo a senhora responsável pelos ATL's da Santa Casa).

O deputado Luís Maurício reforçou a ideia de que havia uma proximidade entre a funcionária e a população, que se perdeu com a decisão tomada. Pediu então ao Sr. Presidente que, numa resposta de sim ou não, esclarecesse a Comissão sobre se concorda com a diminuição da prestação dos serviços da funcionária em questão, ao que o Sr. Presidente da Junta respondeu que, em certa medida, não concorda, atendendo à referida proximidade e ao facto de a senhora ter sido deslocada para o Nordeste, onde já há vários funcionários.

Em seguida, o deputado Carlos Mendonça, solicitando igualmente uma resposta de sim ou não, questionou o Sr. Presidente da Junta sobre se acha que, neste momento, a população da Achada está prejudicada com a transição dos serviços para a RIAC, durante todos os dias úteis, ao que o interlocutor respondeu que não, pois ficaram com maior possibilidade de tratar dos seus assuntos durante mais dias.

O Sr. Presidente da Junta acrescentou ainda que, ao verificar as assinaturas da petição, constatou que alguns dos signatários não são da freguesia da Achada e que depreende que alguns habitantes assinaram por outras pessoas que vivem no estrangeiro (tendo apresentado um caso específico), o que, no seu entender, se terá prendido com uma “preocupação de encher a lista” - o que mereceu,

por parte do deputado Luís Maurício, o comentário de que, não estando presentes os peticionários para se defenderem, entende como tão genuína a consideração do Sr. Presidente da Junta como a atitude dos peticionários.

### **Outros Pareceres:**

- o parecer solicitado à RIAC não foi, à data da elaboração deste relatório, rececionado pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais

## **CAPÍTULO IV**

### **Parecer**

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 10 de maio de 2013, na delegação de Ponta Delgada da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS e a abstenção do PSD, PPM e CDS-PP, emitir o seguinte parecer:

- 1) Considerando que a presente petição foi subscrita por 392 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;
- 2) A situação, que constituiu uma exceção na reformulação regional de todos estes serviços, foi resolvida, em tempo próprio, pela anterior Secretária do Trabalho e Solidariedade Social, que se deslocou à freguesia da Achada, acompanhada da então Presidente do IDSA, a fim de encontrar uma solução específica que fosse ao encontro, num

contexto de razoabilidade, das necessidades expostas pela população, nomeadamente a manutenção da funcionária 1 dia por semana, tendo sido este dia (2ª feira) indicado pela própria população como o mais adequado;

- 3) O referido encontro contou com uma participação assinalável da população, que terá expressado, no final, a sua satisfação face à solução encontrada;
- 4) A população da Achada não ficou objetivamente prejudicada com a diminuição da prestação da referida funcionária, uma vez que os serviços são integralmente assegurados pelo posto da RIAC, localizado no centro da freguesia, num horário mais alargado, durante todos os dias úteis da semana, e com oferta de mais serviços;
- 5) Nos casos pontuais em que os habitantes preferem ver os seus assuntos resolvidos pela referida funcionária, por questões de familiaridade e proximidade de trato, essa situação continua a ser possível, em periodicidade semanal;
- 6) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na matéria em apreço.

Ponta Delgada, 10 de maio de 2013.

**A Relatora,** *Renata Correia Botelho*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente,** *Domingos Cunha*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Relatora.

Como sabem cada partido dispõe de 10 minutos para participar, intervir neste ponto da Agenda.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições vamos passar então ao ponto seguinte da agenda.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Por respeito aos peticionários - não andamos aqui num jogo tácito de quem fala primeiro - queria primeiro felicitar a iniciativa desta gente, que vai tendo a coragem de se manifestar, coisa cada vez mais rara nos Açores. As pessoas realmente sentem-se um bocadinho intimidadas de dizerem a sua opinião. É salutar em democracia que se faça isso.

**Deputado Berto Messias (PS):** Basta ler os jornais dos Açores para ver o número de pessoas que escrevem nos jornais!

**Presidente:** Sr. Deputado.

**O Orador:** Percebo o incómodo Sr. Deputado Berto Messias, mas não lhe posso fazer mais do que isso, de registar o seu incómodo e a verdade é incómoda, Sr. Deputado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Isso não é verdade e é uma referência lamentável!

**O Orador:** Portanto, a verdade é incómoda, Sr. Deputado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sim, sim!

**O Orador:** Continuando, acho interessante o Partido Socialista que quando são serviços que fecham para abrir um dia ou dois por semana, é uma calamidade; mas quando é o Partido Socialista a tirar funcionários das freguesias e a substituir pela RIAC (como foi aqui dito, sem o funcionário e é só um funcionário que estamos a falar) já

teve formação e preparação para tratar dos assuntos e obriga sempre à deslocação aos centros urbanos. É esse Partido Socialista que está a desertificar e a desqualificar as nossas freguesias que por outro lado, demagogicamente, tanto defendem.

Não é com certeza minimamente satisfatório, em parte alguma do mundo, passar de 3 para 1 dia. Se não é numa situação, não pode ser na outra e muito menos com a sobrecarga de trabalho que têm os funcionários da RIAC, ainda por cima sem terem tido o mínimo de preparação para isso enfiar-lhe todo este trabalho em cima.

Portanto, razão têm os peticionários e isso realmente é a política da solidariedade social e do IDSA que se vai verificando neste Governo, que já vem do velho e passa para o novo, piorando substancialmente no novo que estamos a assistir, que não faz nenhum sentido, mas que o Partido Socialista defende acerrimamente, prejudicando efetivamente quem não se pode deslocar, os idosos e as pessoas com alguma mobilidade, atirando-os para grandes deslocações para resolverem às vezes pequenos problemas. O que se obriga são a grandes deslocações, a gastos para resolverem pequenos problemas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(\*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, fiquei com a sensação que o senhor não estava a falar do caso específico da freguesia da Achada,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor não tem que se dirigir a mim. Isto não é o debate de um diploma!

**O Orador:** ...no entanto, gostava de, no que concerne à petição contra a funcionária dos serviços de Segurança Social da freguesia da Achada, em primeiro lugar congratular os peticionários pela forma como utilizaram o direito de petição para defender ou esclarecer este assunto na casa mãe da democracia dos Açores.

O objetivo da petição de manter a funcionária dos serviços de Segurança Social na freguesia da Achada durante os 3 dias úteis, como tem sido prática nos últimos anos. Ao longo dos anos a funcionária, devido a essa prática, ganhou bastante afetividade com a população local da freguesia, nomeadamente os mais idosos, ainda para mais quando esta funcionária exercia muitas vezes...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E por causa disso vamos tirá-la de lá!

**O Orador:** ...(e exerce) atividades extra serviço da Segurança Social, como é o caso de marcação de consultas, análises clínicas e diversos exames subjetivos e, portanto, também acrescentar que esta funcionária tem outros serviços relacionados com a própria Casa do Povo e os centros de convívio da própria Santa Casa da Misericórdia, ou seja, realmente ganhou imensa afetividade com os idosos e com a população em geral da freguesia.

No entanto, não percebo, porque está aqui mencionada, por parte do Sr. Deputado, a deslocação dessas mesmas pessoas e a desertificação da freguesia, uma vez que passou-se dos tais 3 dias, não para 1, mas para 5 dias, mantendo ainda esta funcionária 1 dia por semana escolhido pela população em geral da própria freguesia no passado verão, nomeadamente no passado mês de julho de 2012, aquando da



sessão de esclarecimentos pela então Secretária do Trabalho e Solidariedade Social e da própria presidente do IDSA.

Portanto, aquilo que podemos concluir no âmbito desta situação é que está sendo com muito agrado por parte da população e foi dito pelo próprio presidente da Junta de Freguesia que esteve em sessão de Comissão de Assuntos Sociais de que realmente não houve a deslocação da população para outros serviços fora da freguesia e que a população em geral não ficou prejudicada com esta alteração.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Então estas 300 pessoas estavam erradas!

**O Orador:** Lamentamos também o facto de em Comissão de Assuntos Sociais o 1.º peticionário não ter tido a disponibilidade e a possibilidade, nem justificação para estar presente para ouvirmos a sua opinião e os devidos esclarecimentos no que concerne a este assunto.

No entanto, gostava também de louvar o facto, em suma, e a forma segura como os serviços neste momento estão a ser realizados por parte da Segurança Social, não prejudicando de qualquer forma todo o serviço da Segurança Social e isso foi dito e esclarecido pelo próprio presidente de Junta em sessão de Comissão de Assuntos Sociais.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar congratulamos os peticionários e as peticionárias pelo exercício de um direito e de uma forma de democracia direta que a todos e todas enriquece, ao mesmo tempo que fortalece a cidadania. Tendo em conta a atitude crítica do Governo Regional e do partido que o suporta relativamente ao Governo da República poderíamos ser levados a pensar que a petição que agora apreciamos diria respeito a uma localidade recôndita, no interior rural do continente, mas não é o caso, pois passa-se naquilo que podemos entender como a ultraperiferia de uma região ultraperiférica e é só mais uma prova de que a postura crítica do Governo Regional não passa de um esforço para se diferenciar da coligação autoritária do PSD e do CDS. Não passa de um esforço, pois a atitude crítica nunca se converte em comportamento e temos vários exemplos que o comprovam.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Uma das maiores consequências das políticas de austeridade é exatamente o desinvestimento nos serviços públicos, um direito das pessoas e uma forma de retribuição indireta num país e numa região que nunca se livrou dos baixos salários, da vulnerabilidade à pobreza e da desigualdade social.

Ainda no ano passado muito se criticou (e bem!) o encerramento do serviço de finanças na Calheta, em São Jorge, um sinal do desinvestimento nos serviços públicos que para serem verdadeiramente públicos deverão garantir a devida proximidade às populações.

Ora essa proximidade é logo o primeiro aspeto a sair comprometido quando se implementam planos de redução de custos às cegas decorrentes de políticas de austeridade, o que tem vindo a ser

denunciado pelo Partido Socialista, enquanto oposição na República, e também pelo Partido Socialista nos Açores.

Se o encerramento do serviço de finanças na Calheta, em São Jorge, foi tido e lido como uma machadada (e o termo não é meu) naquilo que se entende como a missão descentralizadora e de proximidade dos serviços públicos de forma a atenuar os efeitos da ultraperiferia, o que dizer da deslocalização da funcionária da Segurança Social da Casa do Povo da Achada Santana para os serviços da Segurança Social do Nordeste?

Perguntamos: não terá exatamente os mesmos efeitos?

O surgimento da petição por si só responde à questão, além de elucidar sobre o agravamento do isolamento e da acessibilidade dos utentes deste serviço que os torna ainda mais vulneráveis.

Há um paralelismo no mínimo curioso e que não podemos deixar de referir entre a reivindicação que consta da presente petição e as consequências da privatização dos CTT, a mais recente pretensão do Governo da República, a qual terá também efeitos devastadores no agravamento da distância entre a periferia e os centros e fragilizará ainda mais a população envelhecida dos interiores e que em nada contribuirá, antes pelo contrário, para o rejuvenescimento de numerosas comunidades.

Por isso, o Bloco de Esquerda pergunta: terá o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Solidariedade Social, a sensibilidade suficiente para recuar nesta decisão ou dirão que antes a deslocalização para o Nordeste do que para Ponta Delgada?

Mais uma vez mimetizando a política do Terreiro do Paço que nos diz todos os dias que ainda podia ser pior.

Muito obrigada.

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Nós não podemos falar! Nós não temos a possibilidade de responder à sua pergunta!

**Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Eu sei!

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Ah, sabe! Pior ainda!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É para dizer que de facto o Partido Socialista e a governação do Partido Socialista, no que diz respeito à implementação de políticas centralistas, não é diferente de outros governos de cuja prática política se tenta desmarcar.

No âmbito das suas competências o Partido Socialista tem vindo a proceder a uma centralização dos serviços, tem vindo a proceder a políticas que afetam gravemente os sítios, as freguesias, os locais onde se encontra o povo açoriano no âmbito do seu desenvolvimento dos meios rurais e nas zonas mais afastadas dos centros urbanos.

A verdade é que estas políticas que agora, como é o caso que os peticionários referem, de uma funcionária da Segurança Social que tinha, como o próprio Partido Socialista referiu, um grande conhecimento do terreno, um grande conhecimento dos utentes, que tinha um grande conhecimento dos problemas que as pessoas estavam a atravessar, problemas esses que têm vindo a incrementar-se dada a situação económica e social que se vive na Região, pois a resposta do

Partido Socialista numa conjuntura em que as pessoas necessitam cada vez mais dos serviços da Segurança Social, em que necessitam cada vez mais dos serviços de proximidade da Região Autónoma dos Açores, o que acontece é que nesta situação quando as pessoas mais precisam o Governo Regional dos Açores falha, o Governo Regional dos Açores afasta-se dos problemas, o Governo Regional dos Açores afasta as pessoas mais experientes, com mais competências na área social que podem prestar um auxílio muito importante.

Esta é a prática do Partido Socialista, esta é a via do Partido Socialista em relação às políticas.

Têm toda a razão os peticionários!

Esta não é a forma de agir. A forma como se deve agir nas presentes circunstâncias face às dificuldades económicas e sociais crescentes é justamente o contrário.

É reforçar a cobertura dos serviços sociais, é reforçar a atenção às pessoas, é reforçar a atenção aos mais desfavorecidos e o Partido Socialista o que faz é exatamente o contrário.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Não apoiado!

**O Orador:** O Sr. Deputado Artur Lima referiu, no âmbito desta petição e saudou os peticionários por terem a coragem que é cada vez mais rara na nossa Região depois de 17 anos sem alternância democrática nos Açores, a coragem que é pedir, ter a coragem de dar a cara,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Deputado, que democracia é essa?

**O Orador:** ...de escrever os seus nomes aqui para protestar contra uma iniciativa do Governo Regional.

Só por isso estes peticionários merecem o meu aplauso, a minha admiração por darem a cara e dizerem: “Nós não concordamos com esta medida.”

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** É cada vez mais difícil nos Açores dizer não ao Governo, dizer que não concordamos com as suas medidas, porque as pessoas sabem que a seguir serão vítimas de retaliação.

**Deputado José San-Bento (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** Estas pessoas que são em grande parte utentes destes serviços de Segurança Social são as pessoas que mais precisam do Governo, são as pessoas que precisam mais da administração e tiveram esta coragem de dizer: “Não concordamos que se afastem, não concordamos que nos abandonem, não concordamos que os senhores, neste momento em que nós estamos a enfrentar mais dificuldades, se retirem.”

O que aqui quero dizer é que nós não concordamos com este género de medidas, nem com estas, nem com outras semelhantes que estão a ser implementadas em toda a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

**Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente para um protesto.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas não fundamentou o protesto!

(\*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para fazer um protesto tendo em conta as afirmações do Sr. Deputado do PPM relativamente à democracia que se vive, felizmente, nos Açores e relativamente à referência que fez de nos Açores ser cada vez mais difícil manifestar a nossa opinião sem sofrer retaliação.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É verdade!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É a democracia das prestações!

**O Orador:** Devo dizer que a prática e as práticas democráticas do Partido Socialista nos Açores orgulham este partido e julgo que são inquestionáveis.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E o protesto?

**O Orador:** Prova disso é por exemplo a figura que estamos agora a apreciar da petição e desde que foi consagrada tem sido por variadíssimas vezes utilizada e apresentada, felizmente, a este Parlamento.

A figura da petição tem sido utilizada por variadíssimas vezes, arrisco-me a dizer por largas dezenas de vezes, a grande maioria para referir assuntos que contrariam e vão contra as opções do Governo dos Açores. Felizmente que assim é!

Desse tipo de figura, neste caso a figura regimental e de instrumento estatutário que temos na nossa Região, tem resultado o alerta de várias questões e de várias situações que em muitos casos são acolhidas também pelo Governo dos Açores.

Prova disso é também o facto de hoje felizmente nós termos uma democracia madura e consistente na nossa Região onde qualquer

cidadão pode dizer, escrever aquilo que lhe apetece contra o Partido Socialista,...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Oh!... Não diga isso!

**O Orador:** ...contra o Governo dos Açores e contra quem entender.

**Deputados Cláudio Almeida (PSD) e Artur Lima (CDS-PP):** Não diga isso!

**O Orador:** Não é aceitável este número mediático que é recorrente, que é aliás recorrente por parte do Sr. Deputado do PPM,...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Vou pedir a palavra em defesa da honra dos açorianos!

**O Orador:** ...que faz este tipo de afirmações profundamente injustas apenas em busca do número mediático, do *sound byte* e do espaço mediático.

Já o disse aqui nesta casa e vou voltar a dizê-lo em nome deste grupo parlamentar e também por respeito aos nossos concidadãos e àquelas que são as nossas funções: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista jamais compactuará ou aceitará a “jardinização” do Parlamento dos Açores.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.



Sr. Deputado Paulo Estêvão vai usar da palavra para um contraprotesto? Tem 2 minutos.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias quero dizer-lhe, quero reafirmar tudo aquilo que disse.

Quero dizer-lhe o seguinte: a democracia para mim é um bem inestimável, a democracia e a liberdade de expressão. É evidente que há pessoas que nesta Região ainda têm a coragem de demonstrar ou de dizer que não concordam com o Governo ao descrever de forma divergente aquelas que são as ideias do Governo Regional e do Partido Socialista hegemónico há duas décadas nesta Região com poder absoluto.

Mas o que vos quero dizer é que essas pessoas sofrem retaliações. Essas pessoas se tomam essa iniciativa, se tomam a liberdade e se utilizam a liberdade que a Constituição Portuguesa lhes reconhece sofrem retaliações.

Os filhos dessas pessoas não têm qualquer tipo de hipótese de entrar num concurso da administração regional.

**Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): Muito bem!

**O Orador:** Essas pessoas são perseguidas na administração regional, essas pessoas são prejudicadas...

**Presidente:** Sr. Deputado, está a fazer acusações graves.

**O Orador:** Sra. Presidente, estou aqui no pleno uso da liberdade de expressão que a Constituição da República me reconhece, usando essa liberdade de expressão para afirmar e posso provar e comprovar mais tarde, posso remeter esses documentos e testemunhos de muita

gente que se sente perseguida na Região Autónoma dos Açores pela administração regional, pelo Partido Socialista que se confunde com a máquina da administração regional através de nomeações políticas intermináveis,...

**Deputados Luís Garcia e Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...do controlo absoluto por parte do Partido Socialista da administração regional, que se tornou numa extensão do Partido Socialista.

Quero reafirmar e dizer isto com toda a convicção, é isto que sinto...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Isso é verdade!

**O Orador:** ...e que sentem centenas de pessoas nos Açores, milhares de pessoas nos Açores.

Muito obrigado.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Os senhores sabem que é verdade!

**Deputado Berto Messias (PS):** Aguardemos que prove aquilo que está a dizer!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é uma ameaça?

**Deputado Berto Messias (PS):** Não é ameaça!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos.

Estava inscrita a Sra. Deputada Aida Amaral.

(\*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se com os peticionários o que só demonstra que há sentido cívico e que cada vez mais as pessoas têm um papel proactivo no desenvolvimento da sociedade.

Se é certo que de uma forma geral o envelhecimento da população açoriana é um facto indesmentível, não deixa de ser também preocupante a passagem de alguns serviços existentes em freguesias para localidades mais afastadas, o que condiciona a deslocação das pessoas mais idosas.

*(Apartes inaudíveis entre os Deputados Berto Messias e Duarte Freitas)*

**A Oradora:** Será que estou a interromper algum *tête-à-tête*?

*(Risos do Deputado Artur Lima)*

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**Deputado Berto Messias (PS):** O que nos incomoda é a vossa falta de verdade!

Peço desculpa, Sra. Deputada.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**A Oradora:** No entanto é de todo compreensível que haja cada vez mais...

**Presidente:** Faça favor Sra. Deputada.

**A Oradora:** Os ânimos estão alterados por um motivo tão simples. ...necessidade de rentabilizar os meios, quer técnicos, quer humanos, e neste sentido a entidade que deve estar mais presente no nosso

entender será a RIAC, mas desde que devidamente equipada a nível de programas informáticos como é o caso da Segurança Social.

Este trabalho de proximidade é importante e achamos que deve ser reforçado.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por saudar esta iniciativa de um grupo de cidadãos que se manifestou contra a decisão do afastamento de um serviço público de proximidade. Independentemente do serviço que presta é sempre de lamentar e são machadadas que se dão na coesão territorial quando se encerra um serviço público, seja um posto da Segurança Social, seja uma escola, seja um centro de saúde ou uma extensão de um centro de saúde, seja o Serviço de Atendimento Permanente em Ponta Delgada. Enfim, quando se encerram serviços públicos de proximidade estão-se a cometer erros lamentáveis, ou mesmo quando se opta por modelos de concentração da produção e se desertificam as freguesias rurais de algumas ilhas da nossa Região.

Portanto, é sempre de lamentar que isso aconteça e a verdade é esta, é que o Governo Regional critica alguma atuação do Governo da República, designadamente pelo encerramento de serviços injustamente (e tem o apoio do PCP relativamente a isso e penso que da generalidade das bancadas desta câmara quando se encerram serviços da República nas nossas ilhas, nos nossos concelhos), mas a verdade é que depois acaba por fazer a mesma coisa.

Aliás, não esta questão em concreto, mas um anunciado fecho de encerramento de 22 postos de atendimento da Segurança Social foi feito o ano passado pelo Governo Regional e que foi até objeto de uma declaração política do PCP em julho de 2012, em que de facto estava previsto o encerramento de 22 postos da Segurança Social e transferi-los para as lojas RIAC.

É evidente que é sobrecarregar os funcionários da RIAC, é evidente que é afastar pessoal especializado de um atendimento que se quer de proximidade e que é um atendimento que se tem de revelar de alguma sensibilidade e, sobretudo, de alguma especialização, mas que entretanto o Governo Regional acha que as lojas RIAC resolvem tudo e mais alguma coisa.

Depois o Grupo Parlamentar do PS tem, digamos, o “deslate” de vir aqui justificar esta iniciativa cidadã com o bom relacionamento que a funcionária tinha com a população: “Temos é de valorizar essa funcionária que consegue manter um excelente relacionamento com a população e ainda por cima numa área como é a da Segurança Social.”

Parece-me de facto que alguma coisa está mal, designadamente na justificação, ou melhor, na desvalorização que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quis fazer desta iniciativa de um grupo de cidadãos que não era tão pouco representativo como isso, mas o Deputado candidato à Câmara Municipal do Nordeste lá saberá as linhas com que se cose e é bom que os nordestenses tenham ouvido, designadamente os habitantes e os residentes na Achada, esta belíssima e excelente intervenção do Deputado do Partido Socialista para perceberem quais são as escolhas que têm de ser feitas...

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Saberão!

**O Orador:** Com certeza que saberão! Certamente, Sr. Deputado!

Portanto, há aqui uma questão para o PCP que é fundamental e que tem a ver com o seguinte: quando nós encerramos serviços de proximidade estamos a dar machadadas profundas na coesão social, na coesão territorial e na coesão económica e isso não pode, isso não deve acontecer sob pena daqui a algum tempo não haver maneira de evitar, ou melhor, isto também contribui para a desertificação das nossas ilhas, das nossas freguesias, do nosso espaço rural e isso deve ser considerado quando se tomam decisões políticas como esta decisão de encerrar postos de atendimento da Segurança Social, seja na Achada do Nordeste, seja onde quer que isso possa vir a acontecer. Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então avançar na Agenda da Reunião.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, uma interpelação, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental e dado o adiantado da hora vamos também encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Uma boa noite a todos. Regressamos amanhã às 10 horas.

*Eram 19 horas e 52 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso** Meneses da Costa

**Francisco Manuel Coelho** Lopes Cabral

**Rogério Paulo Lopes Soares** Veiros

*Deputados que faltaram à Sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**José António Vieira da Silva** Contente

**Documentos entrados**

**1 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho:**

**Assunto:** Altera o Regulamento (CE) n.º 261/2004 que estabelece regras comuns para a indemnização e a assistência aos passageiros dos transportes aéreos em caso de recusa de embarque e de cancelamento ou atraso considerável dos voos e o Regulamento (CE) n.º 2027/97 relativo à responsabilidade das transportadoras aéreas no transporte de passageiros e respetiva bagagem [COM (2013) 130]. – n.º 30/X

**Autor:** Assembleia da República

**Entrada:** 2013 – 05 – 06

**Comissão:** Economia

**Data limite do parecer:** 2013 – 05 – 10.

## **2 - Proposta de Lei:**

1

**Assunto:** Regula a reposição, em 2013, do subsídio de férias para os trabalhadores públicos, aposentados, reformados e demais pensionistas – (PL 142/XII/2) - n.º 29/X

**Autor:** Assembleia da República

**Entrada:** 2013 – 04 – 24

**Comissão:** Política Geral

**Data limite do parecer:** 2013 – 05 – 14.

## **3 - Projeto de Lei:**

1

**Assunto:** Procede à primeira alteração à Lei 54/2005, de 15 de Novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos - n.º 399/XII – n.º 33/X

**Autor:** Assembleia da República

**Entrada:** 2013 – 05 – 06

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data limite do parecer:** 2013 – 05 – 27.

## **4 - Projeto de Decreto-Lei:**

**Assunto:** Transpõe a Diretiva n.º 2010/63/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2010, relativa à



proteção dos animais utilizados para fins científicos - Mamaot - (Reg. DL 140/2013) – n.º 31/X

**Autor:** Conselho de Ministros

**Entrada:** 2013 – 04 – 22

**Comissão:** Economia

**Data limite do parecer:** 2013 – 05 – 02;

**Assunto:** Aprova o novo regime de exercício da atividade pecuária, e altera os Decretos Leis n.º 214/2008, de 10 de novembro, n.º 202/2004, de 18 de agosto, e n.º 142/2006, de 27 de julho - MAMAOT - (Reg. DL 118/2013) – n.º 32/X

**Autor:** Conselho de Ministros

**Entrada:** 2013 – 04 – 30

**Comissão:** Economia

**Data limite do parecer:** 2013 – 05 – 21;

**Assunto:** Transpõe a Diretiva n.º 2009/119/CE do Conselho, de 14 de setembro de 2009, que obriga os Estados-Membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e/ou de produtos petrolíferos, e procede à segunda alteração aos Estatutos da Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro - MEE - (Reg. DL 136/2013 – n.º 33/X

**Autor:** Conselho de Ministros

**Entrada:** 2013 – 05 – 02

**Comissão:** Economia

**Data limite do parecer:** 2013 – 05 – 10;

**Assunto:** Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 246/2000, de 29 de setembro, que define o quadro legal do exercício da pesca marítima dirigida a espécies animais e vegetais com fins lúdicos - MAMAOT - (Reg. DL 163/2013) – n.º 34/X

**Autor:** Conselho de Ministros

**Entrada:** 2013 – 05 – 06

**Comissão:** Economia

**Data limite do parecer:** 2013 – 05 – 10.

## **5 - Projeto de Resolução:**

**Assunto:** [Substituição - Recomenda ao Governo Regional que, em execução do disposto nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de Abril e subsequentes alterações, proceda à atualização do acréscimo regional ao salário mínimo nacional e do complemento regional de pensão - n.º 14/X](#)

**Autor:** BE

**Entrada:** 2013 – 04 – 30

**Comissão:** Economia;

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional o pagamento integral do subsídio de férias de 2013, no próximo mês de junho - com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão – n.º 32/X](#)

**Autor:** BE

**Entrada:** 2013 – 05 – 07

## **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão**

**Assunto:** [Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas. – n.º 33/X](#)

**Autores:** A Presidente da ALRAA, Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS/PP, e Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM

**Data entrada:** 2013– 05 – 08

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

## **6 – Propostas de Resolução:**

**Assunto:** [1.º Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013 - n.º 2/X](#)

**Autor:** ALRAA

**Entrada:** 2013 – 04 – 24

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data limite do parecer:** 2013 – 05 – 08;

**Assunto:** [Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2012 – n.º 3/X](#)

**Autor:** ALRAA

**Data entrada:** 2013 – 04 – 29

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data limite do parecer:** 30 dias, após a entrega do parecer do Tribunal de Contas.

## **7 - Petições:**

**Assunto:** [Exposição - Reclamação ADSE SS – n.º 5/X](#)

**Autora:** Maria Margarida Macedo Silveira Furtado

**Data de Entrada:** 2013.04.29

**Data limite do parecer:** Enviada à Assuntos Sociais e Aguarda admissibilidade;

**Assunto:** [Petição a favor da erradicação dos sacos de plástico da Região Autónoma dos Açores – n.º 6/X](#)

**Autor:** Daniel da Silva Gonçalves

**Data de Entrada:** 2013.05.03

**Data limite do parecer:** Enviada à CAPAT e aguarda admissibilidade;

**Assunto:** [À Assembleia Legislativa Regional dos Açores para que tome as medidas necessárias para que no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, haja pelo menos mais um médico oncologista – n.º 7/2013](#)

**Autora:** Martha Margaret Silva Ramalho Correia

**Data de Entrada:** 2013.05.07

**Data limite do parecer:** Enviada à Assuntos Sociais e aguarda admissibilidade.

## **8 - Requerimentos:**

**Assunto:** [Fundo europeu de apoio à aquisição de viaturas particulares](#)

**Autores:** Luís Rendeiro e Cláudio Almeida (PSD)

**Data de Entrada:** 2013.04.19

**Referência:** 54.03.00 – N.º 90/X;

**Assunto:** [Património cultural móvel](#)

**Autores:** António Ventura, Judite Parreira, Luís Rendeiro, José Andrade (PSD)

**Data de Entrada:** 2013.04.22

**Referência:** 54.03.00 – N.º 91/X;

**Assunto:** [Atraso no pagamento do apoio financeiro à compra de gasóleo para as pescas](#)

**Autores:** Zuraida Soares (BE)

**Data de Entrada:** 2013.04.23

**Referência:** 54.06.00 – N.º 92/X;

**Assunto:** [Trabalho suplementar dos profissionais de saúde da unidade de saúde da ilha de São Jorge](#)

**Autores:** Zuraida Soares (BE)

**Data de Entrada:** 2013.04.24

**Referência:** 54.06.05 – N.º 93/X;

**Assunto:** [Deslocalização dos estaleiros da Tecnovia](#)

**Autores:** Cláudio Lopes (PSD)

**Data de Entrada:** 2013.04.26

**Referência:** 54.03.06 – N.º 94/X;

**Assunto:** [Planeamento de voos da Sata](#)

**Autores:** Aníbal Pires (PCP)

**Data de Entrada:** 2013.04.26

**Referência:** 54.04.00 – N.º 95/X;

**Assunto:** [Aquário virtual do Monte da Guia para quando?](#)

**Autores:** Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

**Data de Entrada:** 2013.04.29

**Referência:** 54.03.07 – N.º 96/X;

**Assunto:** [Apoio domiciliário](#)

**Autor:** Anibal Pires (PCP)

**Data de Entrada:** 2013.04.29

**Referência:** 54.04.00 – N.º 97/X;

**Assunto:** [Reestruturação da Sata](#)

**Autor:** Anibal Pires (PCP)

**Data de Entrada:** 2013.04.30

**Referência:** 54.04.00 – N.º 98/X;

**Assunto:** [Avaliação de desempenho dos trabalhadores públicos](#)

**Autora:** Zuraída Soares (BE)

**Data de Entrada:** 2013.04.30

**Referência:** 54.04.00 – N.º 99/X;

**Assunto:** [Ponto de Situação Redução de Contingente Militar Norte –Americano na Base das Lajes-Ilha Terceira](#)

**Autores:** Berto Messias, Cláudia Cardoso, Domingos Cunha. António Toste, Francisco Coelho, Paulo Borges e José Carlos San-Bento (PS)

**Data de Entrada:** 2013.04.06

**Referência:** 54.02.03 – N.º 100/X;

**Assunto:** [Cancelamentos sucessivos da SATA Internacional para a Horta](#)

**Autores:** Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

**Data de Entrada:** 2013.05.07

**Referência:** 54.03.07 – N.º 101/X.

## **9 - Respostas a Requerimentos:**

**Assunto:** [Setor da Pescas nos Açores](#)

**Proveniência:** Gabinete da Presidência

**Data de Entrada:** 2013.04.18

**Referência:** 54.06.00 – N.º 66/X;

**Assunto:** [Deslocação à unidade da Ilha do Corvo de médicos especialistas](#)

**Proveniência:** Gabinete da Presidência

**Data de Entrada:** 2013.04.29

**Referência:** 54.07.09 – N.º 75/X;

**Assunto:** [Projeto do edifício multisserviços na Ilha do Corvo - 2](#)

**Proveniência:** Gabinete da Presidência

**Data de Entrada:** 2013.04.29

**Referência:** 54.07.09 – N.º 76/X;

**Assunto:** [Resultados dos testes intermédios](#)

**Proveniência:** Gabinete da Presidência

**Data de Entrada:** 2013.04.29

**Referência:** 54.03.00 – N.º 83/X;

**Assunto:** [Bolsa Regional aos estudantes do ensino superior](#)

**Proveniência:** Gabinete da Presidência

**Data de Entrada:** 2013.04.29

**Referência:** 54.06.00 – N.º 85/X;

**Assunto:** [Avaliação da prevenção das toxicodependências nos Açores](#)

**Proveniência:** Gabinete da Presidência

**Data de Entrada:** 2013.04.30

**Referência:** 54.06.00 – N.º 33/X;

**Assunto:** [Projetos de estabulação permanente de gado nos Açores](#)

**Proveniência:** Gabinete da Presidência

**Data de Entrada:** 2013.05.02

**Referência:** 54.01.00 – N.º 37/X;

**Assunto:** [Irregularidades no piso da via Vitorino Nemésio](#)

**Proveniência:** Gabinete da Presidência

**Data de Entrada:** 2013.05.03

**Referência:** 54.03.03 – N.º 45/X.

## **10 - Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Email a enviar documento aprovado na reunião Plenária do Conselho Económico e Social

**Proveniência:** DOP – Gui Manuel Machado Menezes

**Data de Entrada:** 2013.04.17;

**Assunto:** Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 133/XII, Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo

**Proveniência:** Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável



**Data de Entrada:** 2013.04.18;

**Assunto:** Projeto de Resolução n.º 26/X – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a Região recentemente”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS -  
Declaração de Voto

**Proveniência:** O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

**Data de Entrada:** 2013.04.22;

**Assunto:** Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2013 - Orientações de Médio Prazo 2013/2016

**Proveniência:** Representante da República para a RAA

**Data de Entrada:** 2013.04.23;

**Assunto:** Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2013 – Plano Anual Regional para 2013

**Proveniência:** Representante da República para a RAA

**Data de Entrada:** 2013.04.23;

**Assunto:** Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 4/2013 – Orçamento da RAA para o ano de 2013

**Proveniência:** Representante da República para a RAA

**Data de Entrada:** 2013.04.23;

**Assunto:** Ofício a comunicar que na sequência do pedido de suspensão da Senhora Deputada Berta Maria Correia de Almeida Melo Cabral, pelo período que durar a sua nomeação no cargo de Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, em conformidade com o n.º 5 do art.º 9.º do Estatuto dos Deputados o Senhor Deputado José Joaquim Ferreira Machado, irá substituí-la com efeitos a partir do dia 23 de corrente mês de abril, inclusivé

**Proveniência:** José Lourenço, Representante da RAA no CES da RTP, SA

**Data de Entrada:** 2013.04.26;

**Assunto:** Email a enviar Parecer do Conselho de Opinião da RTP, SA, sobre o Plano de Desenvolvimento e de Desenvolvimento e Redimensionamento

**Proveniência:** O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

**Data de Entrada:** 2013.04.26;

**Assunto:** Ofício a enviar um Voto de Congratulação sobre a Resolução do Conselho de Ministros que assegura a passagem definitiva dos terrenos e do parque habitacional sob a administração da empresa Ana passe para a posse da RAA e da Câmara Municipal de Vila do Porto

**Proveniência:** O Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria, Rui Alexandre Arruda

**Data de Entrada:** 2013.04.30;

**Assunto:** Voto de Saudação e Congratulação relativos à passagem do 39.º aniversário do 25 de Abril e do 1.º de Maio Dia Internacional do Trabalhador

**Proveniência:** O Presidente da Assembleia Municipal da Horta, Jorge Costa Pereira

**Data de Entrada:** 2013.05.02;

**Assunto:** Voto de Congratulação, relativo à entrada do Geoparque Açores para a Rede Europeia e Global de Geoparques da UNESCO

**Proveniência:** O Presidente da Assembleia Municipal da Horta, Jorge Costa Pereira

**Data de Entrada:** 2013.05.02;

**Assunto:** Voto de Congratulação, relativo à desafetação do domínio público Aeroportuário do Estado de parcelas de terreno e de edifícios implantado no aeroporto de Santa Maria deferido para o domínio privado da RAA

**Proveniência:** O Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto, Mauro Delmar Bettencourt Ferreira

**Data de Entrada:** 2013.05.03;

**Assunto:** Pedido de realização de um Debate de Urgência sobre transportes aéreos na RAA

**Proveniência:** O Representante do PCP, Aníbal Pires

**Data de Entrada:** 2013.05.06;

**Assunto:** Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução – “Recomenda ao Governo Regional o pagamento integral do subsídio de férias de 2013, no próximo mês de Junho” - n.º 32/X

**Autor:** BE

**Entrada:** 2013 – 05 – 07.

1

## **11 - Relatórios:**

**Assunto:** [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2013.05.08;

**Assunto:** [Projeto de Decreto-Lei n.º 121/2013 – “Estabelece as regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos \(EEE\), transpondo a Diretiva n.º 2011/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011” – n.º 028/X](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2013.04.24;

**Assunto:** [Pedido de autorização para o exercício de funções apresentado Deputado Francisco José Ferreira Silva](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2013.05.07;

**Assunto:** [Pedido de autorização para o Deputado Lizuarte Manuel Machado prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo Oposição à Execução Comum \(art.º 813.º do CPC\) nº 122/12.5TBSRQ-A, que corre termos na Secção Única do Tribunal Judicial de São Roque do Pico](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2013.05.07;

**Assunto:** [Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 3/X – Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2009/A, de 5 de junho \(PROMEDIA II – Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada para o Quadriénio 2009-2012\)](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2013.05.07;

**Assunto:** [A verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Renata Correia Botelho](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2013.05.07;

**Assunto:** [Proposta de Resolução n.º 2/X – 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2013.05.08;

**Assunto:** [Petição n.º 12/2012 – “Pelo fim das injustiças no Programa Estagiar”](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2013.05.08;

**Assunto:** [Petição n.º 21/2012 – “Impactes ambiental, geológico, hidrológico do projeto viário em construção na ilha de S. Miguel, em modelo de parceria público-privada”](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2013.05.08;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 22/X \(PCP\) – “Defesa dos Direitos do Mar e dos Fundos Marinhos dos Açores”](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2013.05.08;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 24/X \(PCP\) – “Recomenda ao Governo que reforce os meios das juntas de freguesia para a limpeza de ribeiras e realiza um plano especial de ações de limpeza e prevenção de riscos de cheias e deslizamentos”](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2013.05.08;

**Assunto:** [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2013.05.10;

**Assunto:** [Proposta de Lei que procede à regulação da reposição, em 2013, do subsídio de férias para os trabalhadores públicos, aposentados, reformados e demais pensionistas – n.º 29/X](#)

**Proveniência:** Comissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2013.05.09;

**Assunto:** [Projeto de Proposta de Lei que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela administração pública a particulares, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, e revoga a Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, e a Lei n.º 104/97, de 13 de setembro - PCM \(MF\) - Reg.PL 120/2013\) - n.º 29/X](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2013.04.24;

**Assunto:** [Projeto de Proposta de Lei que estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação das medidas de política remuneratória adequadas - PCM \(MF\) - Reg.PL 130/2013\) - n.º 30/X](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2013.04.24;

**Assunto:** [Projeto de Decreto-Lei que transpõe a Diretiva n.º 2010/63/EU, do Parlamento e do Conselho, de 22 de setembro de 2010, relativa à proteção dos animais utilizados para fins científicos – MAMAOT – \(Reg. DL 140/2013\) – n.º 31/X](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2013.05.02;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 12/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que suspenda definitivamente todos os apoios a projetos para estabulação total ou permanente de gado bovino, incluindo os que estejam em análise e ainda não tenham recebido despacho”](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2013.05.08.

## **12 - Diários:**

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia Legislativa da RAA n.º s 18 e 19.

\_\_\_\_\_

*A redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado*



